



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

NUNO EDGAR VIEIRA DE OLIVEIRA

A Igreja no mundo
Identidade e alteridade, para uma Nova Evangelização

Dissertação Final
sob orientação de:
DOUTOR JOSÉ PAULO LEITE DE ABREU

Braga
2013

“As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também, as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (*GS, 1*).

SIGLÁRIO

AAS – Acta Apostolicae Sedis

GS – Gaudium et Spes

LG – Lumen Gentium

SC – Sacrosanctum Concilium

INTRODUÇÃO

Cinquenta anos depois do acontecimento maior e mais luminoso da história contemporânea da Igreja Católica, o Concílio Vaticano II (1962-1965), expressivamente reconhecido como *dom* de Deus ao seu Povo peregrino a caminho da Pátria celeste, é ainda o clarão que inspira a reflexão que pretendemos fazer sobre o seu legado doutrinal e pastoral e sobre a sua projeção no tempo presente.

Lido e reconhecido como *nova primavera*, começaremos por relevar a novidade que este Concílio representou na vida e na missão da Igreja do século XX, novidade revelada em múltiplas dimensões e expressão da Fé e das obras da Igreja.

Uma primeira manifestação da renovação manifestada e empreendida revelou-se no exame de consciência que a Igreja, representada pelos seus primeiros responsáveis e arautos de todos os cantos da Terra, fez de si própria, observando e contemplando, como num espelho, o seu próprio rosto, questionando-se e clarificando a sua *identidade*.

Se cerca de oitenta anos antes, no inacabado Concílio Vaticano I (1879), a Igreja se identificara ainda como *societas perfecta*¹ e o Papa como soberano ao lado e acima dos soberanos, tal não acontece no Concílio Vaticano II, em que a Igreja se reconhece e apresenta como “Povo de Deus, Corpo do Senhor e Templo do Espírito Santo”² e, mais substantivamente ainda, como “sacramento universal da salvação”³.

No reconhecimento desta sua identidade de *Povo de Deus*, muito pesou a escuta da *Palavra*, inscrita na Sagrada Escritura e personificada no Filho de Deus, do “*Deus loquens*”, O qual, na sua “re-velação” no Monte Tabor, fez ouvir a Sua voz, dizendo: “Este é o meu Filho muito amado. Escutai-o” (*Mc* 9, 7).

Redescobrimo-nos, ao espelho da Palavra de Deus, como reflexo da Luz de Cristo e como eco da voz do Pai, a Igreja, de rosto renovado, pôs-se à janela do Mundo, que a pôde

¹ “A noção «Igreja mistério» ultrapassa totalmente a ideia de «sociedade perfeita» integrando-a noutra dimensão. Não se trata de uma construção humana, à medida da justeza e da autonomia dos grupos humanos, mas «a iniciativa está do lado de Deus» que chama a Igreja permanentemente à conversão. Instaura-se uma nova aliança com os homens, que não é etérea, mas que se «desvela no decurso da história» ” José LIMA, *Teologia Prática Fundamental - Fazei Vós Também*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009, 75-76.

² *Lumen Gentium*, 17.

³ *Gaudium et Spes*, 45.

reconhecer, não como império do mal, mas como palco onde se representa o drama da humanidade, da qual a Igreja é *sacramento visível de salvação*.

Reconhecendo a autonomia e a bondade das realidades terrestres, a Igreja reconhece que a sua atitude perante o Mundo não poderia ser *de costas voltadas*, mas de *olhar de frente*, atitude de que a Missa *coram populo* é eloquente expressão e testemunho. Esta nova atitude expressa ainda um novo modo de relacionamento e comunicação com o Mundo, não já de monólogo, mas sim de *diálogo*, um termo-chave do novo modelo de magistério e de ministério adotados pelo Concílio.

Os padres Conciliares representaram a nova imagem da Igreja, a nova consciência e a nova identidade numa *magna carta* a que deram o nome de *Lumen Gentium*, que sintetiza a verdadeira Eclesiologia do Vaticano II e cujo perfil expomos no Capítulo I do nosso trabalho, que intitulamos “*Eclesiologia do Vaticano II – A Igreja ao espelho de si própria*”.

No Capítulo II, sob o título “*A Igreja no espaço público – Novos sinais dos tempos*”, faremos a análise da Constituição Pastoral da Igreja, *Gaudium et Spes*, confrontando os contextos espiritual, cultural e social do tempo do Concílio com os do tempo atual.

Cinquenta anos depois do Vaticano II e considerando os novos sinais do tempo deste início do 3.º Milénio do Cristianismo, houve e há quem preconize a necessidade de um novo Concílio, capaz de clarificar doutrinas e alterar procedimentos pastorais. Esta opinião indicaria que a luz do Vaticano II se teria consumido, o que nenhuma evidência confirma. Impõe-se, pelo contrário, o reconhecimento de que aquilo de que a Igreja precisa não é de um novo Concílio, mas de um novo impulso apostólico, necessidade assumida e batizada com o nome de *Nova Evangelização*, constituindo esta fórmula o título do Capítulo III da nossa dissertação, intitulado “*Para uma Nova Evangelização – Inquietações pastorais*”. Neste capítulo, a par da fórmula *Nova Evangelização*, relevaremos a fórmula do *Átrio dos Gentios*, uma feliz iniciativa para manter bem aberta a porta do *diálogo* inaugurado pelo Concílio Vaticano II.

CAPÍTULO I

ECLESIOLOGIA DO VATICANO II

A Igreja ao espelho de si própria

Socorrendo-nos da feliz metáfora da “bússola”, utilizada pelo Papa João Paulo II, da qual também se socorreu o seu sucessor Bento XVI, na sua primeira mensagem como Papa, para nos referirmos à Constituição dogmática *Lumen Gentium*⁴, tomá-la-emos como ponto de referência e como guia neste primeiro capítulo do nosso trabalho⁵.

Sem pretensão de sermos exaustivos, convocando a globalidade dos tópicos doutrinários do documento, procuraremos ser selectivos, relevando e refletindo sobre os seus enunciados temáticos essenciais, seguindo aproximadamente o percurso sequencial adotado pelos autores do documento.

Começaremos por dar conta da novidade da Eclesiologia do Vaticano II e da (re)descoberta da identidade da Igreja como *Mistério* e *Sacramento* relativamente à Eclesiologia do Vaticano I, condensada na imagem da Igreja como *Societas perfecta*; em segundo lugar, consideraremos a primazia que o Concílio conferiu à figura eclesial do *Povo de Deus* relativamente à constituição hierárquica, relevando o sentido onto-teológico e pastoral desta opção conciliar; em terceiro lugar, atenderemos à *constituição hierárquica da Igreja*, focalizando o princípio da colegialidade assumido pela assembleia conciliar; em correlação com a doutrina *da Igreja-Povo de Deus* e com a sua ordenação hierárquica, refletiremos sobre a identidade e a missão dos fiéis-leigos; em quinto e sexto lugar,

⁴ “Os comentaristas são unânimes em qualificá-la como o «o coração do Concílio» (Rey-Mermet), «a magna carta do Vaticano II». (Casiano Floristán), «o documento mais importante e o ponto central de todo o Concílio» (Ignacio Ruidor). É que a imagem de Igreja que aqui se esboça, Igreja comunhão e serviço, é projectada no espelho de todos os outros documentos” Manuel MORUJÃO, *Ser cristão à luz do Vaticano II*, Editorial A.O., Braga, 1998, 79.

⁵ “Quanta riqueza, amados irmãos e irmãs, nas directrizes que o Concílio Vaticano II nos deu! [...] À medida que passam os anos, *aqueles textos não perdem o seu valor nem a sua beleza*. É necessário fazê-los ler de forma tal que possam ser conhecidos e assimilados como textos qualificados e normativos do Magistério, no âmbito da Tradição da Igreja. Concluído o Jubileu, sinto ainda mais intensamente o dever de indicar o Concílio como *a grande graça de que beneficiou a Igreja no século XX*: nele se encontra uma *bússola* segura para nos orientar no caminho do século que começa” JOÃO PAULO II, *Novo Milénio Ineunte*, 57. Bento XVI, por sua vez, no dia 20 de abril de 2005, na sua primeira Mensagem como Papa, dirigida aos Cardeais Eleitores, no final da Concelebração Eucarística, na Capela Sistina, assim evocava a mesma metáfora: “Com razão o Papa João Paulo II indicou o Concílio como “bússola” com a qual a Igreja se pode orientar no vasto oceano do terceiro milénio. (...) Com o passar dos anos, os documentos conciliares não perderam atualidade; pelo contrário, os seus ensinamentos revelam-se particularmente pertinentes em relação às novas situações da Igreja e da atual sociedade globalizada” BENTO XVI, *Mostrar Cristo ao Mundo. Discursos, Homilias, Mensagens*, Editorial A. O., Braga, 2012, 14.

atenderemos ao princípio da *vocação universal à santidade e específica vocação dos Religiosos* neste chamamento e modo de vida; seguidamente, atenderemos à *natureza e vocação escatológica da Igreja* e, finalmente, contemplaremos a figura luminosa da *Virgem Maria na economia da salvação*.

1. Da Igreja-Sociedade perfeita à Igreja-Mistério e Sacramento

O grande Concílio do século XX reconheceu que, para *atualizar* a imagem, a linguagem e a forma de comunicação da sua *mensagem*, a Igreja, atenta aos *sinais dos tempos*, deveria ir às fontes da Revelação, à Sagrada Escritura e à Tradição, ou seja, deveria “refontalizar-se”.

Escutando e vendo-se ao espelho da Palavra do seu Senhor, a Igreja assume-se, então, “em Cristo como que *sacramento* ou *sinal*, e também como *instrumento* da união íntima com Deus e da unidade de todo o género humano”⁶.

Nesta atitude de escuta e de necessidade de renovação, a magna assembleia conciliar confrontou-se com o *Mistério*⁷ em que a Igreja se funda e se move. Com efeito, as várias metáforas a que a *Lumen Gentium* recorre para tentar compreender e *dizer* a Igreja afiguram-se-nos como tantas outras vozes desse *Mistério*, sendo a metáfora do *Mistério*, a metáfora das metáforas, que a todas as outras subjaz e que o Concílio enuncia desta forma:

“Nascida do amor do Pai eterno, fundada no tempo por Cristo Redentor, reunida no Espírito Santo, a Igreja tem uma finalidade salvífica e escatológica, que só pode ser plenamente alcançada no século futuro. Todavia, já está presente aqui na terra,

⁶ *Lumen Gentium*, 1.

⁷ “«Mistério» não tem nada a ver com segredos ou ocultismo. Trata-se sim de uma realidade que nos ultrapassa, que é transcendente. Sendo constituída por pessoas humanas, a sua origem está em Deus e é vivificada pela graça de Cristo, especialmente nos sacramentos” Manuel MORUJÃO, *op., cit.*, 51-52.

formada por homens, quer dizer, por membros da cidade terrena, que são chamados a formar, no seio mesmo da história humana, a família dos filhos de Deus, que deve aumentar sempre até à vinda do Senhor”⁸.

Na verdade, o *mistério da Igreja* é parte integrante do mistério de Cristo, do *mistério de Deus* e do *mistério do homem*. A assembleia magna do Vaticano II, ouvida a voz do Espírito Santo, formula e professa assim a sua fé:

“O Pai eterno *criou o mundo*, decidiu elevar os homens à *participação* da Sua vida divina, e não os abandonou quando pecaram em Adão”⁹. Revelou Deus a sua essência amorosa, não apenas no acto magnânimo da criação, mas na misericórdia da Incarnação de Seu Filho Jesus Cristo, que, “inaugurou na terra o reino dos céus”¹⁰. O Reino dos Céus, a Cidade de Deus, fundada em e por Jesus Cristo, só pelo Seu Espírito, só pelo Espírito de Deus, só pelo Espírito Santo, subsiste e cresce até à plenitude. Por isso, o mistério de Deus (*Teologia*) e o mistério do Homem (*Antropologia*), o Mistério de Cristo (*Cristologia*) e o Mistério da Igreja (*Eclesiologia*) têm a sua plena compreensão e realização no mistério do Espírito Santo (*Pneumatologia*). “O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis como num templo”¹¹, edificando-os e renovando-os “com a força do Evangelho”¹². Mas, para que o Homem seja salvo, pela Fé em Jesus Cristo e pelas consequentes obras, é necessário que, primeiramente, a Boa Nova da Salvação lhe seja anunciada. O *mistério da Igreja* manifesta-se, assim, na Boa Nova, no Evangelho, na pregação que, por múltiplas vias, à semelhança de semente levada pelo vento, vai chegando ao ouvido e ao coração das sucessivas gerações, semente fecundada pelas obras (sacramentos), pela presença (eucarística), pelos milagres e pela “própria pessoa de Cristo”¹³.

⁸ *Gaudium et Spes*, 40.

⁹ *Lumen Gentium*, 2.

¹⁰ *Ibidem*, 3.

¹¹ *Ibidem*, 4.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*, 5.

Divino *pedagogo*, divino *psicólogo*, divino *antropólogo*, Deus não se podia re-velar ao Homem senão por imagens, por figuras, por parábolas ou por metáforas¹⁴. *Imagem* divina por excelência é, originariamente, o próprio Jesus Cristo, metaforicamente identificado pelo seu confidente, o Apóstolo João Evangelista, como *Logos*, como *Palavra de Deus*. “O Cristianismo é – como assinala Bento XVI – «a religião da Palavra de Deus», não de «uma palavra escrita e muda, mas do Verbo encarnado e vivo». Como afirmaram os Padres sinodais, encontramos-nos realmente perante um uso analógico da expressão «Palavra de Deus», e disto mesmo devemos estar conscientes”¹⁵.

Ancorado primacialmente na Sagrada Escritura, mas não descurando o sentido do *Mistério*, o Concílio enuncia metaforicamente a identidade da Igreja sob as seguintes figuras: 1.º como *Corpo Místico de Cristo*, pela comunicação do Espírito, Cristo constituiu com os Seus irmãos, chamados de entre todas as gentes, o Seu Corpo Místico, cuja vida se comunica aos crentes pelos *Sacramentos*, desde o *Batismo*; “Cristo é a Cabeça deste Corpo”¹⁶; 2.º como *Luz dos povos*, “Cristo é a luz dos povos. [...] A claridade de Cristo resplandece na face da Igreja”¹⁷; 3.º como *Sacramento*, “Da união íntima com Deus e da unidade de todo o género humano”¹⁸; 4.º como “*comunidade de fé, de esperança e de amor*”¹⁹; 5.º como *Construção de Deus*, “A Igreja é chamada construção de Deus”²⁰; 6.º como “*Jerusalém celeste e nossa mãe*”²¹; 7.º como *Redil*, “A Igreja é um *redil*, cuja porta única e necessária é Cristo”²²; 8.º como *Lavoura*, “A Igreja é a *lavoura* ou campo de Deus”²³.

A estas, acresce a grandiosa e fundamental afirmação da *Igreja-Povo de Deus*, que adiante relevaremos.

¹⁴ “As imagens bíblicas com que o Concílio se propôs introduzir-nos na contemplação do *mistério da Igreja*, realçam a realidade da Igreja-comunhão na sua inseparável dimensão de comunhão dos cristãos com Cristo e de comunhão dos cristãos entre si” JOÃO PAULO II, *Christifideles Laici*, 19.

¹⁵ BENTO XVI, *Verbum Domini*, 7.

¹⁶ *Lumen Gentium*, 7.

¹⁷ *Ibidem*, 1.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, 8.

²⁰ *Ibidem*, 6.

²¹ *Ibidem*.

²² *Ibidem*.

²³ *Ibidem*.

A *Constituição Dogmática sobre a Igreja*²⁴, como que sua lei fundamental, estabelece como objectivo principal deste luminoso documento explicar “a natureza e a missão universal da Igreja”²⁵.

Deus revelou a sua essência amorosa, não apenas no acto magnânimo da criação, mas na misericórdia da Encarnação de Seu Filho Jesus Cristo, que “inaugurou na terra o reino dos céus”²⁶, difundida e animada pelo Espírito Santo. “O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis como num templo. Faz rejuvenescer e renova a Igreja “com a força do Evangelho”²⁷. Para que o Homem seja salvo, pela Fé em Jesus Cristo e pelas consequentes obras, é necessário que, primeiramente, a Boa Nova da Salvação lhe seja anunciada.

A identidade ou vocação da Igreja é indissociável da sua missão²⁸. “Comunidade de fé, de esperança e de amor”, participando e assimilando-se ao “mistério da encarnação”²⁹, a Igreja também é chamada a consumir a sua natureza e missão “na pobreza e na perseguição”, à imagem e semelhança do seu fundador, da sua *Cabeça*, do seu Senhor, de Cristo Jesus, que, “sendo de condição divina, aniquilou-se e tomou a condição de servo”³⁰. Para ser fiel ao seu

²⁴ “A concepção elaborada em *Lumen Gentium* contra uma minoria de bispos que acusava a noção de mistério «falta de racionalidade e de juridismo», apresenta a Igreja como um povo unido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo» (LG, 4). Trata-se do mistério de «um povo unido pela fonte trinitária que lhe está na origem. A unidade não é qualquer coisa que se conquista, mas sobretudo uma realidade que se recebe, já que ela «Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano» (LG, 1). Realça-se, na reflexão conciliar, o enraizamento da comunidade eclesial no mistério trinitário” José LIMA, *op. cit.*, 76. “A constituição dogmática apresenta a Igreja como mistério e não como sociedade perfeita. Como mistério, ela funda-se no projecto de Deus e traça um caminho solidário do dever do homem e da sua evolução do decorrer do tempo. Ela é mais perfeita quanto mais se abrir ao dom de Deus e se aproximar dos homens. Desde logo, rompe-se com uma posição hierárquica para uma igualitária: todos têm a mesma dignidade (sacerdócio) e caminham para o mesmo fim (santidade), salvaguardando os respectivos ministérios (funções e carismas). Edifica-se assim uma Igreja à luz da Trindade, onde todos são sujeitos, participantes no Corpo de Cristo” D. Jorge ORTIGA, «Igreja que dizes de ti mesma», in AA.VV, *Vaticano II, 50 anos, 50 olhares*, Paulus Editora, Lisboa, 2012, 64.

²⁵ *Lumen Gentium*, 1.

²⁶ *Ibidem*, 3.

²⁷ *Ibidem*, 4.

²⁸ “A finalidade da Igreja é o Evangelho e, portanto, tudo nela deve girar à volta disso” Joseph RATZINGER, *Caminhar juntos na fé, A Igreja como comunhão*, Editorial A.O., Braga, 2005, 141. “É pois, missão da Igreja servir, porque esta é a vontade do seu Fundador, que fez da sua vida serviço a favor dos Homens” Maria MOREIRA, *A Igreja serve, no Concílio e em Paulo VI*, Artipol – Artes Tipográficas, Águeda, 2009, 121. “Não se trata de uma Igreja, como sociedade soberana, mas da comunidade como «interlocutora» e «parceira» da sociedade. A Igreja está entre as outras instituições, com uma missão específica vinculada ao Evangelho de Cristo, mas sem complexos de superioridade, nem arremessos de combate. Presta um serviço à humanidade, como «fermento do reino», anunciando-o e instaurando-o entra as nações” José LIMA, *op. cit.*, 78.

²⁹ *Lumen Gentium*, 8.

³⁰ *Ibidem*, 8.

Senhor, também a Igreja se deve despojar continuamente dos adereços mundanos do poder, da riqueza e da glória. “A Igreja, que certamente precisa de recursos humanos para cumprir a sua missão, não foi fundada para buscar glórias terrenas mas para pregar, também com o seu exemplo, a humildade e a abnegação”³¹. Para persistir na fidelidade e na via da identificação com o seu Senhor, a Igreja, porque é “santa e pecadora”, deve regenerar-se continuamente, no cadinho da penitência e da renovação, para prosseguir no tempo a sua travessia para a eternidade. “A Igreja reúne em seu seio os pecadores e, por isso, ao mesmo tempo que é santa, precisa também de purificação, e sem descanso prossegue no seu esforço de penitência e renovação”³², peregrinando “entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus”³³.

Sob o foco luminoso do *Mistério de Deus*, a introdução da *Lumen Gentium* correlaciona este Mistério supremo com outros pontos de luz: o *Mistério de Cristo*, o *Mistério do Espírito Santo*, o *Mistério da Igreja*, ilustrando este último com as referidas metáforas e explicando, também luminosamente, a sua natureza e missão com o exemplo de vida do seu Senhor.

2. Primazia da figura teológica do Povo de Deus

Está, talvez, por compreender, assumir e cumprir a afirmação conciliar da primazia teológica da realidade comunitária do “Povo de Deus”³⁴ (Cap. II) relativamente à distinção e organização hierárquica (Cap. III) e à diferença específica de *clérigos e leigos*³⁵.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*.

³⁴ “Neste anúncio e neste testemunho, os fiéis leigos têm um lugar original e insubstituível: por meio deles a Igreja de Cristo torna-se presente nos mais diversos sectores do mundo, como sinal e fonte de esperança e de amor” JOÃO PAULO II, *Christifideles Laici*, 7.

³⁵ “É através dos leigos principalmente e por vocação própria, através do compromisso no mundo onde vivem e trabalham, que há-de brilhar a fisionomia de uma Igreja comprometida na promoção humana” António MARTO, «O compromisso do cristão no mundo. Fundamento teológico», in *Communio* 1, 1985, 61. “É imprescindível o contributo dos *fiéis-leigos* para a vida eclesial; têm na verdade um lugar insubstituível no anúncio e serviço do Evangelho da esperança, porque, «por meio deles, a Igreja de Cristo torna-se presente nos mais diversos sectores

O Concílio, expressando abertamente a fé cristã da vocação universal à salvação, professa, fundado no versículo 35 do capítulo 10º dos *Actos dos Apóstolos*, que “em qualquer tempo e nação, é aceite a Deus todo aquele que O teme e pratica a justiça”³⁶ e assinala que o desígnio divino de salvação se realiza não individualmente, mas comunitariamente. “Aproveu, no entanto, a Deus, – professa o Concílio – santificar e salvar os homens, não individualmente excluindo toda a relação entre eles, mas antes constituí-los em povo, que O conhecesse na verdade e O servisse na santidade”³⁷.

Contemplando a extensão da figura do “Povo de Deus”, o Concílio reconhece que “Quantos acreditam em Cristo, regenerados não de uma semente corruptível, mas incorruptível pela Palavra de Deus vivo (cf. *Ped* 1, 23), não da carne, mas da água e do Espírito Santo (cf. *Jo* 3, 5-6), vêm a constituir “estirpe eleita, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido, que outrora não era *Povo de Deus*, mas que o é agora” (cf. *1 Ped* 2, 9-10).

Tendo como *Cabeça* do seu *Corpo* Cristo Jesus, a Igreja reconhece e professa a sua suprema dignidade e liberdade, pauta a sua missão pelo mandamento novo do indissociável amor divino e amor humano e age em função da consumação do “Reino de Deus”, assumindo-se como “Nova Israel” e como “Povo missionário”³⁸. Sinal e prova da dignidade da Igreja universal é o dom do “sacerdócio comum” dos fiéis, recebido nos Sacramentos, dom anterior ao “sacerdócio ministerial”, uma prerrogativa dos membros da minoria hierárquica da Igreja³⁹. Note-se que a constituição da comunidade sacerdotal eclesiástica é operada pelos sacramentos do Batismo, da Confirmação, da Eucaristia, da Penitência, da Santa Unção, da Ordem e do Matrimónio⁴⁰.

do mundo, como sinal e fonte de esperança e de amor ». Participantes de pleno direito na missão da Igreja no mundo, os fiéis-leigos são chamados a mostrar como a fé cristã constitui a única resposta cabal às questões que a vida põe a todo o homem e a cada sociedade, e a introduzir no mundo os valores do Reino de Deus, promessa e garantia duma esperança que não desilude” JOÃO PAULO II, *Ecclesia in Europa*, 41.

³⁶ *Lumen Gentium*, 9.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*, 11.

Fiel à sua inalienável vocação universal, a Igreja crê que “todos aqueles que olham com fé para Jesus, como autor da salvação e princípio da unidade e da paz, Deus convocou-os e constituiu com eles a Igreja, que seja para todos e cada um o sacramento visível desta unidade salvífica”⁴¹.

A universalidade da Igreja não é relativa, não é de natureza temporal e espacial, já que por “propagar-se a todas as regiões” e entrar na “história dos homens”, transcende os tempos e as fronteiras dos povos⁴².

Não sendo o Espírito de Deus propriedade ou privilégio de crente ou homem algum, mas antes dom prometido e conferido a todos os crentes e a todos os homens, o Concílio reconhece e professa que o *Povo de Deus* é um “Povo carismático”, a todos assistindo o dever de “não extinguir o espírito”⁴³, quer individualmente, quer comunitariamente, a começar pela esfera familiar, que o Concílio reconheceu como “Igreja doméstica”⁴⁴.

Embora, o capítulo da Igreja - Povo de Deus não figurasse no esquema inicial da *Lumen Gentium* no lugar em que veio a figurar, imediatamente a seguir ao capítulo inaugural (Capítulo I) relativo ao Mistério da Igreja e antes do Capítulo III dedicado à Hierarquia, a prevalência que a este capítulo foi dada na Igreja, Corpo Místico de Jesus Cristo é, em si mesma, de uma radicalidade e transcendência dignas de aturada reflexão e ponderação no seu sentido teológico e respectivas consequências pastorais. A representação da Igreja movendo-se em torno da figura do Povo de Deus, e não em torno da figura da Hierarquia, foi entendida como *revolução copernicana da Igreja* do século XX⁴⁵. As reservas que esta revolução mereceu, e ainda merece, advêm, parece-nos, de um equívoco ou de um mal-entendido que decorre da identificação da Igreja - Povo de Deus com uma Igreja democrática, em alegada contraposição à Igreja hierárquica. Ora, não é disso que se trata. Afirmar a primazia da Igreja - Povo de Deus relativamente à Igreja - Hierarquia não significa afirmar que a Igreja seja

⁴¹ *Ibidem*, 9.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*, 12.

⁴⁴ *Ibidem*, 11.

⁴⁵ Manuel Morujão, *op. cit.*, 50.

democrática, mas muito mais do que isso. Significa afirmar que a Igreja é primordialmente *comunitária*. A realidade da Igreja - Povo de Deus não é de natureza sociológica, mas sim ontológica e teológica. Entre outras provas ou argumentos da radicalidade comunitária, ontológica e teológica, da figura da Igreja - Povo de Deus, podemos aduzir a da universal filiação divina de todos os homens e a do sacerdócio comum dos fiéis. A estas poderíamos acrescentar a do sacerdócio cósmico. Este argumento encontramos-lo, por exemplo, na leitura do Cardeal-Arcebispo de Paris, Jean-Marie Lustiger, que considera que o mandamento dado ao homem de dominar a terra não significa fazer do homem dono da criação, pois dono ou Senhor é somente Deus, mas fazer do homem sacerdote. “Com este primeiro mandamento, o Criador confia ao homem a missão de ser sacerdote da criação. [...] O homem é sacerdote e intercessor da criação perante Deus, sacerdote e testemunha de Deus perante a criação”⁴⁶. Infelizmente, esta dimensão sacerdotal confiada ao homem parece não ser devidamente valorizada. “Este mundo seria mudo se a sua voz não ressoasse no cântico sacerdotal da humanidade. [...] A criação estaria acabada quando, pela obra sacerdotal do homem, entrar no sétimo dia, no repouso do eterno”⁴⁷. O Povo de Deus, constituído por fiéis leigos, por fiéis ordenados e por todos homens de boa vontade, é, pois, um povo verdadeiramente sacerdotal. “A vocação sacerdotal de todo o ser humano é a duma criatura amada, chamada a perdoar porque ela mesma é perdoada, destinada a dar a vida, porque a recebe como graça”⁴⁸.

Decorre da anterioridade, radicalidade e superioridade da realidade da Igreja - Povo de Deus a superação da menoridade dos fiéis leigos, investidos no sacerdócio comum, relativamente aos fiéis ordenados, investidos no sacerdócio ordenado.

⁴⁶ Jean-Marie LUSTIGER, *Sê digno da condição humana*, Editorial A.O., Braga, 1977, 125.

⁴⁷ *Ibidem*, 126.

⁴⁸ *Ibidem*, 130.

A chamada *hora dos leigos*, “esta hora que tardava, veio com a clarificação da Igreja como Povo de Deus e, onde esta ainda não entrou, o estatuto dos leigos persiste numa menoridade injusta e sem explicação”⁴⁹.

Esta figura da Igreja - Povo de Deus prende-se com a questão do *sujeito* da Igreja. O Concílio Vaticano II, talvez por força das circunstâncias, tratou apenas de uma figura de sujeito, a do Romano Pontífice. O Vaticano II pôs o acento tónico do *sujeito* da Igreja, não na figura primacial do Sumo Pontífice, mas no princípio da *Colegialidade* da *Comunidade* dos sujeitos da Igreja. De uma Igreja para o Povo, passa-se a uma Igreja do Povo. “A compreensão de uma Igreja de sujeitos ou de pessoas haurida da imagem viva de Povo de Deus eleva os crentes de objetos ou meros destinatários a portadores da fé e da rememoração do que Deus operou e opera na história”⁵⁰.

Com efeito a universalidade do *Povo de Deus*⁵¹ é a questão magna da reflexão e meditação teológica e eclesiológica, uma questão afim da necessidade da Evangelização para o desígnio divino de salvação universal.

O Concílio, iluminado e aquecido, certamente, pelo clarão divino do Pentecostes, reafirma a “unidade católica do *Povo de Deus*”⁵², reconhece a especificidade dos “cristãos não católicos”⁵³ e dos crentes “nãos cristãos”⁵⁴ e professa a necessidade da fé e do baptismo como imperativos da “salvação”⁵⁵, realidades que inquietam a Igreja, e reclamam a necessidade do testemunho, do dever indeclinável e inalienável da ação missionária, evangelizadora, da Igreja⁵⁶.

⁴⁹ António MARCELINO, «Necessidade de um novo rosto e uma nova consciência eclesial», in *Diário do Minho*, 13.05.2012.

⁵⁰ Miguel Baptista PEREIRA, *Modernidade e secularização*, Livraria Almedina, Coimbra, 1990, 344.

⁵¹ “Também os bispos, os sacerdotes e os religiosos são fiéis cristãos, são povo de Deus, com uma só fé e um só baptismo. Mais primordial e importante que sublinhar estruturas da Igreja e as diversas funções dos seus membros é realçar a sua unidade fundamental como «novo povo de Deus»” Manuel MORUJÃO, *op. cit.*, 52. “Todo o ministério recebe a sua instituição e inspiração da vida e dom de Jesus Cristo, para a construção da comunidade e da comunhão (koinonia)” Arnaldo PINHO, «Ministérios laicais, Fundamentação teológica e problemática pastoral», in *Communio* 1, 1985, 63.

⁵² *Lumen Gentium*, 13.

⁵³ *Ibidem*, 15.

⁵⁴ *Ibidem*, 16.

⁵⁵ *Ibidem*, 14.

⁵⁶ *Ibidem*, 17.

3. Constituição hierárquica da Igreja

O Concílio reconhece como dogma o desígnio e a constituição hierárquica da Igreja, professando a sua instituição divina cristológica⁵⁷, o primado e a infalibilidade, que, mais do que pessoal, é *comunitária, eclesial, colegial*, pessoalmente “significada”, comunitariamente gerada⁵⁸, – não *absoluta*, mas sinalizada pela *Revelação* cuidadosamente interpretada, pela *Tradição* e pela *Voz do Povo de Deus* – do Romano Pontífice⁵⁹ e do ministério hierárquico dos Bispos, “sucessores dos Apóstolos, os quais, com o Sucessor de Pedro, Vigário de Cristo e Cabeça visível de toda a Igreja, governam a Casa de Deus vivo”⁶⁰.

Conexo com o princípio do primado e da infalibilidade do *Romano Pontífice*, reconhece e afirma o Concílio o princípio da *colegialidade* episcopal, entendendo por *colégio* “grupo estável, cuja presidência entregou a Pedro escolhido de entre eles”⁶¹, com o tríplice múnus de “santificar”⁶², de “ensinar” e de “governar”⁶³.

Como pontífices, a par de mestres e de pastores, compete aos Bispos construir pontes, nomeadamente entre os clérigos e os fiéis, sob pena de a Igreja continuar a ser, por inércia, invencivelmente clerical e o laicado uma proclamação retórica e uma inconsequente ficção.

⁵⁷ *Ibidem*, 20.

⁵⁸ *Ibidem*, 25.

⁵⁹ “Com o poder e autoridade sem os quais tal função seria ilusória, o Bispo de Roma deve assegurar a comunhão de todas as Igrejas. Por este título, ele é o primeiro entre os servidores da unidade. Tal primado é exercido a vários níveis, que concernem à vigilância sobre a transmissão da Palavra, a celebração sacramental e litúrgica, a missão, a disciplina, e a vida cristã. Compete ao Sucessor de Pedro recordar as exigências do bem comum da Igreja, se alguém for tentado a esquecê-lo em função dos próprios interesses. Tem o dever de advertir, premunir e, às vezes, declarar inconciliável com a unidade da fé esta ou aquela opinião que se difunde. Quando as circunstâncias o exigirem, fala em nome de todos os Pastores em comunhão com ele. Pode ainda — em condições bem precisas, esclarecidas pelo Concílio Vaticano I — declarar *ex cathedra* que uma doutrina pertence ao depósito da fé. Ao prestar este testemunho à verdade, ele serve a unidade. Mas tudo isto deve realizar-se sempre na comunhão. Quando a Igreja Católica afirma que a função do Bispo de Roma corresponde à vontade de Cristo, ela não separa esta função da missão confiada ao conjunto dos Bispos, também eles «vicários e legados de Cristo». O Bispo de Roma pertence ao seu «colégio», e eles são os seus irmãos no ministério” JOÃO PAULO II, *Ut Unum Sint*, 94-95.

⁶⁰ *Ibidem*, 18.

⁶¹ *Ibidem*, 19.

⁶² *Ibidem*, 26.

⁶³ *Ibidem*, 21-22-24-27.

O compromisso do Bispo com a sua Igreja particular impõe-lhe, pois, o dever de estabelecer ligações, especialmente em prol “dos membros pobres, dos que sofrem, e dos que são perseguidos pela causa da justiça”⁶⁴.

O tríplice múnus episcopal de *santificar, ensinar e governar* não se esgota nem se cumpre exclusiva e plenamente no ministério e magistério episcopais, mas prolonga-se e realiza-se também no ministério e magistério presbiterais, pela exemplaridade na *fé*, no *ensino* e na *vida*⁶⁵. Aos presbíteros cabe enfim não pequena nem fácil tarefa na obra da primeira e da *Nova Evangelização*.

O imperativo ministerial e magistral, nomeadamente dos Presbíteros, de cuidar da profissão, da celebração, da vivência, do anúncio e da contemplação do dom da Fé não se cinge ao pequeno redil dos fiéis e à primeira evangelização, mas também, digamos, aos destinatários da chamada *Nova Evangelização* e do chamado novo *Átrio dos Gentios*, como expressamente se declara no n.º 28 da *Lumen Gentium*:

*“Lembrem-se que, com a sua conduta de cada dia e com a sua solícitude, devem mostrar a imagem dum ministério verdadeiramente sacerdotal e pastoral aos fiéis e infiéis, aos católicos e não-católicos, e devem dar a todos testemunho de verdade e de vida; e como bons pastores devem ir procurar também [...] aqueles que foram batizados na Igreja Católica, mas abandonaram a prática dos sacramentos ou mesmo perderam a fé”*⁶⁶.

⁶⁴ *Ibidem*, 23-26-27.

⁶⁵ *Ibidem*, 28.

⁶⁶ São precisamente aqueles que foram batizados na Igreja Católica, mas abandonaram a prática dos sacramentos ou mesmo perderam a fé destinatários do ministério da *Nova Evangelização*.

4. Identidade dos leigos na comunhão eclesial do Povo de Deus e sua relação com a Hierarquia

O Colégio Episcopal e a sua relação com o Sumo Pontífice tem como corolários a relação dos presbíteros com os bispos e dos leigos com os presbíteros. Mas tratar-se-á de uma relação essencial, ontológica, substantiva, ou simplesmente accidental e funcional? O Concílio declarou, no fim da *Lumen Gentium*, em “Nota Prévia Explicativa”, que “o paralelismo entre S. Pedro e os demais Apóstolos, por um lado, e entre o Sumo Pontífice e os Bispos, por outro”, não significa “igualdade entre a Cabeça e os membros do Colégio; mas implica tão só uma *proporcionalidade* entre a primeira relação (Pedro-Apóstolos) e a segunda (Papa-Bispos)”. Não é, porém, sobre as referidas relações específicas, mas, antes, sobre a relação geral e fundamental da hierarquia⁶⁷ ou dos *fiéis clérigos* com os *fiéis leigos* que incide a presente reflexão. De que natureza e função é essa relação? Unívoca, equívoca ou análoga? Talvez se possa dizer que é uma relação “onto-teológica” e sacramental e não simplesmente funcional, leitura que fundamentamos nos documentos conciliares. De facto, a realidade ontológica e a categoria teológica *Povo de Deus* precede, na economia da *Lumen Gentium*, as especificações verificadas na comunidade eclesial, pois “quanto se disse do Povo de Deus, vale igualmente para leigos, religiosos e clérigos”⁶⁸.

O n.º 9 do *Decreto Sobre o Ministério e Vida dos Sacerdotes (Presbyterorum Ordinis)* contém a norma reguladora da relação dos Clérigos (Presbíteros) com os Leigos⁶⁹e

⁶⁷ “Há na Igreja diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Os Apóstolos e os seus sucessores receberam de Cristo a missão de ensinar, de governar e de santificar em seu nome e com a sua autoridade. Mas também os leigos, participando do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, no âmbito da missão de todo o povo de Deus, têm a mesma missão na Igreja e no mundo” *Apostolicam Actuositatem*, 2. “Que na comunhão em Deus, uns exerçam funções que os colocam, pessoalmente, à parte e por acção sacramental, para o serviço do Senhor e dos irmãos, decorre fielmente da preparação que o Senhor fez, entre os seus discípulos, especialmente dos doze, que formou em intimidade relacional e com a finalidade de lhes confiar, como a bons pastores, o seu próprio redil. Mas a vocação ao seguimento do Senhor, a tomar a cruz, a ser sal da terra e luz do mundo, a abraçar a bem-aventurança, é feita a todo o cristão, quer no silêncio da sua cela, quer na poluição sonora da fábrica onde trabalha, quer na solicitude atenta ao seu hospital, à sua escola, à sua família” Maria CARVALHO, «Modelos de Igreja e Identidade Laical», in *Communio* 1, 1985, 37.

⁶⁸ *Lumen Gentium*, 30.

⁶⁹ “Com todos os regenerados nas águas do Baptismo, os Sacerdotes são irmãos entre irmãos, membros do único e mesmo Corpo de Cristo, cuja edificação a todos pertence. Devem, portanto, os Sacerdotes estar à frente, de tal

os direitos e deveres recíprocos de clérigos e leigos são claramente enunciados pelo Concílio, quando declara na *Constituição Dogmática sobre a Igreja que os leigos*:

“Segundo a ciência, competência e prestígio que possuem, têm a faculdade, às vezes até o dever, de manifestar o seu parecer no que se refere ao bem da Igreja. Faça-se isto, se as circunstâncias o requererem, através de órgãos estabelecidos pela Igreja para o efeito, e sempre com verdade, fortaleza e prudência, e mostrando respeito e caridade para com aqueles que, por motivo do seu ofício sagrado, fazem as vezes de Cristo”⁷⁰.

É evidente que desrespeitando este princípio, pretendendo exercer no corpo da Igreja, que é Corpo Místico de Cristo, função diferente daquela que, por ordenação divina, lhe compete, a função laical degenera em “*leiguismo*”, da mesma forma que, desrespeitando o mesmo princípio, a função clerical degenera em *clericalismo*. Para esta última perversão chama a atenção a lei fundamental da Igreja, no mesmo número 37 da *Lumen Gentium*, quando adverte:

“Por sua parte, os Sagrados Pastores reconheçam e tornem efectivas a dignidade e a responsabilidade dos leigos na Igreja; aproveitem de bom grado o seu conselho prudente, confiem-lhes serviços para o bem da Igreja, e deixem-lhes liberdade e campo de acção; animem-nos mesmo a empreender outras obras por iniciativa própria. Considerem atentamente, diante de Deus e com paternal afecto, as

modo que, não procurando os próprios interesses, mas os de Cristo, trabalhem em união de esforços com os fiéis leigos e se conduzam no meio deles segundo o exemplo do Mestre, que veio viver com os homens, não para ser servido, mas para servir e dar a sua vida para redenção de muitos. Os Sacerdotes reconheçam e promovam sinceramente a dignidade e a participação própria dos leigos na missão da Igreja. Respeitem também cuidadosamente a justa liberdade que a todos compete na cidade terrestre. Escutem de bom grado os leigos e examinem fraternalmente as suas aspirações, reconhecendo a sua experiência e competência nos diversos campos da actividade humana, para que, juntamente com eles, saibam reconhecer os sinais dos tempos”
Presbyterorum Ordinis, 9.

⁷⁰ *Lumen Gentium*, 37.

iniciativas, as propostas e os desejos manifestados pelos leigos. Enfim, hão-de os Pastores reconhecer respeitosamente a justa liberdade que a todos compete na sociedade temporal. Desta convivência familiar entre os Leigos e os Pastores há que esperar muitas vantagens para a Igreja; na verdade, assim se robustece nos leigos o sentido da responsabilidade própria, se favorece o entusiasmo e mais facilmente se conjugam as suas forças com a operosidade dos Pastores. Estes, por sua vez, ajudados pela experiência dos leigos, ficam com a possibilidade de julgar com mais clareza e exactidão tanto das coisas espirituais como das temporais. E assim a Igreja, recebendo forças de todos os seus membros, realiza com maior eficácia a sua missão para a vida do mundo”⁷¹.

Pela sua profundidade e adequação, este artigo da Lei Fundamental da Igreja no Mundo Contemporâneo deveria ser a norma constante em toda a actividade pastoral das comunidades cristãs paroquiais. Deveria, uma e outra vez, ser lido, interpretado e seguido, mormente nos momentos de conflito nas comunidades, a propósito das mais diversas questões e actuações.

O Concílio reconhece e professa que os *leigos* participam na missão salvífica da Igreja⁷², na “missão sacerdotal de Cristo”⁷³, na “missão profética de Cristo”⁷⁴, na “consagração do mundo”⁷⁵ e na “cristianização das estruturas humanas”⁷⁶.

Reconhecendo e professando que os leigos participam do Sacerdócio de Jesus Cristo, significa que também neles está presente, se realiza e por eles se atualiza o sacramento da salvação. “Cristo Jesus, Sumo e Eterno sacerdote, querendo continuar por meio dos leigos o seu testemunho e o seu ministério, vivifica-os com o Seu Espírito e impele-os constantemente

⁷¹ *Ibidem*, 37.

⁷² *Ibidem*, 30.

⁷³ *Ibidem*, 34.

⁷⁴ *Ibidem*, 35.

⁷⁵ *Ibidem*, 34.

⁷⁶ *Ibidem*, 36.

a toda a obra boa e perfeita”⁷⁷. Neste sentido, participação significa presença eficaz, cooperação essencial, causalidade necessária. É vocação divina dos leigos “contribuírem do interior, à maneira de fermento, para a santificação do mundo”⁷⁸.

A vocação e missão dos leigos não é, pois, simplesmente funcional ou administrativa, mas a de “buscar o Reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus”⁷⁹.

Por vontade de Deus, a comunidade dos seus filhos está e vive no mundo. Ocupando os leigos o coração desse mesmo mundo, compete-lhes a obra da evangelização, da cristianização das estruturas humanas. Por isso, ordena o Concílio, que “congreguem os leigos os seus esforços para sanar as estruturas e as condições do mundo, se acaso elas incitam ao pecado, de modo que tudo se conforme às normas da justiça e, longe de impedir, favoreça a prática das virtudes”⁸⁰. Por meio da *Epístola a Diogneto*, o Concílio expressa a doutrina dos leigos com a metáfora do ser do homem: “O que a alma é no corpo, sejam-no os cristãos no mundo”⁸¹.

É, pois, minimalista, e não propriamente conciliar, a definição negativa de *leigos* como não clérigos e não religiosos. De facto, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* define-os como “os fiéis que – por haverem sido incorporados em Cristo pelo Baptismo e constituídos em Povo de Deus, e por participarem a seu modo do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo – realizam na Igreja e no mundo, na parte que lhes compete, a missão de todo o povo cristão”⁸². A *secularidade* ou presença e ação nas estruturas mundanas ou profanas é a diferença específica entre fiéis leigos e fiéis clérigos e religiosos.

Diferentemente dos clérigos, cuja vocação específica é o sagrado ministério, diferentemente dos religiosos, cuja vocação específica é o espírito das bem-aventuranças, a

⁷⁷ *Ibidem*, 34.

⁷⁸ *Ibidem*, 30.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ *Ibidem*, 36.

⁸¹ *Ibidem*, 8.

⁸² *Ibidem*, 51.

vocação dos leigos é buscar o Reino de Deus no exercício das actividades temporais, agindo “à maneira de fermento, para a santificação do mundo, através do cumprimento do próprio dever, guiados pelo espírito evangélico” testemunhando “Cristo aos outros, antes de mais com o testemunho da vida e com o fulgor da sua fé, esperança e caridade”⁸³.

A vocação universal à santidade é o denominador comum e o sentido da comunhão fundamental do Povo de Deus. “Se na Igreja nem todos caminham pela mesma via, todos são chamados à santidade e têm igualmente a mesma fé pela justiça de Deus”⁸⁴.

O princípio ou origem da espiritualidade dos leigos não é, evidentemente, a hierarquia, mas o próprio Deus, como desassombradamente declara o Concílio no *Decreto Sobre o Apostolado dos Leigos (Apostolicam Actuositatem)*:

*“Cristo, enviado pelo Pai, é a fonte e a origem de todo o apostolado da igreja; por isso, é evidente que a fecundidade do apostolado dos leigos depende da sua união vital com Cristo, como Ele disse: Aquele que permanece em Mim e Eu nele, esse produz muito fruto, porque sem Mim nada podeis fazer (Jo 15, 5)”*⁸⁵.

Assim, o “ministério da hierarquia deve ser visto no contexto da dignidade comum de todos os baptizados”⁸⁶.

Deste modo, o Concílio parece ter (re)descoberto uma teologia e eclesiologia laicais. Pela etimologia e pela teologia, a categoria e a figura do “leigo” (de *Laós*) diz propriamente respeito à realidade salvífica do *Povo de Deus*⁸⁷, cuja primazia ou anterioridade onto-

⁸³ *Ibidem*, 31.

⁸⁴ *Ibidem*, 32.

⁸⁵ *Apostolicam Actuositatem*, 4.

⁸⁶ Richard GAILLARDÉZ, Catherine CLIFFORD, *As «chaves» do Concílio*, Paulinas Editora, Artipol – Artes gráficas, Águeda, 2012, 133.

⁸⁷ “A eclesiologia do Concílio foi chamada também «eclesiologia do povo de Deus». A Igreja não deve ser olhada unicamente a partir da «pirâmide eclesial», mas a partir da «base popular laical»” Casiano FLORISTÁN, *op. cit.*, 114. “Como tal, uma nova dimensão focada nos leigos, sob os vínculos da unidade e comunhão, evita o pecado de se trocar a evangelização devida ao rebanho de Deus pela sobreposição da opulência e da acumulação de bens nas mãos dos ministros da graça. Por isso, esta constituição apresenta o Povo de Deus como um povo

teológica relativamente à distinção funcional de clérigos e leigos não nos cansamos de assinalar, com base na economia da *Constituição Dogmática sobre a Igreja*.

Na verdade, a primazia da unidade sobre a diversidade é um princípio axiomático ou, melhor, dogmático, deste crucial documento conciliar que é a *Lumen Gentium*.

“É portanto uno – proclama o Concílio – o povo eleito de Deus: «um só Senhor, uma só fé, um só Baptismo» (cf. Ef 4, 5); comum é a dignidade dos membros pela sua regeneração em Cristo, comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição, uma só salvação, uma só esperança e caridade indivisível”⁸⁸.

Tal como o lugar da mulher, relativamente ao homem, não é de superioridade nem de inferioridade, mas de igualdade, assim é a relação dos clérigos ou da hierarquia relativamente aos leigos ou à Igreja. É feliz a metáfora usada por um sacerdote Sul-africano numa palestra aos Bispos da Conferência Episcopal Indonésia, que comparou a Igreja pré-conciliar a um autocarro, ocupado pelos leigos e empurrado pelos clérigos, e a Igreja pós-conciliar a um autocarro empurrado por clérigos e leigos, lado a lado⁸⁹.

“A distinção que o Senhor estabeleceu entre os ministros sagrados e o restante Povo de Deus, implica uma união, pois os pastores e os fiéis estão vinculados entre si por uma relação mútua...”⁹⁰.

Desta convivência familiar entre os leigos e os Pastores há que esperar, segundo a *Lumen Gentium*,⁹¹ muitas vantagens para a Igreja, mas, segundo não poucas vozes, está por

fundado numa mesma dignidade sacerdotal, cuja fonte e termo está na vida trinitária” D. Jorge ORTIGA, *op. cit.*, 64.

⁸⁸ *Lumen Gentium*, 32.

⁸⁹ Parábola referida por D. Ximenes Belo, na Igreja Paroquial de Vieira do Minho, na celebração arceprelatal inaugural do Ano Pastoral 2011-2012, na Arquidiocese de Braga.

⁹⁰ *Lumen Gentium*, 32.

cumprir esta esperança dos Padres Conciliares. Não o dizemos simplesmente por nós próprios, mas pela observação e reflexão autorizada de um Bispo curioso e diligente na comunicação do seu pensamento. Referimo-nos a D. António Marcelino (Bispo Emérito de Aveiro), da “geração do Concílio” e que veemente e insistentemente apela para a necessidade de ler, estudar e cumprir o Concílio. É eloquente, relativamente a este tópico da primordial e fundamental comunhão eclesial de clérigos e de leigos, a seguinte advertência:

“O Concílio Vaticano II foi o acontecimento com maior força propulsora da mudança a operar-se na Igreja. Realizou-se para isso mesmo, segundo os objectivos anunciados por João XXIII, que queria, não a continuação de uma Igreja clerical, mas o surgir de uma Igreja Povo de Deus, arcada pela Comunhão e pela Missão. Uma Igreja capaz de entender a sociedade e de dialogar com ela sobre o desígnio de Deus a operar-se na história humana”.

Considerando a inércia, se não a resistência, inerentes às estruturas e modelos tradicionais, D. António Marcelino observa:

“Os textos conciliares deixaram de ser lidos, meditados, entendidos como rumo e caminho. Muita gente da Igreja voltou à velha rotina, a programar para conservar, sem se interrogar se por aí pode alguma vez passar o vento da renovação pastoral. Considera que os tempos de cristandade, de sabor clerical estão desadequados e fora do tempo”⁹².

Parece-nos oportuno ainda atender, nesta tentativa de clarificação do lugar dos fiéis leigos na Igreja e relativamente aos fiéis clérigos, à chamada de atenção que o Prof. Fernando

⁹¹ *Ibidem*, 37.

⁹² D. António MARCELINO, «Resistências à mudança», in *Correio do Vouga*, 12/10/2011; Publicado in *Diário do Minho*, 16.10.2011.

Catroga faz para o significado do étimo grego *laós*, que está na origem dos termos *leigo* e *laicado*. O que o radical *laós* nos diz é que a unidade, a comunhão, a comunidade, é anterior e superior à diversidade funcional ou ministerial também no que ao binómio leigos / clérigos concerne. Radicalizar esta diferença significa negar a unidade e abrir caminho à in-diferença:

“Recorde-se que, em grego, laós designava a comunidade humana de povo...[...]. O termo convida, portanto, ao posicionamento, como premissa, de uma ideia substancial de povo e à sua postulação, antes de tudo, como raiz das diferenças, isto é, como fonte de onde promanam o povo dêmos e como polis. [...] A unidade fundante do laós, para ser bem cumprida, é incompatível com todas as discriminações, positivas ou negativas, quaisquer que sejam os seus pretextos (religiosos, filosóficos, sexuais, étnicos, sociais, etc.). [...] Neste horizonte, a abertura ao outro não pode ser encarada como um mero acto de tolerância outorgada, no qual se confirma a exclusiva identidade (e superioridade) de quem pratica o diálogo como uma mera concessão. É que o outro tem de ser compreendido como um eu-outro, sendo o contrário igualmente verdadeiro. Logo, a identidade só se constrói frente à diferença e só não será uma relação insulada se souber levantar pontes que unam as duas margens, edificando algo comum que possibilite a troca, ou melhor ainda, a comunicação. Sem isso, haverá monólogo e nunca diálogo”⁹³.

Embora o propósito deste conceituado investigador e professor da história das ideias seja primordialmente sociológica, política e cultural, parece-nos que esta explicação do étimo do vocábulo *leigo* contém elementos susceptíveis de iluminar a figura teológica e eclesial daqueles que, no seio do Povo de Deus, são chamados de fiéis-leigos.

⁹³ Fernando CATROGA, *Entre Deuses e Césares – Secularidade, Laicidade e Religião Civil*, Edições Almedina, Coimbra, 2006, 487-488-489.

5. Vocação universal à santidade

Da identidade da Igreja é necessariamente parte integrante a vocação universal à santidade. No essencial da fé e da vivência cristãs, não há distinção entre os filhos de Deus, no seio do Povo e na comunidade eclesial. O essencial é a “perfeição da caridade” ou “santidade”⁹⁴. Não há distinção essencial entre os filhos de Deus porque o fundamento dessa filiação é o mesmo: a *caridade*, “pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo por causa d’Ele”⁹⁵. O essencial da fé e da vivência cristãs não é o estatuto humano e a função exercida na Igreja, mas a “caridade, sendo como é o vínculo da perfeição e a plenitude da lei (cf. *Col* 3, 14; *Rom* 13, 10). Assim, todos os fiéis são convidados a tender para a santidade e perfeição do estado próprio”⁹⁶.

A santidade é, como recordava o Beato João Paulo II, fruto da Evangelização, da difusão do espírito de Deus no seio da Humanidade⁹⁷.

6. Os Religiosos na Igreja

O Concílio dedicou à “profissionalização da vocação universal à santidade”⁹⁸ um documento próprio, o “Decreto sobre a adequada renovação da Vida Religiosa” (*Perfectae Caritatis*). A integração deste tópico na economia do presente trabalho justifica-se, porém,

⁹⁴ *Lumen Gentium*, 41.

⁹⁵ *Ibidem*, 42.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ “«Fruto da conversão realizada pelo Evangelho é a *santidade* de muitos homens e mulheres do nosso tempo; não só daqueles que foram proclamados oficialmente santos pela Igreja, mas também dos que, com simplicidade e no dia a dia da existência, deram testemunho da sua fidelidade a Cristo. Como não pensar nos inumeráveis filhos da Igreja que, ao longo da história do continente europeu, viveram uma santidade generosa e autêntica no mais recôndito da vida familiar, profissional e social? «Todos eles, como “pedras vivas” aderentes a Cristo “pedra angular”, construíram a Europa como edifício espiritual e moral, deixando aos vindouros a herança mais preciosa. O Senhor Jesus havia prometido: “Aquele que acredita em Mim fará também as obras que Eu faço; e fará obras maiores do que estas, porque Eu vou para o Pai” (*Jo* 14, 12). Os santos são a prova viva da realização desta promessa, e ajudam a crer que isto é possível mesmo nos momentos mais difíceis da história»” JOÃO PAULO II, *Ecclesia in Europa*, 14.

⁹⁸ Manuel MORUJÃO, *op. cit.*, 145.

pelo facto significativo de o mesmo Concílio ter dedicado o Capítulo VI da sua *Constituição Dogmática sobre a Igreja à Vida Consagrada*, pretendendo, assim, mostrar que os Religiosos são parte integrante da Igreja de Jesus Cristo.

A porção do Povo de Deus que constitui os cristãos ou crentes distinguidos na Igreja com o nome de *religiosos* sinaliza e ilumina a vocação universal da Igreja à santidade, atraídos, animados e edificados que são todos pelo exemplo da “vida virginal e pobre que para si escolheu Cristo Senhor Nosso e que a Virgem Sua Mãe abraçou”⁹⁹. Demarcando o estatuto dos religiosos na estrutura da Igreja, o Concílio Vaticano II esclarece que “pode o Sumo Pontífice, em virtude do seu primado sobre a Igreja Universal e para utilidade comum, isentar da jurisdição dos Ordinários do lugar, e sujeitar directamente à sua autoridade, qualquer instituto de perfeição e cada um dos seus membros”¹⁰⁰. O fundamento e supremo modelo da vida consagrada dos religiosos é Cristo, entregue à contemplação no monte, tanto quanto evangelizando o Reino de Deus às multidões¹⁰¹. Refutando o argumento, adrede exibido, da alegada desumanidade do modo de vida consagrada dos religiosos, mormente dos de vida de clausura, o Concílio declara:

*“Convençam-se todos de que a profissão dos conselhos evangélicos, embora implique a renúncia a bens dignos sem dúvida de grande estima, não obsta contudo ao verdadeiro desenvolvimento da pessoa humana, antes, pelo contrário, por sua própria natureza imenso o favorece”*¹⁰².

⁹⁹ *Ibidem*, 46.

¹⁰⁰ *Ibidem*, 45.

¹⁰¹ *Ibidem*, 46.

¹⁰² *Ibidem*.

7. Natureza e vocação escatológica da Igreja

Constituída e assumida, por desígnio divino, como “comunidade de fé, de esperança e de amor”¹⁰³, é pela primeira destas virtudes que a Igreja se sustenta e age. Sem sondar, de momento, a magna, complexa e misteriosa questão do acesso a esse bem, parece-nos oportuno trazer à colação a definição essencial e perfeita que desta sublime virtude teologal nos é dada na *Carta aos Hebreus*, sobre a qual Bento XVI justa e sabiamente se detém, nomeadamente nos números 7 e 10 da sua luminosa encíclica *Spe Salvi*. “A fé é a *substância* (*hypostasis*) das coisas que se esperam; a *prova* (*elenchos*) das coisas que não se vêem (*Heb*, 11, 1)”¹⁰⁴.

Do objecto da fé, dá-nos o Concílio uma luminosa, admirável e apelativa representação nos números 48-51 da *Lumen Gentium*, assinalando, em primeiro lugar, que o horizonte da fé não se confina ao horizonte do mundo, mas se projeta e consuma na glória celeste: “A Igreja, à qual somos todos chamados em Jesus Cristo e na qual pela graça de Deus adquirimos a santidade, só será consumada na glória celeste; quando chegar o tempo da restauração de todas as coisas (*Act* 3,21); e, com o género humano, também o mundo inteiro, que está unido intimamente ao homem e por ele atinge o seu fim, será totalmente renovado em Cristo”¹⁰⁵. Cristo atraiu a si todos os homens (cf. *Jo* 12, 32); ressuscitado de entre os mortos (cf. *Rom* 6, 9), enviou sobre os apóstolos o Seu Espírito vivificador e, por meio d’Ele, constituiu o Seu Corpo, que é a Igreja, como sacramento universal de salvação [...]”¹⁰⁶. Afirma, em segundo lugar, o Concílio a *presença* do fim dos tempos na Igreja peregrina: “*Já chegámos, portanto, ao fim dos tempos (cf. 1 Cor, 10, 11), a renovação do mundo está irrevogavelmente decretada e vai-se realizando em certo modo já neste mundo; de facto, a Igreja possui já na terra uma santidade verdadeira, embora imperfeita. Até que haja céus novos e nova terra, em que habite a justiça (cf. 2 Ped 3, 13), a Igreja peregrina leva consigo*

¹⁰³ *Ibidem*, 8.

¹⁰⁴ Cf. BENTO XVI, *Spe Salvi*, 7.

¹⁰⁵ Cf. *Ef* 1, 10; *Col* 1, 20; *2 Ped* 3, 10-13.

¹⁰⁶ *Lumen Gentium*, 48.

– nos seus sacramentos e nas suas instituições, que pertencem à idade presente – a figura deste mundo que passa”¹⁰⁷.

Como *Corpo Místico*, a Igreja congrega e une, no seu seio, a universalidade dos seus filhos, nos diferentes estádios do seu ser, no tempo e na eternidade, no mundo terrestre e no mundo celeste, sob as figuras de Igreja peregrina, terrestre ou «militante», de Igreja purgante e de Igreja celeste ou triunfante: “Até que o Senhor venha na sua Majestade, e todos os Anjos com Ele (cf. *Mat* 25, 31), e até que Lhe sejam submetidas, com a destruição da morte, todas as coisas (cf. 1 *Cor* 15, 26-27), alguns dos seus discípulos peregrinam na terra, outros, já passados desta vida, estão-se purificando, e outros vivem já glorificados, contemplando “claramente o próprio Deus, uno e trino, tal qual é...”¹⁰⁸. Focalizando, particularmente, a necessidade do traje da purificação ou da santidade para contemplar a face de Deus, o Concílio refere-se assim à chamada Igreja purgante e ao dever, para com ela, da Igreja peregrina: “Tendo perfeito conhecimento desta comunhão de todo o Corpo Místico de Jesus Cristo, a Igreja terrestre, desde os primeiros tempos do Cristianismo, venerou com grande piedade a memória dos defuntos, oferecendo também sufrágios por eles, porque é santo e salutar o pensamento de orar pelos defuntos para serem libertos dos seus pecados”¹⁰⁹.

8. A figura luminosa da Virgem Maria na economia da salvação

Maravilhoso é o mistério e o ministério de Maria no Mistério (Mariologia) do Verbo Incarnado (Cristologia) e do Corpo Místico de Cristo (Eclesiologia), misteriosa é a sua participação na *economia da salvação*¹¹⁰.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ *Ibidem*, 49.

¹⁰⁹ *Ibidem*, 50.

¹¹⁰ *Ibidem*, 55.

Embora à partida possa parecer despropositado integrar no presente trabalho acerca da *Igreja no Mundo* uma secção sobre a figura da *Virgem Maria na economia da salvação*¹¹¹, verificámos que a integridade deste nosso trabalho ficaria gravemente comprometida sem a presença desta figura prodigiosa do firmamento da fé cristã, dada a relevância da Constituição Dogmática conferida pela Igreja ao Capítulo VIII, “A Bem-Aventurada Virgem Maria Mãe de Deus, no Mistério de Cristo e da Igreja”.

Considerando o espírito ecuménico do Concílio Vaticano II, a ainda não superada divergência da Igreja Católica com outras Igrejas Cristãs relativamente ao culto da Virgem Maria e, finalmente, que o Concílio reconhece que se mantêm “no seu direito as opiniões, que são livremente propostas nas escolas católicas acerca daquela que na santa Igreja ocupa o lugar mais alto depois de Cristo e o mais perto de nós”¹¹², torna-se motivo de grande curiosidade e diligência tentar compreender a amplitude que a lei fundamental da Igreja dedicou à figura da *Mãe de Deus* e da proclamada por Paulo VI, *Mãe da Igreja*. Nenhum outro capítulo da *Lumen Gentium* tem, em termos de extensão, comparação com o capítulo em que se trata da “*Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no Mistério de Cristo e da Igreja*”¹¹³.

O n.º 53 da *Lumen Gentium* contém, parece-nos, o núcleo essencial da doutrina mariana conciliar:

“A Virgem Maria, que na anunciação do Anjo recebeu o Verbo de Deus no seu coração e no seu corpo, e deu a Vida ao mundo, é reconhecida e honrada como

¹¹¹ “A importância fundamental de Maria está na sua missão de nos abrir o caminho para a salvação de Jesus” Manuel MORUJÃO, *op. cit.*, 60. “*Igreja na Europa, continua, pois, a contemplar Maria*, reconhecendo que Ela está « presente como Mãe e participa nos múltiplos e complexos problemas que *hoje* acompanham a vida dos indivíduos, das famílias e das nações», e é o «auxílio do povo cristão, na luta incessante entre o bem e o mal, para que não caia ou, se caiu, para que ressurja» ” JOÃO PAULO II, *Ecclesia in Europa*, 124. “Além disso, fica assim patente que os seus pensamentos estão em sintonia com os de Deus, que o d'Ela é um querer juntamente com Deus. Vivendo intimamente permeada pela Palavra de Deus, Ela pôde tornar-Se mãe da Palavra encarnada. Enfim, Maria é uma mulher que ama” BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, 41.

¹¹² *Lumen Gentium*, 54.

¹¹³ É surpreendente 108 números deste capítulo os 8 do Capítulo I «Mistério da Igreja», os 9 do capítulo II «Povo de Deus», os 11 do capítulo III «Hierarquia», os 9 do capítulo IV «Leigos», os 4 do Capítulo V «Vocação universal à santidade», os 5 do Capítulo VI «Religiosos» e os 4 do Capítulo VII «Escatologia».

verdadeira Mãe de Deus Redentor. Remida do modo mais sublime em atenção aos méritos de seu Filho, e unida a Ele por vínculo estreito e indissolúvel, foi enriquecida com a sublime prerrogativa e dignidade de ser Mãe de Deus Filho, e, portanto, filha predilecta do Pai e sacrário do Espírito Santo. [...] Por esta razão é também saudada como membro supereminente e absolutamente singular da Igreja, e também como seu protótipo e modelo acabado da mesma na fé e na caridade; e a Igreja católica, guiada pelo Espírito Santo, honra-a como mãe amantíssima, dedicando-lhe afecto de piedade filial”¹¹⁴.

Os títulos com que a *Revelação*, a *Tradição* e a *devoção* do *Povo de Deus* representam, exaltam e veneram a Mãe de Deus são sinais maravilhosos da sua misteriosa acção. “*O Concílio ultrapassa a representação de Maria como uma figura celestial, maravilhosamente pairando acima da Igreja. Maria, como Mãe da Igreja, Mãe de toda a família dos cristãos, não está fora nem acima desta família eclesial. Está no centro, como ponte de unidade entre todos os seus filhos*”¹¹⁵.

Dos títulos com que a Sagrada Escritura e a devoção cristã a representam e veneram resplandece também o seu mistério e ministério:

“Virgem Maria”¹¹⁶, “Mãe de Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo”, “Mãe de Deus Redentor”, “Mãe de Deus Filho”, “Filha predilecta do Pai”, “Sacrário do Espírito Santo”, “membro supereminente e absolutamente singular da Igreja”, “protótipo e Modelo acabado da Igreja na fé e na caridade”, “Mãe amantíssima”, “Mãe de Cristo”, “Mãe dos Homens”, “Mãe dos Fiéis”, “Filha excelsa de Sião”, “Mãe predestinada”, “Mãe de Jesus”, “Virgem de Nazaré”, “Cheia de Graça”, “Escrava do Senhor”, “Filha de Adão”, “causa de salvação para si mesma e para todo o género humano”¹¹⁷, “Senhora da Fé”, “o laço da desobediência de Eva

¹¹⁴ *Lumen Gentium*, 53.

¹¹⁵ Manuel MORUJÃO, *op. cit.*, 60.

¹¹⁶ *Lumen Gentium*, 52.

¹¹⁷ *Ibidem*, 56.

foi desfeito pela obediência de Maria; o que a Virgem Eva atou com a sua incredulidade, a Virgem Maria desatou-o pela fé”¹¹⁸, “Mãe dos viventes”, “Santíssima Virgem”¹¹⁹, “Virgem Imaculada”¹²⁰, “Rainha do Universo”¹²¹, “Mãe do Redentor”¹²², “Advogada, auxiliadora, amparo, Medianeira”¹²³, “Excelsa figura da Igreja”¹²⁴, “Modelo de virtudes”, “Mãe Santíssima de Deus”, “Imagem e primícia da Igreja”, “Mãe do Senhor e Salvador” e “Mãe dos Homens”¹²⁵.

A Igreja, o Povo de Deus, revêem-se, conduzem-se, inspiram e modelam a sua vida e o seu agir pela figura exemplar de Maria, Mãe de Deus e Mãe da Igreja. Tal “Como Maria, pelo «sim» da Fé, é Mãe do Verbo Incarnado, também a Igreja é mãe pela pregação e pelo baptismo”¹²⁶. Neste sentido, “todo o culto autêntico a Maria torna-nos mais irmãos e seguidores de Cristo. Não é uma distração de Cristo, mas caminho e modelo de perfeito cristão”¹²⁷.

Afigura-se-nos que Maria esteve presente na grande assembleia do Concílio Vaticano II como esteve na *sala de cima*, com os onze apóstolos, *todos unidos pelo mesmo sentimento*, entregues *assiduamente à oração* (cf. Act 2, 13-14).

O Papa Bento XVI evocou, no dia 8 de Dezembro de 2005, no 40.º aniversário do encerramento do Concílio, a figura de Maria como *moldura que circunda o Concílio*. “Na realidade, – releva Bento XVI – é muito mais do que uma moldura: é uma orientação de todo o seu caminho”¹²⁸. É, também ela, uma *bússola* e um *farol* para a Igreja, porque *vive na Palavra de Deus* e, assim, se constitui como *grande Crente*. Bento XVI recorda especialmente o momento em que Paulo VI, no discurso da promulgação da *Lumen Gentium*,

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ *Ibidem*, 58.

¹²⁰ *Ibidem*, 59.

¹²¹ *Ibidem*, 61.

¹²² *Ibidem*.

¹²³ *Ibidem*, 62.

¹²⁴ *Ibidem*, 63-65.

¹²⁵ *Ibidem*, 69.

¹²⁶ *Ibidem*, 64.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ Bento XVI, *Mostrar Cristo ao Mundo*, op. cit., 203.

declarou Maria Santíssima como *Mãe da Igreja*, e “espontânea e repentinamente os Padres se levantaram das suas cadeiras e aplaudiram de pé, prestando homenagem à Mãe de Deus, à nossa Mãe, à Mãe da Igreja. Efetivamente, com este título o Papa resumia a doutrina mariana do concílio e oferecia a chave para a sua compreensão. [...] O Concílio queria dizer-nos isto: Maria está tão entrelaçada no grande mistério da Igreja, que ela e a Igreja são inseparáveis, da mesma forma que ela e Cristo são inseparáveis. Maria reflecte a Igreja...”¹²⁹.

Concluindo, nunca é demais reiterar que a Eclesiologia do Concílio Ecuménico Vaticano II¹³⁰ é a do Mistério da Igreja-Comunhão¹³¹ e a Comunhão é, primordialmente, teológica. A união profunda que a comunhão significa é, fundamentalmente, aquela que, pela fé e pela caridade, todo o crente alcança com o seu Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. De Comunhão é o ser e o estar do crente na Igreja. De Comunhão essencial é a atitude dos crentes das diversas confissões, apesar de separadas pela hermenêutica e pelo rito cultural¹³². *Casa de Comunhão* é também a Igreja para todos os homens e comunidades humanas, divididas por razões circunstanciais de natureza económica, social, política e cultural.

¹²⁹ *Ibidem*, 204-205.

¹³⁰ “O Concílio Ecuménico trouxe ao nosso tempo *um apelo fortíssimo a que sejamos fiéis ao seu conteúdo, na fidelidade às interpelações das realidades terrestres*” Acácio CATARINO, «Continuar o Concílio», in *Communio* 3, 2012, 355.

¹³¹ “A eclesiologia do Vaticano II é entendida a partir dos primeiros capítulos da *Lumen Gentium* em chave de comunhão” Casiano FLORISTÁN, *op. cit.*, 113. “As imagens bíblicas com que o Concílio se propôs introduzirmos na contemplação do mistério da Igreja, realçam a realidade da Igreja-comunhão na sua inseparável dimensão de comunhão dos cristãos com Cristo e de comunhão dos cristãos entre si” JOÃO PAULO II, *Christifideles Laici*, 19. “A Igreja é um mistério de comunhão, a nível horizontal: entre homens e mulheres dos quatro cantos da terra, nas suas múltiplas diversidades; mistério de comunhão também a nível vertical: entre a humanidade e o próprio Deus Trindade Santa, constituindo em família humano-divina” Manuel MORUJÃO, *op. cit.*, 51. “Uma Igreja, consciente de ser, no mundo e para mundo, sacramento de salvação, sabe que só sendo comunhão (communio), pode realizar a redenção” Maria CARVALHO, *op. cit.*, 39. “É vocação da Igreja, enquanto «sinal credível – embora sempre inadequado – do amor concreto, fazer encontrar os homens e mulheres com o amor de Deus e de Cristo, que vem à procura deles». «Sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano», a Igreja confirma-se como tal quando as pessoas, as famílias e as comunidades vivem intensamente o Evangelho da caridade. Por outras palavras, as nossas *comunidades eclesiais* são chamadas a ser verdadeiras *escolas de comunhão*” JOÃO PAULO II, *Ecclesia in Europa*, 85.

¹³² “A Igreja procura manter este espírito de diálogo com os cristãos de outras Igrejas (*Unitatis redintegratio*) e com as grandes religiões da humanidade (*Nostra Aetate*)” Casiano FLORISTÁN, *op. cit.*, 110.

Na Igreja, como *Casa de Comunhão*, cabem, não apenas os crentes, mas também os descrentes¹³³, como num “Pátio de Gentios” cabem tanto os “fundamentalistas”, como os “laicistas”. Em mais nenhuma “Casa” como nesta têm lugar.

Muitas forças de matriz económica, política, cultural e religiosa disputam ou têm a pretensão do sentido da História, da Humanidade, do Mundo, da Vida. Duas, em especial, são dignas de relevo: o *Fundamentalismo religioso* e o *Laicismo*. Trata-se de duas mundividências e práticas radicais, com notáveis e preocupantes consequências de fundamentalismo. Contrastado com essas forças, o Cristianismo manifesta como diferença específica o respeito pela dignidade e liberdade da pessoa humana, em todas as instâncias da sua manifestação, quer sociais e políticas, quer culturais e religiosas.

No encontro ecuménico de Assis, em Outubro de 2011, Bento XVI contrastou a respeitável e sincera *atitude agnóstica* com a gravidade de dois mal-entendidos geradores de violência: o *fanatismo religioso* e o *fanatismo anti-religioso*. O fanatismo religioso é fator de terrorismo e o fanatismo anti-religioso, sinónimo de laicismo radical, é propiciador de violência. Bento XVI compreende a crítica iluminista da Religião, por esta poder degenerar em fanatismo. Ainda que historicamente a religião cristã tenha culpas no que ao fanatismo diz respeito, na sua essência a fé cristã, ao afirmar-se na Cruz de Jesus Cristo, desmascara toda a violência e toda a demonização da diferença como forma de legitimar a beligerância.

Sintetizando a posição de Bento XVI sobre a atitude agnóstica, escreve Jorge Teixeira da Cunha:

“O agnosticismo é a situação das pessoas que, não tendo a graça da fé religiosa, se mantêm na fidelidade à consciência moral, na busca, quase sempre sofrida, da

¹³³ “Talvez ainda não tenha sido percebida toda a audácia e importância, para a evangelização, do texto do mesmo Vaticano II, em que se afirma que o remédio para o ateísmo está numa maior visibilidade de Deus-Trindade: de facto, a Igreja tem a missão de tornar presente e quase visível Deus Pai e o seu Filho encarnado ... sob a orientação do Espírito Santo (GS 21). Só Deus pode testemunhar-se a Si mesmo. O que pode deslumbrar-nos e transformar a nossa vida e a da humanidade não é uma técnica de relações funcionais e eficazes, mas uma experiência do Paraíso: ser atingidos pelo divino e inseridos na sua própria vida de Amor” Enrique CAMBÓN, *A Trindade, Modelo Social*, Editora Cidade Nova, Abregada, 2001, 218.

verdade e do bem. E esta atitude é digna de muito respeito e deve ser escutada tanto pelos crentes tentados à violência da convicção, como pelos ateus, tentados também a degenerar nas suas convicções sobre o verdadeiramente humano e a legitimar formas de opressão sobre quem pensa de modo diferente. Assim pudéssemos, na Igreja, aprender com esta atitude discreta de busca da verdade, mesmo da verdade sobre Deus”¹³⁴.

¹³⁴ Jorge Teixeira da Cunha, «Bento XVI em Assis», *Voz Portucalense*, 2.11.2011.

Capítulo II

A IGREJA NO ESPAÇO PÚBLICO

Novos sinais dos tempos

“É dever da Igreja investigar, a todo o momento, os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho, para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas. É por isso necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações”¹³⁵.

Se no capítulo I o nosso fundamental ponto de referência foi a Constituição conciliar *Lumen Gentium*, neste tomaremos a Constituição *Gaudium et Spes* como novo guia. Novo, porque, entretanto ilustrado pelos sinais de novos acontecimentos sociais, políticos, culturais e eclesiais que em nada desdizem a identidade ou imagem que, há 50 anos, a Igreja (re) descobriu de si mesma, nomeadamente *Igreja-Sacramento universal de salvação*¹³⁶ mais do que *Igreja-sociedade perfeita*, institucional e jurídico-organizacional; *Igreja-Povo de Deus* mais do que *Igreja-Hierarquia*; *Igreja de igrejas* ou de comunidades eclesiais e locais ou particulares; *Igreja-Ecuménica* ou reconhedora dos bens de santidade e de verdade existentes em outras igrejas.

Assim sendo, se a *Lumen Gentium* reflecte a contemplação do *mistério* da Igreja, a *Gaudium et Spes* representa a percepção da sua *vocação e missão*. E se os dois documentos cuidam da mesma realidade, distinguem-se pelas diferentes perspetivas apresentadas.

A relação dos dois documentos não é, porém, semelhante à que existe entre a teoria ou doutrina teológica e a prática ou acção pastoral, pois a doutrina não está nem pode estar ausente da *Gaudium et Spes*, como, aliás, a acção pastoral não é nem pode ser alheia à *Lumen Gentium*. De imediato se impõe, pois, a necessidade de conceber e realizar a acção pastoral em função ou em consequência da doutrina que a deve enformar. Assim sendo, de modo algum se pode ler a *Lumen Gentium* como um texto de carácter puramente teológico e a *Gaudium et Spes* como um texto sociológico, embora seja evidente a natureza pastoral da *Gaudium et*

¹³⁵ *Gaudium et Spes*, 4.

¹³⁶ *Lumen Gentium*, 1.

Spes, pois não trata da *Igreja em si*, mas da *sua relação com o Mundo*. A intenção pastoral não existe nem subsiste, então, independentemente da *instância doutrinal*.

Se na *Lumen Gentium* a Igreja se viu, como já referimos, ao *espelho* de si própria, apercebendo-se de algum descuido, reparando em algumas rugas superficiais e em alguns traços impróprios e indecorosos; na *Gaudium et Spes*, a Igreja sai de si própria, abre as portas e as janelas do isolamento em que se encontrava e, para nos servirmos de uma outra metáfora usada por Bento XVI na sua mensagem aos agentes da Pastoral na Igreja da Santíssima Trindade (Fátima, 13.05.2010), a Igreja torna-se o *Bom Samaritano* que percorre as estradas deste mundo, estendendo a mão a todos os destinatários da sua missão evangelizadora e sócio-caritativa.

1. A Igreja e os sinais dos tempos

No seu magno Concílio do século XX, a Igreja, Povo de Deus reconheceu que é seu indeclinável dever “investigar, a todo o momento, os sinais dos tempos”¹³⁷, pois a leitura evangélica desses sinais é condição necessária da realização da sua vocação e missão.

Fiel ao seu Senhor, Pai e Salvador de todos os homens, a Igreja, católica, universal, por mandato evangélico, toma consciência de que a sua especialização não é construir muros, mas sim edificar pontes, a começar pelo seu primeiro responsável, o Sumo Pontífice, o sumo *fazedor de pontes*.

Antes da histórica e simbólica *queda do muro de Berlim*, a Igreja demoliu o muro que, durante muito tempo e de muitos modos, se foi interpondo entre si própria e o Mundo. Esta oposição, reconheceu-o a grande assembleia eclesial do Vaticano II, era insustentável. E,

¹³⁷ *Gaudium et Spes*, 4.

assim, à oposição sucedeu o diálogo: “Deixando o «Beco do Fala Só», a Igreja situou-se decididamente na «Praça do Diálogo Universal»”¹³⁸.

Embora alguns intérpretes do Vaticano II, nomeadamente o Papa Bento XVI, considerem inadequado o termo revolução, é essa a palavra que imediatamente nos ocorre e é utilizada por muitos outros, para definir esta radical mudança de posição ou de atitude. Não podemos esquecer que a última proposição do *Syllabus*, publicado, em 1864, por Pio IX, cerca de cem anos antes, portanto, do Concílio Vaticano II, condenava a opinião daqueles que defendiam que “a Igreja deve reconciliar-se com o mundo moderno”¹³⁹. Ora, foi precisamente o contrário o que a Igreja pós-Vaticano II fez: *reconciliar-se com o mundo*. Não com o mal que lavra na Humanidade, mas com a humanidade; não com o pecado, mas com o pecador. *Abertura ao Mundo* não significa *confusão com o mundo*. “O documento conciliar – veremos – constitui uma autêntica inovação. É como que um novo filme, onde o tradicional cenário de uma Igreja sobranceira na sua auto-estima de sociedade perfeita se transfere para o mundo, um mundo a entender, a dividir, a servir, a respeitar na sua autonomia, a escutar em atitude, não anátema, mas de diálogo”¹⁴⁰.

A Igreja reviu e alterou a sua atitude excessivamente judicativa e condenatória, a sua primordial atitude de *denúncia*, e adotou uma atitude compreensiva, positiva, subsumindo a atitude profética da denúncia do mal na primacial atitude de anúncio do Bem, do Verdadeiro e do Belo.

Esta nova posição e atitude estão plasmadas, sobretudo, na Constituição Pastoral sobre A Igreja no Mundo Contemporâneo – *Gaudium et Spes*, as quais o segundo Papa do Vaticano II, Paulo VI, lapidarmente proclamou na abertura do segundo período do Concílio (29.09.1963): “O Concílio procurará lançar uma ponte com o mundo contemporâneo”¹⁴¹.

¹³⁸ Manuel Morujão, *op. cit.*, 78.

¹³⁹ *Ibidem*, 79.

¹⁴⁰ José Paulo ABREU, «A Igreja à procura do Homem e do mundo», *Memoria*, Nº3, 1996, 67.

¹⁴¹ Manuel Morujão, *op. cit.*, 81.

Podemos dizer que a Igreja assumiu-se como perita e mestra de diálogo sem fim, no n.º 44 do referido documento, reconhecendo que pode aprender com a própria oposição daqueles que a hostilizam e perseguem¹⁴².

Voltando-se para fora de si mesma, a Igreja em Concílio plasma, num documento “profundo e completo”¹⁴³, gerador de comunhão e de atenção às novas necessidades das “realidades económicas, políticas e sociais das pessoas”¹⁴⁴, os propósitos de comunhão e de cooperação com o Mundo em mudança, com novos e gritantes problemas. Assim, a “maior riqueza da *Gaudium et Spes*, é apresentar um olhar profético, eclesiológico e pastoral sobre a sociedade, sempre em busca da promoção da justiça e da paz”¹⁴⁵.

A *Gaudium et Spes*, depois da introdução, constituída por um Proémio em que se define o Mundo em que a Igreja está, vive e a quem se dirige como “*o teatro onde se desenrola a história do género humano*”¹⁴⁶ e o homem como eixo da sua actividade, e depois de uma Exposição Preliminar em que reconhece e confessa o seu dever de perscrutar os “*sinais dos tempos*”¹⁴⁷, o grande Concílio do século XX enuncia aqueles que lhe parecem ser os grandes indicadores, os grandes desafios e os grandes apelos do Mundo contemporâneo pelos quais a Igreja se vê interpelada e que são, em síntese, os seguintes:

As “*mudanças profundas e rápidas*”¹⁴⁸, mudanças configuradoras de uma *metamorfose social e cultural, cujos efeitos se repercutem até na vida religiosa*, interpretada como *crise de crescimento* e marcada, como toda a crise deste género, por manifestações positivas, criativas, de vida, e negativas, regressivas, de morte. “*O género humano passa assim de uma noção prevalentemente estática da ordem das coisas a uma conceção mais*

¹⁴² “A Igreja reconhece que, da própria oposição dos seus adversários e dos seus perseguidores, tirou, e pode continuar a tirar, grandes vantagens” (*GS*, 44).

¹⁴³ Darlei ZANON, *Para ler o Concílio Vaticano II*, Paulus Editora, Lisboa, 2012, 28.

¹⁴⁴ *Ibidem*, 27.

¹⁴⁵ *Ibidem*, 28.

¹⁴⁶ *Gaudium et Spes*, 2.

¹⁴⁷ *Ibidem*, 4.

¹⁴⁸ *Ibidem*.

dinâmica e evolutiva; daqui nasce, imensa, uma problemática nova, que leva a novas análises e a novas sínteses”¹⁴⁹.

Outro sinal que o mundo contemporâneo emite e o Concílio interpreta é de um “*vivo e intenso sentido da liberdade*”¹⁵⁰. Porque reconhece e confessa, ancorado na Palavra do seu Senhor, que não há maior e melhor liberdade que a dos filhos de Deus, é que pôs diante do homem “o fogo e a água”, “a vida e a morte”, garantindo-lhe que “o que ele escolher, isso lhe será dado” (*Ecl* 15, 16-21), o Concílio regozija-se com essa ânsia de liberdade, observando, no entanto, que com ela coexistem “novas formas de escravização social e psíquica”¹⁵¹.

Bento XVI correlacionou, na sua aturada e profunda reflexão teológica e pastoral, o dom da *liberdade* com o incessante imperativo da procura da *verdade*. *A verdadeira liberdade pressupõe a busca da verdade, do verdadeiro bem*, evocando, a propósito, a definição aristotélica do bem como *aquilo para o qual todas as coisas tendem*. A conclusão do Papa Emérito só pode ser, por isso, esta: “*Temos que nos comprometer em conjunto na luta pela liberdade e na procura da verdade. Ou as duas caminham juntas, de mãos dadas, ou perecem juntas miseravelmente*”¹⁵².

O Concílio identificou, por outro lado, na vida do homem contemporâneo, um preocupante desequilíbrio entre o *progresso temporal* e o *desenvolvimento espiritual*¹⁵³. Este desequilíbrio surge como consequência da diluição dos *valores perenes* na corrente das

¹⁴⁹ *Ibidem*, 5.

¹⁵⁰ “A *Gaudium et Spes* admite e reconhece os três valores fundamentais da modernidade: a liberdade (*GS* 17), a igualdade (*GS* 29) e a fraternidade (*GS* 32). Daqui derivam os valores de responsabilidade e participação, juntamente com o reconhecimento explícito dos direitos fundamentais da pessoa humana” Casiano FLORISTÁN, *op. cit.*, 132.

¹⁵¹ *Gaudium et Spes*, 4.

¹⁵² BENTO XVI, *Mostrar Cristo ao Mundo*, *op. cit.*, 146. BENTO XVI, *Spe Salvi*, 25. JOÃO PAULO II, *Fides et Ratio*, 90.

¹⁵³ *Gaudium et Spes*, 4. “O conflito das gerações agrava-se assim com um trágico dilema: ou guardar instituições e crenças atávicas, mas renunciar ao progresso, ou abrir-se às técnicas e civilizações vindas de fora, mas rejeitar, com as tradições do passado, toda a sua riqueza humana. Com efeito, demasiadas vezes cedem os suportes morais, espirituais e religiosos do passado, sem deixarem por isso garantida a inserção no mundo novo” PAULO VI, *Populorum Progressio*, 10.

“descobertas recentes”¹⁵⁴, desequilíbrio gerador das “tristezas e angústias dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem”¹⁵⁵.

Os Padres Conciliares anotaram, na leitura que fizeram do estado do mundo contemporâneo, aquela mesma conclusão a que chegaram não poucos pensadores da Modernidade, quando diagnosticaram um injustificado e negativo *predomínio das ciências naturais*¹⁵⁶ sobre as *ciências humanas*¹⁵⁷ e *sociais*, com a consequente sobrevalorização da técnica, filha das ciências matemáticas e físicas, sobre a ética, tanto deontológica, fundada em princípios, como teleológica, baseada nas consequências precipitando uma excessiva valorização das coisas em detrimento das pessoas. Ora, a pessoa humana é, sem dúvida, o caminho da Igreja e devia ser também o caminho da Humanidade.

Em estreita relação com a referida anomalia cultural e civilizacional, a *Gaudium et Spes* faz-se porta-voz do *desequilíbrio entre o incremento da sociedade industrial e da civilização urbana*, dando conta também de um desequilíbrio entre a decadência da *sociedade industrial*, por um lado, e, por outro, a afirmação de uma sociedade fortemente enraizada nos meios urbanos¹⁵⁸. Este fenómeno de concentração nos meios urbanos concorreu para a grande mobilidade pessoal e demográfica que desfigurou as comunidades tradicionais, nomeadamente as rurais.

Por virtude da inovação e expansão dos meios de “comunicação social”¹⁵⁹, a assembleia conciliar verificou uma aceleração da circulação das ideias e dos sentimentos e

¹⁵⁴ *Gaudium et Spes*, 4.

¹⁵⁵ *Ibidem*, 1.

¹⁵⁶ No entanto, e “graças a elas, a Igreja pode compreender de modo mais preciso o homem na sociedade, de falar aos homens do próprio tempo de modo mais convincente e cumprir de modo eficaz a sua tarefa de encarnar, na consciência e na sensibilidade social do nosso tempo, a palavra de Deus e a fé, da qual a doutrina social «parte»” COMPÊNDIO DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, Editora Principia, Cascais, 2005,78.

¹⁵⁷ “As ciências humanas e a filosofia servem de ajuda para interpretar a centralidade do homem dentro da sociedade, e para o capacitarem a uma melhor compreensão de si mesmo, enquanto «ser social». Todavia somente a fé lhe revela plenamente a sua verdadeira identidade, e é dela precisamente que parte a doutrina social da Igreja, que, recolhendo todos os contributos das ciências e da filosofia, se propõe assistir o homem no caminho da salvação” JOÃO PAULO II, *Centesimus Annus*, 54.

¹⁵⁸ *Gaudium et Spes*, 6.

¹⁵⁹ “Todos sabemos que as novas tecnologias de informação podem tornar-se instrumentos poderosos de coesão e paz ou, pelo contrário, promotores eficazes de destruição e divisão. Podem favorecer ou prejudicar a nível moral, difundir tanto a verdade como o erro, propor tanto o feio como o belo. A enorme quantidade de notícias ou de contra-notícias e ainda de imagens pode ter o seu interesse, mas pode igualmente conduzir a uma forte

um incremento extraordinário da difusão de motivações, de sentimentos, de comportamentos, de ideais e de esperanças que muito concorrem para o reforço de uma efetiva “socialização”, nem sempre acompanhada da necessária “personalização”¹⁶⁰.

O Concílio não podia deixar ainda de questionar e equacionar o *abandono dos valores vigentes*¹⁶¹, pois o diagnóstico da crise de valores constituíra um dos principais lugares comuns dos discursos e dos comportamentos nas mais diversas instâncias e instituições sociais: na educação, na política, na economia, na família, nas relações sociais em geral. Inebriado pela ânsia de liberdade e pelo “desenvolvimento do espírito crítico”¹⁶², o homem contemporâneo nem sempre foi responsável. Questionam-se os valores vigentes, sem que tal questionação legítima cumpra o justo desiderato de purificação da “própria vida religiosa de uma concepção mágica do mundo e de reminiscências de superstição” e de propiciação de uma adesão cada vez mais pessoal e ativa à fé e a um sentido mais vivo de Deus, abrindo assim caminho ao abandono da “prática religiosa, à recusa deliberada e agressiva de Deus (ateísmo ativo), à indiferença e ao relativismo, em alegado nome do progresso científico e do humanismo novo. O homem contemporâneo, enfrenta com o deliberado eclipse de Deus e dos valores humanos um poder ilusório, que mais o oprime e deprime do que o liberta e o faz feliz. Este eclipse torna-se perceptível por exemplo “em alguma produção filosófica, em alguma elaboração literária, em alguma expressão artística, em alguma investigação e divulgação científica, em não pouca produção legislativa, com a conseqüente precipitação de estados de incerteza e de desorientação dos espíritos, com muito negativas manifestações na instituição familiar e na convivência internacional”¹⁶³. Neste

manipulação. A informação pode com grande facilidade tornar-se desinformação; e a formação, uma deformação. Os *media* tanto podem promover uma autêntica humanização, como, pelo contrário, comportar uma desumanização” BENTO XVI, *Africae Munus*, 143.

¹⁶⁰ *Gaudium et Spes*, 6.

¹⁶¹ “Hoje, muitas pessoas rejeitam a fé, talvez simplesmente porque a vida eterna não lhes parece uma coisa desejável. Não querem de modo algum a vida eterna, mas a presente; antes, a fé na vida eterna parece, para tal fim, um obstáculo” BENTO XVI, *Spe Salvi*, 10.

¹⁶² *Gaudium et Spes*, 7.

¹⁶³ *Ibidem*.

sentido, Bento XVI manifesta uma particular preocupação com a desorientação que persiste em muitos movimentos juvenis¹⁶⁴, que lhe merecem especial atenção.

O Concílio observa que as profundas e aceleradas transformações, materiais e mentais, do modo de vida contemporâneo geram a consciência da necessidade e possibilidade de “uma ordem política, social e económica que sirva sempre mais o homem”, potenciando o reconhecimento, afirmação e desenvolvimento da sua “dignidade própria”¹⁶⁵, potenciando o “combate das injustiças”¹⁶⁶ e da desigualdade na distribuição dos bens. *“Só assim a funcionalidade social poderá coincidir com a realização pessoal e interpessoal, primeira e última substância do bem comum, fundamento e legitimação do próprio estado. Para além do mais, séculos de ilusões e desilusões políticas e culturais já nos deviam ter convencido de que o desrespeito por tal espontaneidade social e cívica gera negativamente o amorfismo social, o escasso rendimento económico e a desmotivação da cidadania”*¹⁶⁷.

Discernindo os “sinais dos tempos” inscritos nas “mudanças profundas e rápidas” diagnosticadas, considerando que na “metamorfose” ou “crise” em causa coexistem o “velho”, o “novo” e o “perene”, o Concílio¹⁶⁸ crendo que a “chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontram no seu Senhor e Mestre” e que “debaixo de todas as mudanças, muitas coisas permanecem que têm o seu fundamento último em Cristo, que é de ontem, de hoje e de sempre”, assume o dever e a responsabilidade de “falar a todos os homens, para esclarecer o mistério do homem e para ajudar o género humano a encontrar a solução dos

¹⁶⁴ “Queridos jovens, cultivai os vossos talentos não só para conquistar uma posição social, mas também para ajudar os outros «a crescer». Desenvolvi as vossas capacidades, não só para vos tornardes mais «competitivos» e «produtivos», mas para serdes «testemunhas da caridade». Juntai à formação profissional o esforço de adquirir conhecimentos religiosos úteis para poder desempenhar a vossa missão de modo responsável. Sobretudo, convido-vos a aprofundar a Doutrina social da Igreja, para que a vossa ação no mundo seja inspirada e iluminada pelos seus princípios” BENTO XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Juventude*, Roma, 2007.

¹⁶⁵ *Gaudium et Spes*, 9.

¹⁶⁶ Guilherme MARTINS, “Igreja no mundo contemporâneo”, in AA.VV, *Vaticano II, 50 anos, 50 olhares*, Paulus Editora, Lisboa, 2012, 78.

¹⁶⁷ Manuel CLEMENTE, *Um só propósito - Homilias e escritos pessoais*, Pedra Angular, Lisboa, 2009, 325.

¹⁶⁸ “O Concílio Vaticano II não significou apenas uma tomada de posição social e cultural: foi o maior desafio lançado à revisão teológica na história da Igreja” José POLICARPO, *Obras Escolhidas*, Vol. 3, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2003, 28.

problemas maiores do nosso tempo”¹⁶⁹, repartindo, neste documento, as suas propostas em duas partes. Na primeira parte, o Concílio trata d’ “a Igreja e a vocação do homem” ¹⁷⁰ e na segunda parte do que designa “alguns problemas mais urgentes”¹⁷¹. Assim, pela primeira vez, “um texto conciliar faz uma análise empírica do mundo e se dirige «a todos os homens», sem moralismo, juridismo nem legalismo”¹⁷².

2. Antropologia do Concílio Vaticano II

Participando das “alegrias” e das “esperanças”, mas também das “tristezas” e das “angústias” da humanidade contemporânea, a Igreja, assumindo-se como “Povo de Deus”¹⁷³, reconhece-se iluminada e conduzida pelo dom da fé. É a essa luz que lê *nos acontecimentos, nas exigências e nos desejos do nosso tempo* que compartilha com os seus contemporâneos, verdadeiros sinais da presença ou dos desígnios de Deus; é a essa luz que julga os valores que enformam e pautam a mundividência e o modo de vida do homem contemporâneo, tão inebriado pelas suas proezas tecno-científicas, como angustiado pelas questões-limite que o perseguem como a própria sombra e que se formulam nas recorrentes, persistentes e irrecusáveis questões: *O que é o homem? Qual o significado do sofrimento, do mal, da morte, que subsistem apesar de tantos progressos? Para que servem semelhantes vitórias pagas por tal preço? Que contributo pode o homem dar à sociedade? Que pode esperar dela? Que acontecerá depois da vida presente?*¹⁷⁴. A estas questões, constantes na introdução da

¹⁶⁹ *Gaudium et Spes*, 10.

¹⁷⁰ *Ibidem*, 11-45.

¹⁷¹ *Ibidem*, 46-93.

¹⁷² Casiano FLORISTÁN, *op. cit.*, 131. *Gaudium et Spes*, 2.

¹⁷³ “Trabalhadores da vinha são todos os membros do Povo de Deus: os sacerdotes, religiosos e as religiosas, os fiéis leigos, todos simultaneamente objecto e sujeito da comunhão da Igreja e da participação da missão da salvação” Paulo ROCHA, «Ser cristão», in AA.VV, *Vaticano II, 50 anos, 50 olhares*, Paulus Editora, Lisboa, 2012, 134-135.

¹⁷⁴ *Gaudium et Spes*, 10.

Constituição Pastoral Conciliar, acrescem as formuladas na abertura da primeira parte do documento: “*Que pensa a Igreja acerca do homem? Que orientações, parece, deverão ser propostas para se edificar a sociedade contemporânea*”? *Qual o sentido último da atividade humana no universo?*”¹⁷⁵.

A Teologia, em geral, e a Eclesiologia conciliar, em especial, não podem ignorar a primeira, a última e a suprema questão da Filosofia, magistralmente formulada pelo grande filósofo Emmanuel Kant: “o que é o homem?”. Esta magna questão sintetiza aquelas outras três que o filósofo de Königsberg enunciara como fundamentais de todo o pensar filosófico: “o que posso saber?”; “o que devo fazer?”; “o que me é permitido esperar?”. Mas todas, concluía Kant, se reduzem realmente a esta última: “*o que é o homem?*”¹⁷⁶.

Sem ignorar nem menosprezar outras respostas, das ciências naturais e das ciências humanas e sociais, assiste à Antropologia teológica o direito e o dever de apresentar e propor a sua própria resposta, fundada, evidentemente, não apenas na sabedoria humana, mas na inspiração revelada¹⁷⁷.

A primeira e suprema distinção antropológica que a *Gaudium et Spes* enuncia é a do homem como “*imagem de Deus*”. Não ignorando outras visões do homem, caracterizadas pela oscilação entre a ficção do *absoluto* e a prostração no *nada*, a Igreja, “instruída pela Revelação divina”, formula a sua solução do problema antropológico, julga a condição do homem, reconhece “a sua dignidade e a sua vocação”, crendo e proclamando que “o homem foi criado à «*imagem de Deus*», capaz de reconhecer e amar o seu Criador...”¹⁷⁸.

¹⁷⁵ *Ibidem*, 11.

¹⁷⁶ “Todo o interesse da minha razão (tanto especulativa como prática) concentra-se nas seguintes três interrogações: - 1. *Que posso saber?* - 2. *Que devo fazer?* - 3. *Que me é permitido esperar?*” Emmanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, 639.

¹⁷⁷ “Antropologia que a *Gaudium et Spes* oferece é, obviamente, teológica: apoia-se na revelação, reconhece os dados e os valores humanos identificáveis pela razão e conclui explicitamente em Jesus Cristo. Em resumo, escreve J. Mouroux, «parte do homem como imagem-imaginada, explicita esta imagem e desemboca na imagem-imaginante». Mais uma vez a Igreja se constitui em obediência ao mandamento novo de amar e servir a Deus e ao homem, o que equivale a proceder consoante as necessidades dos outros em nome do Evangelho” Casiano FLORISTÁN, *op. cit.*, 132.

¹⁷⁸ *Gaudium et spes*, 12.

Criado à *imagem de Deus*, uno e trino, o homem não é somente pura *individualidade*, mas simultaneamente *sociabilidade*, ser-com-os-outros, um ser social. Crendo e professando que Deus, desde o princípio, “criou-os homem e mulher” (*Gen 1, 27*), a Igreja considera esta a expressão primordial da comunhão humana¹⁷⁹, o princípio societário por excelência¹⁸⁰.

Porque criado *livre*, o homem sente-se e é *um ser em si mesmo dividido*. Dividido em si mesmo, natureza e espírito, livre de escolher o bem ou o mal, capaz, por isso, de ter rompido a aliança primordial, o homem anseia por nova aliança, sendo o próprio Deus que vem de novo ao seu encontro, na pessoa e na palavra do seu próprio Filho (cf. *Jo 1, 18*).

Fragmento do universo, o homem é um *microcosmos*, excedendo, pela sua interioridade, pela sua alma humana, o mesmo universo¹⁸¹. O homem é, segundo a doutrina conciliar, *um ser eminentemente moral*. Em tonalidade kantiana e, antes, em afinação bíblica, o Concílio reconhece que é no santuário da própria consciência que o homem encontra a lei moral, que identifica com a “voz” de Deus. Esta é, de facto, uma das mais luminosas visões do Concílio:

“No fundo da consciência, o homem descobre uma lei que ele não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer e cuja voz ressoa oportunamente aos ouvidos do seu coração, convidando-o a amar e a fazer o bem e evitar o mal: faz isto, evita aquilo. A dignidade do homem está em obedecer-lhe e segundo ela será julgado. A consciência é o núcleo mais secreto do homem e o santuário onde está a sós com

¹⁷⁹ “A Igreja enquanto comunhão tem a sua fonte na Trindade, o seu exercício no tempo e a sua forma nos diferentes espaços onde os fiéis a constroem. Não nasce da vontade da gente, mas tem a sua fonte divina e é no Espírito e por Ele que se edifica diacronicamente no agir de pessoas em espaços determinados. É assim realidade divina, histórica e espacial: «Comunhão com Deus, por Jesus Cristo no Espírito Santo», conseguida na Palavra e nos sacramentos e significada na «comunhão do corpo de Cristo eucarístico», onde se «edifica a íntima comunhão de todos os fiéis», que outra coisa não é senão o «Corpo de Cristo», a Igreja” José LIMA, *op. cit.*, 92.

¹⁸⁰ *Gaudium et Spes*, 12.

¹⁸¹ *Ibidem*, 14.

*Deus, cuja voz ressoa no seu íntimo. É de um modo admirável que a consciência nos dá a conhecer essa lei que se cumpre no amor de Deus e do próximo*¹⁸².

Suprema dignidade e suprema responsabilidade advêm para o homem em virtude da sua liberdade. O homem *é*, por desígnio de Deus, *um ser livre*. Deus não seria Deus se não criasse o homem livre e o homem não seria homem se não fosse criado livre¹⁸³. Presumir, afirmar e propalar a existência de incompatibilidade entre a crença no Deus de Abraão, de Isaac e de Jacob, entre o Deus de Jesus Cristo, à maneira de Pascal, e o princípio e a ânsia de liberdade ínsita na mente e no coração do homem afigura-se-nos como um dos maiores equívocos que inquina o diálogo entre Razão e Fé. Não há Deus que mais liberdade conceda ao ser humano que o Deus de Jesus Cristo, que, batendo à porta do “*santuário*” da consciência humana, jamais nele entra sem a concordância do próprio homem! É que a “*porta da fé*” abre por dentro!

Instruída pela Revelação divina, a Igreja responde à angústia do homem, “torturado pela dor e pela progressiva dissolução do corpo, mas também, e mais ainda, pelo temor da destruição definitiva”, afirmando que “o homem foi criado por Deus para um fim feliz, situado para além das misérias terrestres”¹⁸⁴, ou seja, o homem foi criado para *ser sempre*.

A Antropologia teológica conciliar postula que o homem tem uma vocação religiosa, de união com Deus, porque dividido em si mesmo e, por isso, livre, pode renegar da sua primordial vocação, detendo-se nas mais diversas formas de *ateísmo*¹⁸⁵ (anti-teísmo, cepticismo, agnosticismo, indiferentismo, materialismo, cientismo, humanismo absoluto). O

¹⁸² *Ibidem*, 16.

¹⁸³ *Ibidem*, 17.

¹⁸⁴ *Ibidem*, 18.

¹⁸⁵ “Muitas vezes o ateísmo se funda em uma concepção falsa da autonomia humana, que chega a recusar toda dependência em relação a Deus. Contudo, “o reconhecimento de Deus não se opõe de modo algum à dignidade do homem, já que esta dignidade se fundamenta e se aperfeiçoa no próprio Deus”. A Igreja sabe perfeitamente que sua mensagem se coaduna com as aspirações mais íntimas do coração humano” COMPÊNDIO DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, *op. cit.*, 2126.

Concílio aduz diversas causas, entre as quais se destaca o laicismo militante e o paradoxo da vida dos crentes, advertindo, a propósito da última causa, o seguinte:

*“É por isso que, na gênese do ateísmo, os próprios crentes podem ter uma parte não pequena, na medida em que, pela negligência na cultura da sua fé, pela exposição defeituosa da doutrina e também por faltas na sua vida religiosa, moral e social, se pode dizer deles que ocultam, em vez de revelarem, o rosto autêntico de Deus e da religião”*¹⁸⁶.

É digno de relevo, nesta essencial síntese conciliar da causalidade do ateísmo contemporâneo, por um lado, o reconhecimento da *“negligência na cultura da fé”* e da necessidade de uma *“exposição adequada da doutrina”* e, por outro, as *faltas de “integridade de vida da Igreja e dos seus membros”*¹⁸⁷.

Importa notar ainda que, passados 50 anos do diagnóstico e do exame de consciência que a Igreja fez do Mundo Contemporâneo e de si própria, há sinais que persistem e outros novos que se evidenciam. Se, há 50 anos, o maior fenómeno evidenciado era o do *ateísmo*, atualmente, este não deixa de permanecer, assumindo até formas mais agressivas e radicais, assume atualmente a forma agravada de *niilismo*, com os corolários do indiferentismo, da ditadura do relativismo e do mais cego materialismo. É, porém, firme convicção de não poucos pensadores e crentes que das cinzas deste niilismo e de seus corolários emergem já sinais luminosos de reabertura ao sagrado e ao transcendente¹⁸⁸.

¹⁸⁶ *Gaudium et Spes*, 19.

¹⁸⁷ *Ibidem*, 21.

¹⁸⁸ “Para poder ler estes sinais, a Igreja tem de ser conhecedora atenta e profunda da história dos homens. Não é com leituras e análises superficiais da sociedade que se captam estas linhas de força da história. A missão profética da Igreja passa por um conhecimento profundo das culturas e do seu evoluir dinâmico, pela consciência das transformações que aí se operam, o que só é possível com uma liberdade, o mais completa possível, em relação as leituras ideológicas da sociedade. Os verdadeiros anseios de justiça, de liberdade, de paz, sentidos pelos povos, julgam e relativizam as ideologias e os sistemas e anseiam por uma autenticidade humana que é o sentido mesmo do anúncio evangélico” José POLICARPO, *op. cit.*, 33.

3. Doutrina social da Igreja do Vaticano II

O pensamento social da Igreja não é um apêndice ou um anexo do seu *corpus* doutrinal, antes, uma sua expressão. Doutrinalmente, na esfera dos princípios, a sociologia cristã professa a primazia, a anterioridade e a superioridade da “pessoa humana”¹⁸⁹ relativamente a todas as instituições sociais. “Com efeito, a pessoa humana que, de sua natureza, tem necessidade absoluta da vida social, é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais”¹⁹⁰.

Considerando a correlação entre a sua Antropologia e a sua Sociologia, a Doutrina Social da Igreja interpreta a emergência das revoluções sociais, não apenas como consequência da tensão que se gera “no seio das estruturas económicas, políticas e sociais”, mas, em última instância, como consequência do “pecado”¹⁹¹, não apenas do pecado “teológico”, que opera a rutura do homem com Deus, mas também, dos chamados *pecados sociais*, que atentam contra a dignidade devida a todo o ser humano e contra a solidariedade e, sobretudo, contra a fraternidade, o maior título de glória da consciência da dignidade humana.

Deve, por isso, a Doutrina Social da Igreja apresentar-se contextualizada no quadro geral da Fé e da Caridade cristãs¹⁹². Retomando a Constituição Pastoral da Igreja no tocante à “dignidade da pessoa humana, a sua vocação integral e o bem de toda a sociedade”¹⁹³, o Concílio proclama que “o homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida económico-

¹⁸⁹ “A liberdade exerce-se no relacionamento entre os seres humanos. Toda pessoa humana, criada à imagem de Deus, tem o direito natural de ser reconhecida como ser livre e responsável. Todos devem a cada um esta obrigação de respeito. O direito ao exercício da liberdade é uma exigência inseparável da dignidade da pessoa humana, sobretudo em matéria moral e religiosa. Este direito deve ser reconhecido civilmente e protegido nos limites do bem comum e da ordem pública” CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1783.

¹⁹⁰ *Gaudium et Spes*, 25.

¹⁹¹ *Ibidem*, 25.

¹⁹² “A Doutrina da Igreja funciona aqui como a visão bíblica e revelada do homem e por isso ela será sempre uma voz de alerta para a dignidade mais profunda e mais radical da pessoa humana” *Ibidem*, 61. “A caridade dá verdadeira substância à relação pessoal com Deus e com o próximo; é o princípio não só das micro relações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também das macro relações como relacionamentos sociais, económicos, políticos” BENTO XVI, *Caritas in Veritate*, 2.

¹⁹³ *Gaudium et Spes*, 63.

social”¹⁹⁴. Assim, “a experiência da novidade vivida no seguimento de Cristo requer a sua comunicação aos outros homens, nas situações concretas das suas dificuldades, lutas, problemas e desafios, para que sejam iluminadas e tornadas mais humanas à luz da fé. Esta não ajuda simplesmente a encontrar soluções, mas torna humanamente aceitáveis inclusive as situações de sofrimento, de modo que nelas o homem não se perca nem esqueça a sua dignidade e vocação”¹⁹⁵. Inspirado nas Bem-aventuranças, o Concílio coloca a Doutrina Social da Igreja sob o signo da “justiça” e da “caridade”¹⁹⁶.

Importa, em primeiro lugar, observar a este respeito que, nos primeiros anos do século XXI, mantém toda a atualidade e pertinência a denúncia que a *Gaudium et Spes* faz do “economismo”¹⁹⁷, tanto “colectivista” como “liberal”, isto é, da redução da vida pessoal e social aos cânones da economia, com o conseqüente apelo a um desenvolvimento económico pautado pela plenitude da racionalidade humana.

Igualmente atual se nos afigura a denúncia dos desequilíbrios económicos e sociais nos setores agrícola, industrial e dos serviços, como entre regiões do mesmo país e entre nações, desequilíbrios gritantemente manifestos na coexistência do “luxo” e da “miséria”¹⁹⁸.

O Concílio reafirma que o fim da economia produtiva de bens agrícolas, industriais e de serviços “não é só a multiplicação dos produtos, nem o lucro ou o poder, mas o serviço do homem”¹⁹⁹.

Porque procede imediatamente da pessoa e o seu efeito se imprime na natureza, o *trabalho humano* possui uma dignidade e uma transcendência que jamais podem ser postas em causa e degradadas.

Pelo trabalho das suas mãos e da sua mente, o homem atualiza o seu ser, desenvolve os seus talentos, sustenta-se a si e à família²⁰⁰, associa-se aos seus irmãos e presta-lhe

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ JOÃO PAULO II, *Centesimus Annus*, 59.

¹⁹⁶ *Gaudium et Spes*, 72.

¹⁹⁷ *Ibidem*, 63.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹ *Ibidem*, 64.

serviços, coopera no aperfeiçoamento da criação, constituindo-se como um *dever* e um *direito* individual e social.

Segundo a doutrina conciliar sobre *trabalho humano*, da dignidade do sujeito do trabalho, que é o trabalhador, do exercício dos seus direitos e deveres, decorre a sua obrigação de participar ativamente na gestão da empresa, de se associar livremente com outros trabalhadores e, em caso de conflitos económico-sociais, esgotadas as tentativas de uma solução pacífica, recorrer à greve, como “um meio necessário, ainda que último, para a defesa dos direitos próprios e para a satisfação das justas aspirações dos trabalhadores”²⁰¹.

A questão da *propriedade* é um ponto crucial do Direito e da Ética e, por isso também, da Doutrina Social da Igreja. O legítimo direito de propriedade subordina-se, segundo a *Gaudium et Spes*, ao *destino universal dos bens* e, por isso, “o homem, ao usá-los, não deve jamais considerar as coisas que legitimamente possui como exclusivamente suas, mas também como comuns, neste sentido: que possam ser úteis não só a si, mas também aos outros”²⁰².

O *direito de propriedade* não é absoluto. Subordina-se ao superior princípio da justiça e do bem comum, mais concretamente ao princípio da extrema necessidade. Assim, a sociedade deverá “constituir a base da educação social: todos precisamos uns dos outros; as nossas diferenças não nos separam, enriquecem-nos e abrem-nos novos horizontes; a generosidade e o dom, o gosto de servir deverão prevalecer sobre os próprios interesses e egoísmos”²⁰³.

Considerando o “*bem comum*” como *condição de possibilidade de realização da pessoa humana*, o reconhecimento e a afirmação da “eminente dignidade da pessoa

²⁰⁰ “A Doutrina Social da Igreja sempre concebeu a família como uma forma associativa básica da sociedade, onde as três motivações que referimos atrás, a necessidade, a complementaridade na diferença, e a comunhão no amor generoso e gratuito acontecem na sua pureza original. Nesta compreensão orgânica da sociedade, administração tem de privilegiar a família, pois quando esta se enfraquece ou desagrega, é a própria sociedade civil que entra em colapso” José POLICARPO, *op. cit.*, 157.

²⁰¹ *Gaudium et Spes*, 68.

²⁰² *Ibidem*, 69.

²⁰³ José POLICARPO, *op. cit.*, 155.

humana²⁰⁴ seriam inócuos sem o necessário reconhecimento e afirmação do “bem comum”²⁰⁵, que o Concílio define magistralmente como “o conjunto de condições da vida social, que permitem, tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição”²⁰⁶.

Ao imperativo ético do reconhecimento e à afirmação da “eminente dignidade da pessoa humana”²⁰⁷ segue-se, como necessária, a instância do *direito*, mas também da *política*, ambas destinadas a garantir condições de realização humana, enunciando o Concílio as seguintes condições: alimento, vestuário, habitação, família, educação, trabalho, respeito, informação, liberdade, privacidade. “É a verdade originária do amor de Deus, graça a nós concedida, que abre ao dom a nossa vida e torna possível esperar num desenvolvimento do homem todo e de todos os homens, numa passagem de condições menos humanas a condições mais humanas, que se obtém vencendo as dificuldades que inevitavelmente se encontram ao longo do caminho”²⁰⁸.

Negativamente, o Concílio assinala os obstáculos impeditivos da realização da pessoa: homicídio, genocídio, aborto, eutanásia, suicídio, mutilação, tortura, prisão arbitrária, deportação, escravatura, prostituição e exploração salarial²⁰⁹.

²⁰⁴ *Gaudium et Spes*, 26.

²⁰⁵ “Ao lado do bem individual, existe um bem ligado à vida social das pessoas: o bem comum. É o bem daquele «nós-todos», formado por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social. Não é um bem procurado por si mesmo, mas para as pessoas que fazem parte da comunidade social e que, só nela, podem realmente e com maior eficácia obter o próprio bem. Querer o *bem comum* e trabalhar por ele é *exigência de justiça e de caridade*” BENTO XVI, *Caritas in Veritate*, 7.

²⁰⁶ *Gaudium et Spes*, 26.

²⁰⁷ “O risco do nosso tempo é que, à real interdependência dos homens e dos povos, não corresponda a interacção ética das consciências e das inteligências, da qual possa resultar um desenvolvimento verdadeiramente humano. Só através da *caridade, iluminada pela luz da razão e da fé*, é possível alcançar objectivos de desenvolvimento dotados de uma valência mais humana e humanizadora. A partilha dos bens e recursos, da qual deriva o autêntico desenvolvimento, não é assegurada pelo simples progresso técnico e por meras relações de conveniência, mas pelo potencial de amor que vence o mal com o bem (cf. *Rm* 12, 21) e abre à reciprocidade das consciências e das liberdades” BENTO XVI, *Caritas in Veritate*, 9.

²⁰⁸ *Ibidem*, 8.

²⁰⁹ “Estou ciente dos desvios e esvaziamento de sentido que a caridade não cessa de enfrentar com o risco, daí resultante, de ser mal entendida, de excluí-la da vida ética e, em todo o caso, de impedir a sua correcta valorização. Nos âmbitos social, jurídico, cultural, político e económico, ou seja, nos contextos mais expostos a tal perigo, não é difícil ouvir declarar a sua irrelevância para interpretar e orientar as responsabilidades morais. Daqui a necessidade de conjugar a caridade com a verdade, não só na direcção assinalada por S. Paulo da «*veritas in caritate*» (*Ef* 4, 15), mas também na direcção inversa e complementar da «*caritas in veritate*». A verdade há-de ser procurada, encontrada e expressa na «economia» da caridade, mas esta por sua vez há-de ser compreendida, avaliada e praticada sob a luz da verdade. Deste modo teremos não apenas prestado um serviço à

O reconhecimento e afirmação da *dignidade da pessoa humana* reclama, em nome dos respectivos direitos, a negação de toda a forma de discriminação, nomeadamente de sexo, raça, cor, condição social, língua e religião²¹⁰. Porque a dignidade da pessoa humana é também o princípio estruturante dos Direitos Humanos, globalmente reconhecidos pela comunidade internacional, “a Igreja só pode estar na primeira linha da defesa desses Direitos”²¹¹.

Porque conexa com a dignidade da pessoa humana, também a questão da ética mereceu cuidada atenção dos autores da *Gaudium et Spes*, relevando-se como positiva, transição *de uma ética individualista a uma ética social*.

A questão da ética²¹² é hoje uma dimensão essencial de todas as grandes componentes da sociedade: da ciência, da política, da economia, dos modelos de desenvolvimento, da família, da vida e do amor. Não basta não lesar ninguém, impõe-se a prática positiva da observância das normas sociais e da “reciprocidade de serviços”²¹³. O Concílio assinala como formas de violação da “ética social” as “fraudes”, a “fuga aos impostos justos” e a infração das regras de trânsito²¹⁴.

Repete-se, talvez em demasia, a regra de ouro, certamente valiosa, da moral e da convivência cristã e humana, mas na sua formulação negativa: “Não faças ao outro o que não queres que te façam a ti”. Melhor seria, parece-nos, porém, seguir e praticar essa luminosa regra na sua formulação positiva: “Faz ao outro o que queres que te façam a ti”. A parábola

caridade, iluminada pela verdade, mas também contribuído para acreditar a verdade, mostrando o seu poder de autenticação e persuasão na vida social concreta. Facto este que se deve ter bem em conta hoje, num contexto social e cultural que relativiza a verdade, aparecendo muitas vezes negligente se não mesmo refractário à mesma” *Ibidem*, 2.

²¹⁰ *Gaudium et Spes*, 29.

²¹¹ COMISSAO DE JUSTIÇA E PAZ, *op. cit.*, 35.

²¹² “A questão da ética é, hoje, o eixo, o critério de aferimento e de juízo da validade dos processos de desenvolvimento. E isso sublinha inevitavelmente a sua componente cultural. A questão ética do desenvolvimento – e a Doutrina Social da Igreja sublinha-o com grande firmeza – hoje faz parte, é decisiva na questão cultural. Não se desenvolvem povos sem se lhes respeitarem as culturas, sem se lhes promoverem as culturas, impondo-lhe culturas estranhas, vilipendiando-os, às vezes, na sua própria Doutrina” José POLICARPO, *op. cit.*, 59-60.

²¹³ *Gaudium et Spes*, 25.

²¹⁴ *Ibidem*, 30.

do “Bom Samaritano” é, neste sentido, um exemplo bem eloquente da fórmula positiva da ética cristã e, por isso, também humana.

Ao dever de aquisição de uma maior cultura espiritual, de formação de uma forte personalidade, da resistência “a uma vida de demasiadas facilidades”, de não se encerrar numa solidão doirada, o Concílio associa o dever da *participação cívica e da responsabilidade pelas gerações futuras*²¹⁵, cuidando sempre do *bem comum*, considerando que “a liberdade robustece-se, quando o homem aceita as inevitáveis coacções da vida social, se submete às múltiplas exigências da convivência humana e se entrega ao serviço da comunidade humana”²¹⁶. Este modo de ser e de estar-no-mundo não é naturalmente dado, mas fruto de aprendizagem, muito importando, por isso, que as gerações atuais saibam e queiram dar às novas gerações razões de viver e de esperar²¹⁷.

O homem não se questiona apenas na sua interioridade, formulando questões fundamentais. Questiona-se também na esfera da sua atividade no mundo, formulando perguntas como estas: “*Qual o sentido e o valor desta laboriosa atividade? Que uso fazer de todas estas coisas? Qual o fim dos esforços individuais e coletivos?*”²¹⁸.

Instruído pela Palavra revelada, o Concílio interpreta o trabalho²¹⁹ e a atividade humana, em geral, como “um prolongamento da obra do Criador, um serviço dos seus irmãos e um contributo pessoal para a realização dos desígnios de Deus na história”²²⁰.

²¹⁵ Anos mais tarde, Bento XVI insistirá neste tema ao referir: “Na encíclica *Caritas in Veritate*, pus em realce que o desenvolvimento humano integral está intimamente ligado com os deveres que nascem da *relação do homem com o ambiente natural*, considerado como uma dádiva de Deus para todos, cuja utilização comporta uma responsabilidade comum para com a humanidade inteira, especialmente os pobres e as gerações futuras. Assinalei também que corre o risco de atenuar-se, nas consciências, a noção da responsabilidade, quando a natureza e sobretudo o ser humano são considerados simplesmente como fruto do acaso ou do determinismo evolutivo” BENTO XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz*, 2009.

²¹⁶ *Gaudium et Spes*, 31.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ *Ibidem*, 33.

²¹⁹ “O trabalho em sentido *subjectivo* é o agir do homem enquanto ser dinâmico, capaz de levar a cabo várias ações que pertencem ao processo do trabalho e que correspondem à sua vocação pessoal: «O homem deve submeter a terra, deve dominá-la, porque, como “imagem de Deus”, é uma pessoa; isto é, um ser dotado de subjetividade, capaz de agir de maneira programada e racional, capaz de decidir de si mesmo e tendente a realizar-se a si mesmo. É como pessoa, pois, que o homem é sujeito do trabalho» ” COMPÊNDIO DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, *op. cit.*, 270.

²²⁰ *Gaudium et Spes*, 34.

Pronunciando-se sobre a relação da Igreja com o Mundo e, mais especificamente, da Fé ou da Religião com a Ciência ou a Cultura, o Concílio reconhece a autonomia do temporal, julgando plenamente compatível a investigação científica e a fé, “porque as realidades temporais e as realidades da fé têm a sua origem no mesmo Deus”, sem que deixe de reconhecer, no entanto, a ambiguidade, a ambivalência ou a antinomia da ideia moderna de progresso²²¹.

4. Relação Igreja-Mundo

No capítulo IV da primeira parte, a *Gaudium et Spes* (GS), depois de tratar dos temas da “dignidade da pessoa humana”, da “comunidade dos homens”, do “sentido profundo da actividade humana”, cuida da relação da Igreja com o Mundo ou da Igreja no Mundo. Depois de reafirmar o mistério da Igreja, “nascida do amor do Pai eterno, fundada no tempo por Cristo Redentor, reunida no Espírito Santo...”²²², a GS expõe os princípios gerais da *relação Igreja-Mundo*.

Considerando, em primeiro lugar, a sua *ratio essendi*, a sua vocação e missão específicas, a Igreja em Concílio destaca a *primordialidade* e a *perenidade do problema religioso*: Nos séculos passados, como nos nossos tempos, *o problema religioso* impõe-se, de algum modo, a todo o homem que sente e pensa, pois, – reconhece o Concílio – “sempre o homem desejará saber, ao menos confusamente, qual o significado da sua vida, da sua atividade e da sua morte”²²³.

²²¹ “Daí que a *Gaudium et Spes* retome esta indicação quando afirma que os teólogos «são convidados a buscar constantemente a forma mais adequada de comunicar a doutrina aos homens do seu tempo» (GS 62) e sugere que na «ação pastoral» se utilizem os dados das ciências profanas” Casiano FLORISTÁN, *op. cit.*, 36-37.

²²² *Gaudium et Spes*, 40.

²²³ *Ibidem*, 41.

“Em Cristo como sacramento ou sinal e instrumento da união íntima com Deus e da unidade de todo o género humano”²²⁴, a Igreja reconhece e assume que a missão que Cristo lhe confiou não é de ordem política nem económica ou social, mas de ordem religiosa e, por isso, a natureza e missão da Igreja não estão ligadas a qualquer sistema político, económico ou social, assim se constituindo instrumento de comunhão universal²²⁵.

Considerando-os “cidadãos de uma e outra cidade”, o Concílio adverte os cristãos para o erro do “divórcio entre a fé que professam e a vida diária...”²²⁶, entre “as atividades profissionais e sociais, por um lado, e a vida religiosa, por outro”²²⁷. Contudo, “imaginar a Igreja como fermento no mundo sugere que as atitudes e as acções de todos os membros da Igreja, incluindo o clero e os religiosos consagrados, têm um alcance social e político”²²⁸.

A temporalidade do homem, a vida do *Povo de Deus* no tempo, a diversidade das circunstâncias sociais, a pluralidade das culturas, a necessidade de atualização da encarnação da Palavra e da sua proclamação perceptível pela tão grande e tão maravilhosa diversidade de povos do *Povo de Deus*, reclama, de facto, extrema vigilância e aturada auscultação da voz do Espírito nos sinais dos tempos²²⁹.

A *Gaudium et Spes* expressa luminosamente esta realidade nos seguintes termos:

“É dever de todo o povo de Deus, mas sobretudo dos pastores e teólogos, auscultar, discernir e interpretar, com o auxílio do Espírito Santo, as diversas línguas do nosso tempo e julgá-las à luz da palavra divina, para que a Verdade revelada possa ser

²²⁴ *Gaudium et Spes*, 1.

²²⁵ “A missão profética da Igreja passa por um conhecimento profundo das culturas e seu evoluir dinâmico, pela consciência das transformações que aí se operam, o que só é possível com uma liberdade, o mais completa possível, em relação às leituras ideológicas da sociedade. Os verdadeiros anseios de justiça, de liberdade, de paz, sentidos pelos povos, julgam e relativizam as ideologias e os sistemas e anseiam por uma autenticidade humana que é o sentido mesmo do anúncio do Evangelho” José POLICARPO, *op. cit.*, 33.

²²⁶ *Gaudium et Spes*, 43.

²²⁷ *Ibidem*.

²²⁸ Richard GAILLARDÉTZ, Catherine CLIFFORD, *op. cit.*, 151.

²²⁹ “O discernimento dos sinais dos tempos constitui, de facto, um modo de afirmação da Igreja no seio da humanidade em geral. Permite-lhe dar um contributo específico para algo que interessa a esta. Ao procurar descobrir os apelos de Deus nos acontecimentos e nas situações da história, a Igreja tem a ocasião de prestar um serviço à comunidade humana de que ela faz parte” Domingos TERRA, *A leitura crente dos sinais dos tempos*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2012, 82.

*melhor percebida, mais profundamente entendida e expressa em forma adequada*²³⁰
(GS, 44).

Imersa no tempo, situada no mundo, a Igreja nega-se a si mesma se se deixar enredar na teia das circunstâncias em que necessariamente vive; deve cumprir o seu mandato²³¹. Como *sacramento universal de salvação*²³², a missão suprema, permanente, urgente e irrecusável da Igreja é a de propiciar a vinda do Reino de Deus e a salvação de toda a humanidade²³³. *“Por mais exigente que seja esta pastoral da encarnação, temos de continuar a incentivá-la. A formação dos cristãos, sobretudo a dos jovens, tem de criar neles esta atenção amorosa à realidade dos homens, onde são chamados a ser testemunhas. Sem esta atenção e esta paixão pela realidade concreta da vida dos homens, a leitura dos “sinais dos tempos” não passará de um exercício cultural. Só a fé e o amor geram a intuição profética*²³⁴.

5. A voz do mundo: a Igreja e os problemas cruciais contemporâneos

Depois de, na primeira parte, ter tratado da questão da “dignidade da pessoa humana” e da “missão individual e social” que a Igreja é chamada a realizar, o Concílio cuida de cinco necessidades ou problemas cruciais e urgentes do mundo contemporâneo: 1. Matrimónio e Família; 2. A cultura humana; 3. A vida da comunidade política; 4. A comunidade dos povos e a paz.

²³⁰ *Gaudium et Spes*, 44.

²³¹ “A Igreja assume-se como enviada; a missão da Igreja no mundo é da Igreja no seu todo, e não apenas de alguns na Igreja” José POLICARPO, *op. cit.*, 27.

²³² *Lumen Gentium*, 15.

²³³ “O que pretende a Constituição pastoral, dirigida a crentes e a não crentes, é manifestar de que maneira o Concílio entende a presença e acção da Igreja no mundo actual” Casiano FLORISTÁN, *op. cit.*, 131. *Gaudium et Spes*, 45.

²³⁴ José POLICARPO, *op. cit.*, 434.

5.1. *Dignidade do matrimónio e da família*

A Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo começa por referir o matrimónio e a família apenas como um entre os numerosos problemas que, hoje em dia, atraem a atenção de todos²³⁵.

Para não correr o risco de distorção e incompreensão, a *Gaudium et Spes* cuida de integrar doutrinalmente o mistério de caridade do matrimónio e da família no mistério de Cristo e no mistério da Igreja:

*“É, por isso, necessário um caminho pedagógico de crescimento, a fim de que os fiéis, as famílias e os povos, e a própria civilização, daquilo que já receberam do Mistério de Cristo, possam ser conduzidos pacientemente mais além, atingindo um conhecimento mais rico e uma integração mais plena deste mistério na sua vida”*²³⁶.

Em síntese, a *Gaudium et Spes* enuncia os princípios doutrinários relativos a esta instituição humano-divina, começando por mostrar a estrita ligação que existe entre o bem-estar da pessoa e da sociedade humana e cristã com o bem-estar da “comunidade conjugal e familiar”²³⁷; como obstáculos à dignidade da instituição do matrimónio e da família aponta o Concílio a poligamia, divórcio, amor livre, egoísmo, hedonismo; as práticas ilícitas contra a geração; a miséria económica e sociopsicológica e o desequilíbrio demográfico.

Assinala o Concílio que a procriação e a educação da prole são um desígnio natural da instituição matrimonial, que o amor do casal espelha a aliança de Deus com o seu Povo e

²³⁵ “Consciente de que o matrimónio e a família constituem um dos bens mais preciosos da humanidade, a Igreja quer fazer chegar a sua voz e oferecer a sua ajuda a quem, conhecendo já o valor do matrimónio e da família, procura vivê-lo fielmente, a quem, incerto e ansioso, anda à procura da verdade e a quem está impedido de viver livremente o próprio projecto familiar. Sustentando os primeiros, iluminando os segundos e ajudando os outros, a Igreja oferece o seu serviço a cada homem interessado nos caminhos do matrimónio e da família” JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, 1. In COMISSÃO DA JUSTIÇA E PAZ, *op. cit.*, 137.

²³⁶ *Ibidem* 9.

²³⁷ *Gaudium et Spes*, 46.

de Jesus Cristo com a sua Igreja. Ordenados para a procriação e educação dos filhos, o matrimónio e o amor conjugal não se esgotam nesse desígnio, pois compreendem os outros fins do matrimónio, a saber, a união amorosa indissolúvel entre as pessoas e a “intimidade e união de toda a vida”²³⁸.

A indissolubilidade e a fidelidade da aliança matrimonial, com a consequente negação do adultério e do divórcio, são princípios assumidos e reafirmados neste documento conciliar.

Não podia o Concílio deixar de correlacionar a instituição divino-humana da comunidade conjugal com o dom da vida, a qual “desde a concepção, deve ser defendida com extremos cuidados, o aborto e o infanticídio são crimes abomináveis”²³⁹.

Como “ponto de encontro de várias gerações que mutuamente se ajudam a adquirir maior sabedoria e a harmonizar os direitos das pessoas com as restantes exigências da vida social”, a família “constitui o fundamento da sociedade”²⁴⁰, devendo, por isso, o poder civil criar as condições necessárias à dignidade e realização do matrimónio e da família²⁴¹.

Finalmente, o Concílio apela à responsabilidade dos “especialistas das ciências, sobretudo biológicas, médicas, sociológicas e psicológicas” contribuírem para “esclarecer mais profundamente, com estudos convergentes, as diversas condições favoráveis a uma honesta regulação dos nascimentos”²⁴².

“O testemunho de vida dos esposos cristãos é de um valor único. O magistério da Igreja não apresenta verdades impossíveis de viver. Certamente que as exigências da vida cristã ultrapassam as possibilidades do homem se ele não é ajudado pela Graça. Mas aqueles que se deixam vivificar pelo espírito de Deus experimentam que

²³⁸ *Ibidem*, 50.

²³⁹ *Ibidem*, 51.

²⁴⁰ *Ibidem*, 52.

²⁴¹ *Ibidem*.

²⁴² *Ibidem*.

a lei de Cristo é possível, mesmo que se trate de «um jugo suave», e que esta fidelidade traz muito bem”²⁴³.

5.2. Promoção da cultura humana

A *Gaudium et Spes*, que dedica o capítulo II da sua *Segunda Parte* (Secções I, II e III) à justa promoção da cultura, começa por reconhecer esta atividade como fator de humanização e de espiritualização do homem, relevando os constituintes do conhecimento e do trabalho na modelação do universo e da vida social, assinalando a historicidade e a diversidade das criações e expressões culturais e manifestando a justa estima pelo património cultural da humanidade, certamente por considerá-lo admirável expressão do espírito humano. O sujeito da cultura é o homem que não é apenas natureza, não é apenas sensibilidade, mas também e, sobretudo, espírito. E a cultura é produto do espírito humano²⁴⁴.

Considerando que a *GS* trata da relação da Igreja com o *Mundo Contemporâneo*, é na chamada *cultura moderna* que a atenção e preocupação do Concílio se concentram.

A doutrina conciliar sobre o valor da cultura encontra-se refletida no discurso e na prática pastoral pós-conciliar daqueles que, por eleição, presidem à peregrinação terrestre da Igreja universal. O Papa João Paulo II, na sua *Mensagem aos intelectuais*, subordinada ao título *A cultura ao serviço da pessoa* e proferida na Universidade de Coimbra, em 15 de Maio de 1982, chamava a atenção para a centralidade do homem na atividade cultural, dizendo que “a cultura é *do* homem, *a partir* do homem e *para* o homem”²⁴⁵. A *cultura* assume na visão moderna do homem e na sua edificação e desenvolvimento integral um estatuto antropológico análogo ao da *razão*, da *liberdade* ou da *linguagem*, identificadas classicamente como diferença específica e definição do mesmo homem. O Papa recordou, nesta sua mensagem, o

²⁴³ COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, *op. cit.*, 153-154.

²⁴⁴ *Gaudium et Spes*, 53.

²⁴⁵ *Discursos do Papa João Paulo II em Portugal*, Edição da Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 1982, 163.

que dissera aos representantes da Unesco: “a cultura é aquilo pelo qual o homem, enquanto homem, se torna mais homem, «é» mais, *tem mais acesso ao «ser»*”²⁴⁶.

Também o Papa Bento XVI, na sua viagem a Portugal, em 2010, enfatizava o valor da cultura no processo de humanização e espiritualização do homem, apelando a que os *fazedores do pensamento e da opinião* fizessem *coisas belas*, mas sobretudo tornassem as suas vidas *lugares de beleza*²⁴⁷.

Na *Gaudium et Spes* e conseqüentemente no magistério da Igreja pós-conciliar, foi reconhecido à cultura humana um estatuto de autonomia, que não havia sido claro e plenamente assumido na Igreja pré-conciliar. João Paulo II declarou, na referida mensagem aos *Intelectuais portugueses*, que “ao propor o seu ideal de humanidade, a Igreja não pretende negar a autonomia da cultura. Antes pelo contrário, nutre por ela o maior respeito, como nutre o maior respeito pelo homem; para ambos defende abertamente a livre iniciativa e o desenvolvimento autónomo”²⁴⁸.

A autonomia da cultura, que a Igreja reconhece, não é, porém, absoluta, pois pode degenerar, como o Papa João Paulo II advertiu, em *abuso*, se perde o sentido da verdade como *fim do conhecimento*.

Esta (des)vinculação da cultura moderna da questão da verdade é também uma crucial preocupação doutrinal e pastoral do Papa Bento XVI, o qual, sem prejuízo do *serviço da verdade* revelada em Jesus Cristo, reconhece o dever de *respeito dialogante* por outras *verdades* e de respeito pela *verdade dos outros*, sublinhando a aprendizagem que, neste reconhecimento, *a própria Igreja está a fazer*²⁴⁹.

Porque o justo e legítimo uso da autonomia da cultura pode degenerar em abuso, conclui-se que a cultura não é de género neutro, mas suscetível de adjectivações paradoxais. Assim sendo, de fator de humanização e de espiritualização do homem, o alegado progresso

²⁴⁶ *Ibidem*, 164.

²⁴⁷ *Papa Bento XVI em Portugal. Homilias, Discursos e Saudações*, Editorial A.O., Conferência Episcopal Portuguesa, Braga, 2010, 80.

²⁴⁸ *Discursos do Papa João Paulo II em Portugal, op. cit.*, 165.

²⁴⁹ Bento XVI, *Mostrar Cristo ao Mundo, op. cit.*, 80.

da cultura e as suas propaladas conquistas podem tornar-se factores de desumanização e de degradação do homem.

Neste sentido, a *Gaudium et Spes* chamou a atenção para o carácter antinómico da cultura moderna. O equívoco da modernidade consiste em considerar a racionalidade científica como absoluta e totalitária, ignorando e desvalorizando o outro de si mesma. A modernidade – observa José Tolentino Mendonça – autor representa-se como vanguarda permanente e define a religião como um parceiro retrógrado, sempre com algumas décadas de atraso²⁵⁰.

Bento XVI adjectivou de *positivista* a cultura que se arvora o estatuto de objetiva e real, relegando para o âmbito da subjetividade e da não cientificidade a existência do *outro*, sobretudo a questão de Deus. Neste sentido, a cultura nega-se a si mesma, tornando-se *anti-humanista*²⁵¹.

A Igreja não podia deixar de marcar a sua posição sobre a realidade humana da cultura, pois “a fé é sempre vivida dentro de uma cultura”²⁵². Bento XVI reforça esta relação entre a instância da *fé* e a instância da cultura, dizendo: “a história da religião mostra-nos que uma comunidade de crentes avança progressivamente na fé em Deus, acolhendo a cultura que encontra e moldando-a”²⁵³.

Desde o dia Pentecostes que é evidente a indissolúvel relação de fé e cultura.

Desdobrando a antinomia característica da *cultura moderna*, verificamos o infundado e insensato paradoxo entre cultura nova e tradição, entre multidisciplinaridade (fragmentação) e síntese (unidade), entre autonomia e absolutismo.

A legítima autonomia da cultura reconhecida pela Igreja do Vaticano II, para ser justa e verdadeira só pode ser recíproca entre as distintas ordens do conhecimento próprio da *fé* e o conhecimento próprio da *razão*.

²⁵⁰ In *Expresso*, 23.2.2013.

²⁵¹ Bento XVI, *Mostrar Cristo ao Mundo*, *op. cit.*, 123.

²⁵² *Ibidem*, 139.

²⁵³ *Ibidem*.

A Igreja em Concílio, considerando o inestimável contributo que deu à causa da cultura humana, verificou que “nem sempre é fácil estabelecer a harmonia entre a cultura e o cristianismo”²⁵⁴.

Na sequência deste conflito, o Papa Bento XVI desenvolveu uma intensa, profunda e luminosa reflexão em torno dos termos só aparentemente antinómicos de *ciência e fé, fé e razão, razão e verdade*.

Para Bento XVI, a *Razão Pura* do Iluminismo, porque pretensamente auto-suficiente e fechada, não é a verdadeira Razão, a Razão aberta à Verdade, Verdade que não é propriedade privada, mas horizonte universal, incansavelmente procurada.

A Igreja, reconhecendo a liberdade dos Filhos de Deus e instruída pela experiência humana histórica, de que o *caso Galileu* é exemplar, defende a autonomia das realidades terrestres e estima o progresso do espírito humano e os seus valores, como o *gosto pelas ciências e investigação científica* e respetivas comunidades de saberes.

A cultura científica, tecnológica, literária, filosófica, teológica, visam o desenvolvimento integral da pessoa humana e de todos os seus talentos ou capacidades de opinião, de intuição, de contemplação e de discernimento crítico. Entre os valores positivos da cultura humana, a Igreja releva o progresso das ciências da linguagem, que muito podem contribuir para a inteligência do conteúdo e da comunicação da Fé.

Em síntese, a *Gaudium et Spes* reconhece a capacidade performativa e perfetiva da atividade cultural, do conhecimento da realidade natural e social, afirmando simultaneamente “a legítima autonomia da cultura humana e, particularmente das ciências”²⁵⁵.

Corolário desta *legítima autonomia da cultura humana* é o reconhecimento, também aos fiéis católicos, de “uma justa liberdade de investigação e de pensamento e ainda a de

²⁵⁴ *Gaudium et Spes*, 62.

²⁵⁵ *Ibidem*, 59.

exporem a sua maneira de ver, com humildade e coragem, nos domínios da sua competência”²⁵⁶.

A cultura, apesar de tudo, não é fim em si mesma, mas verdadeiramente instrumental. Subordina-se à realização e perfeição da vida, que não se esgota nas malhas do tempo, mas se projeta na eternidade. “Insistindo no texto da *Gaudium et Spes*, estabelece este como objectivos da cultura (ou das culturas) a edificação de um mundo mais humano e o aperfeiçoamento integral da pessoa humana”²⁵⁷. A cultura, digamos, faz parte das *coisas penúltimas*, não podendo, por isso, deixar de ordenar-se – como deixou dito o Papa Bento XVI, em Portugal, aos *cultores do Pensamento, da Ciência e da Arte* – para as *coisas últimas*, para a *Verdade*, e, conseqüentemente, para *Deus*²⁵⁸.

5.3 A vida política

Relativamente à *res publica* ou *política*, o Concílio declara que “a comunidade política existe (...) por causa do *bem comum*, concebido como o conjunto daquelas condições de vida social, que permitem aos homens, às famílias e aos grupos poderem alcançar mais plena e facilmente a sua própria perfeição”²⁵⁹. Neste sentido, “a comunidade política existe em vista do *bem comum*: nele encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio”²⁶⁰. A constituição e o exercício da autoridade política, em geral, e dos partidos, em particular, são instrumentais relativamente ao desígnio do *bem comum*. O Concílio entende que a comunidade e a autoridade política têm o seu fundamento na natureza humana. O *bem comum* é a *ratio essendi* da vida política e a *ratio operandi* dos cidadãos, no caso em que devam defender os seus direitos e os dos seus concidadãos contra

²⁵⁶ *Ibidem*, 62.

²⁵⁷ José Paulo ABREU, *op. cit.*, 80.

²⁵⁸ Papa Bento XVI em Portugal, *op. cit.*, 82.

²⁵⁹ *Gaudium et Spes*, 74.

²⁶⁰ José POLICARPO, *op. cit.*, 160.

os abusos do poder ou da autoridade²⁶¹, sem violar os limites da lei natural e evangélica. “Portanto, as realidades deste mundo, incluindo a política, a economia ou o turismo, tem uma dignidade própria que não precisa do patrocínio da fé para se afirmarem, embora com ela ganhem dimensões mais amplas”²⁶². A participação política dos cidadãos na *res publica*, nomeadamente pelo exercício do *sufrágio*, ordena-se sempre para a realização do *bem comum*. Neste sentido, “os partidos políticos têm o dever de promover tudo o que lhes parecer necessário para o bem comum; e nunca é lícito antepor os seus próprios interesses ao *bem comum*”²⁶³. Também para esse fim se ordena a “educação cívica e política”²⁶⁴ de modo a combater os obstáculos reconhecidos pelo Concílio ao princípio político do “*bem comum*”, que são a “injustiça”, a “opressão”, o “absolutismo” e a “intolerância”²⁶⁵. Relativamente à magna questão da relação da Igreja com a Política, o Concílio declara, fiel à regra de ouro evangélica, que “a Igreja, em razão da sua missão e competência, não pode confundir-se de modo nenhum com a comunidade política nem está ligada a nenhum sistema político: ela é, ao mesmo tempo, sinal e salvaguarda da dignidade da pessoa humana. No terreno que lhe é próprio, a comunidade política e a Igreja são independentes e autónomas”²⁶⁶. O princípio da independência e autonomia não obstam, pelo contrário, à sã cooperação entre as duas ordens institucionais, pois ambas perseguem os mesmos objectivos de justiça e caridade, embora diferente seja a intenção e o fundamento último da respetiva actuação que, no caso da Igreja, é inseparável do ministério da Palavra de Deus e da estreita ligação entre as realidades temporais e as que perduram na eternidade. Como em tudo o mais, o Concílio integra a

²⁶¹ *Gaudium et Spes*, 74.

²⁶² COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, *op. cit.*, 179.

²⁶³ *Gaudium et Spes*, 75.

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ Mais tarde, o Cardeal Ratzinger virá a dizer: “a Igreja deve estar pronta a sofrer, deve preparar os caminhos para o divino, não com instrumentos de poder, mas na obediência ao Espírito, não com a eficácia das suas estruturas institucionais, mas através do testemunho, do amor, da própria vida e sofrimento, assim ajudando a sociedade a encontrar a sua autêntica fisionomia moral” Cardeal RATZINGER, *A Igreja e a Europa*, Editorial Verbo, Lisboa, 1994, 120.

²⁶⁶ *Gaudium et Spes*, 76. “Este não confusionismo entre as duas esferas, ainda que embrulhado num espírito de cooperação, deixará à Igreja a liberdade suficiente para se pronunciar em situações de ameaça aos direitos fundamentais das pessoas ou das colectividades” José Paulo ABREU, «A Igreja à procura do Homem e do mundo», *op. cit.*, 82.

instância política no quadro mais amplo da dignidade humana. “Pertence à estrutura fundamental do cristianismo a distinção entre o que é de César e o que é de Deus (Mt 22, 21), isto é, a distinção entre Estado e Igreja ou, como diz o Concílio Vaticano II, a autonomia das realidades temporais. O Estado não pode impor a religião, mas deve garantir a liberdade da mesma e a paz entre os membros das diversas religiões; por sua vez, a Igreja como expressão social da fé cristã tem a sua independência e vive, assente na fé, a sua forma comunitária, que o Estado deve respeitar. As duas esferas são distintas, mas sempre em recíproca relação”²⁶⁷.

5.4 A Comunidade Mundial e a Paz

O último problema crucial contemporâneo a ser tratado pelos padres conciliares é o da paz e da comunidade internacional. A paz²⁶⁸ é uma necessidade para se garantir a estabilidade para promoção do *bem comum*²⁶⁹.

A condição e o fim da Paz não se esgotam nesta relação com a necessidade do *bem comum*, mas prendem-se com o próprio futuro da humanidade, cuja possibilidade e garantia não depende apenas de bens materiais, mas de um substrato e de uma ordem de matriz ética e axiológica, que importa às novas gerações poderem descobrir²⁷⁰.

Em primeira e última instância, o segredo da Paz está no seu primordial princípio divino. A natureza da paz radica no divino Criador que a estabeleceu para a sociedade humana, mas a sua consecução é tarefa da liberdade e da responsabilidade humanas²⁷¹.

²⁶⁷ BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, 28.

²⁶⁸ “A paz não é apenas um valor a somar a outros valores. É antes o fruto da vivência convergente e harmónica de todos os valores que a afirmam e promovem a dignidade do homem e a sua vocação comunitária de fraternidade, fundamento e razão de ser de toda a ordem ética” José POLICARPO, *op. cit.*, 167.

²⁶⁹ *Gaudium et Spes*, 77.

²⁷⁰ José POLICARPO, *op. cit.*, 167.

²⁷¹ *Gaudium et Spes*, 78.

Segundo a magna assembleia do Vaticano II, são dois os caminhos para se assegurar a paz: evitar-se a guerra e instituir uma comunidade/órgão internacional. A guerra evita-se mediante o controlo da crueldade, rejeitando massacres e destruições massivos e pela prevenção de perigos iminentes de conflitos bélicos, dos quais a redução do armamento militar é um bom exemplo e uma medida muito eficaz²⁷². Instrumento crucial e decisivo para a consecução do bem da paz é a existência de uma organização internacional, capaz de regular as relações entre as nações, obviando à eclosão de todo o género de conflitos sangrentos²⁷³. O nobre instrumento de que dispõe a organização internacional vocacionada para eliminar as causas da discórdia entre os homens e promover a paz no mundo é o *diálogo sem fim*²⁷⁴.

*“A paz autêntica começa onde se instaura um diálogo de verdade, onde cada um acolhe, ao mesmo tempo, o outro e a realidade a partir de um ponto de vista e de um projecto diferentes”*²⁷⁵.

Porque a desigualdade entre os povos, a opressão e a miséria são causas de graves conflitos, especial atenção deve ser dada à *economia*²⁷⁶.

Como normas de bom funcionamento e de garantia de eficácia da cooperação internacional, a *Gaudium et Spes* aponta as seguintes: estabelecer a promoção do *bem comum* como ideia reguladora e finalidade a alcançar; ajudar os países menos desenvolvidos; coordenar o desenvolvimento e controlar o uso dos recursos naturais; ordenar o comércio internacional²⁷⁷ e com o aumento demográfico, garantir, mediante o equilíbrio demográfico, a

²⁷² *Gaudium et Spes*, 79-81.

²⁷³ *Ibidem*, 82.

²⁷⁴ *Ibidem*, 83.

²⁷⁵ José POLICARPO, *op. cit.*, 168.

²⁷⁶ *Gaudium et Spes*, 84-85.

²⁷⁷ *Ibidem*, 86.

subsistência e conveniente educação dos homens²⁷⁸. Neste projeto, os cristãos, em todas as suas circunstâncias e a Igreja como promotora do *bem comum*, são interpelados a cooperar arduamente, com a virtude de ter uma posição neutral no âmbito político²⁷⁹.

Concluindo, a Igreja mostra-se atenta à vida humana, preocupada com a promoção do bem comum e a defesa da dignidade humana, não só dos cristãos católicos, mas também dos de outra profissão cristã, com os quais procura caminhos de aproximação, dos de outra crença e daqueles que não acreditam em Deus. Em suma, todo o homem, afirmando assim o seu carácter universal, ou seja, de Igreja Católica. Deste modo, os cristãos nada podem desejar mais ardentemente do que servir sempre com maior generosidade e eficácia os homens do mundo de hoje.

“A «cidade do homem» não se move apenas por relações feitas de direitos e de deveres, mas antes e sobretudo por relações de gratuidade, misericórdia e comunhão. A caridade manifesta sempre, mesmo nas relações humanas, o amor de Deus; dá valor teológico e salvífico a todo o empenho de justiça no mundo”²⁸⁰.

Finalmente, a tónica pastoral do documento da *Gaudium et Spes*²⁸¹ visa um verdadeiro diálogo²⁸² entre dois interlocutores, Igreja e Mundo, que têm tanto a dizer como a escutar um do outro, reconhecendo o que têm de bom, e cujo interesse comum é somente o homem. Este interesse apresenta-se, portanto, como uma exigência de contínua renovação pastoral por

²⁷⁸ *Ibidem*, 87.

²⁷⁹ *Ibidem*, 89.

²⁸⁰ BENTO XVI, *Caritas in Veritate*, 6.

²⁸¹ “Nunca um documento da Igreja tinha tido uma focagem tão positiva da modernidade, nem tinha expresso umas inquietações e preocupações tão sentidas pelo homem de hoje” José Paulo ABREU, *op. cit.*, 72.

²⁸² “Graças à iniciativa de Paulo VI, o diálogo tornou-se o lema do Concílio e a palavra-chave para o novo relacionamento da Igreja com o mundo de hoje” Hermann POTTMEYER, «Estruturas de diálogo na Igreja», in *Communio* 3, 2012, 290. “O diálogo é passagem obrigatória do caminho a percorrer para a auto-realização do homem, tanto do indivíduo como de cada comunidade humana” JOÃO PAULO II, *Ut Unum Sint*, 28. “A constituição aponta para o diálogo, que inclui a busca em comum de soluções para os graves problemas de hoje” José Paulo ABREU, *op. cit.*, 72.

parte da Igreja. Assim, “no âmbito da pastoral, em linguagens muito diversas, quis a Igreja ser
luzeiro em contextos de índole muito diversificada, em épocas da humanidade de outro teor e
em diversas posições sociais e políticas da própria originalidade da fé cristã”²⁸³.

²⁸³ José LIMA, *op. cit.*, 129.

CAPÍTULO III
PARA UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO
Inquietações Pastorais

Depois de considerado o pólo da *identidade da Igreja*, (re)descoberta no Concílio Vaticano II e plasmada principalmente na Constituição *Lumen Gentium*, e depois de (re)visto o novo paradigma de relacionamento que estabeleceu com o Mundo Contemporâneo, pautado pelo *aggiornamento* e pelo *diálogo*, impõe-se completar o tríptico com a referência programática à *mensagem* que a Igreja como emissor deve comunicar ao Mundo como recetor. A *mensagem* aparece enunciada, neste início do 3.º milénio da vida da Igreja, 50.º aniversário do Vaticano II, 20.º aniversário da promulgação do novo *Catecismo da Igreja Católica* (CIC) e neste *Ano da Fé* (2012-2013), sob a fórmula *Nova Evangelização*. É, pois, este o último quadro do tríptico do nosso trabalho.

O anúncio da criação do *Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização*, como novo dicastério da Cúria Romana, remonta oficialmente à celebração das vésperas da Solenidade de S. Pedro e S. Paulo, de 2010, na Basílica de São Paulo, fora de muros, em que Bento XVI justifica a criação deste novo organismo com a necessidade de atender ao sinal da progressiva secularização que estaria a afetar povos onde já ressoou o primeiro anúncio da fé, mas onde se estaria a verificar uma espécie de eclipse do sentido de Deus²⁸⁴.

Devemos, pois, de imediato, sublinhar a razão determinante deste anúncio: o sinal da progressiva secularização, traduzida na metáfora do eclipse do sentido de Deus.

Se para o primeiro tópico do nosso trabalho – *Identidade da Igreja Contemporânea* – nos serviu de guião o documento fundamental da *Lumen Gentium* e para o segundo – *A Igreja no Mundo* – a Constituição *Gaudium et Spes*, não dispomos ainda, para este terceiro capítulo – *Para uma Nova Evangelização* – de um documento tão sistemático e sintético. Bom seria nos chegasse uma síntese das conclusões da XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos

²⁸⁴ “Decidi criar um novo organismo, na forma de Conselho Pontifício, com a missão especial de promover uma renovada evangelização nos países onde já ressoou o primeiro anúncio da fé e onde viçam igrejas de fundação antiga, mas que estão a viver numa progressiva secularização da sociedade e numa espécie de “eclipse do sentido de Deus”, que constituem um desafio para encontrar meios adequados de repropor a perene verdade do Evangelho de Cristo” Rino FISICHELLA, *A Nova Evangelização*, Paulus Editora, Lisboa, 2012, 10.

Bispos, subordinada ao tema, *A Nova Evangelização para a transmissão da Fé*, realizada de 7 a 28 de Outubro de 2012.

Não dispondo desse documento, tomaremos como indicadores para a elaboração deste capítulo referências bibliográficas várias, nomeadamente: a Carta Apostólica de Bento XVI *Ubicumque et semper* (2010), em que o Papa recorda que a Igreja tem o dever de anunciar *sempre e em toda a parte* o Evangelho de Jesus Cristo e com a qual institui o Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização, e onde recorda aquele dado que constitui, afinal, o tema do nosso trabalho: O Concílio Vaticano II incluiu entre as temáticas centrais a questão da relação entre a Igreja e este mundo contemporâneo. Depois de aduzir os sinais ou fenómenos, culturais e pastorais, que reclamam discernimento e resposta, a saber, o fenómeno do *afastamento da fé*, a *descristianização*, o *indiferentismo* ou a *indiferença religiosa*, o *secularismo*, o *ateísmo declarado*, a *insignificância prática de Deus nos problemas* ou o *como se Deus não existisse*, a *difusão das seitas*, o Concílio enuncia também os cinco objetivos do Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização: 1.º aprofundar o significado teológico e pastoral da Nova Evangelização; 2.º estudar, difundir e aplicar o magistério pontifício relativo à Nova Evangelização, em colaboração com as Conferências Episcopais; 3.º conhecer e promover em toda a Igreja iniciativas ligadas à Nova Evangelização; 4.º adotar formas de comunicação modernas ao serviço da Nova Evangelização; 5.º promover o uso do *Catecismo da Igreja Católica*, documento absolutamente necessário, para conhecer o conteúdo ou os temas, assim como o método do movimento programático concebido e promovido por Bento XVI para o fim em vista; *A Nova Evangelização – Um Desafio para sair da Indiferença*, da autoria de Rino Fisichella, Presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização, obra que nos parece necessária para conhecer o propósito, os motivos, os princípios orientadores, o método e os campos da Nova Evangelização, segundo a visão daquele a quem o Papa Bento XVI confiou a missão de presidir ao novo Dicastério da Cúria Romana, o já referido Conselho para

a Promoção da Nova Evangelização; o Instrumento de Trabalho (*Lineamenta*) da referida XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos sobre *A Nova Evangelização para a transmissão da Fé*; As três encíclicas de Bento XVI e outros documentos do seu magistério; Obras sobre o Átrio dos Gentios, nomeadamente: Lorenzo Frazzini, *Diálogos no Átrio dos Gentios – Onde os leigos e os católicos se encontram* e AAVV, *O Átrio dos Gentios – Crentes e não-crentes perante o mundo de hoje*; *Bento XVI em Portugal – Homilias, Discursos e saudações*; e o Instrumento de Trabalho da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) - *Repensar Juntos a Pastoral da Igreja em Portugal*.

Em síntese, o imperativo da Nova Evangelização é suscitado pela leitura dos sinais dos tempos e reconhecido como a melhor forma e fórmula de celebração das referidas efemérides, nomeadamente do *cinquentenário do Vaticano II* e do *vigésimo aniversário do Catecismo da Igreja Católica*.

Analisaremos o sentido e as implicações da Nova Evangelização nos seguintes tópicos:

1. O Concílio Vaticano II e a Nova Evangelização

Os primeiros responsáveis institucionais da Igreja, atentos aos sinais dos tempos, em comunhão com todo o Povo de Deus, reconheceram e entenderam que, neste momento histórico, aquilo que se afigura mais necessário não é um novo concílio, mas um novo impulso evangelizador, de renovação e incremento da fidelidade ao mandato ou razão de ser da própria Igreja: a causa da *Evangelização*.

Importa, porém, questionar e compreender o como e o porquê do reconhecimento deste imperativo de Nova Evangelização, não tanto para marcar a celebração do cinquentenário do Vaticano II quanto para corresponder a sinais que desafiam a este

imperativo. Na realidade, o termo Evangelização não constituiria, por si só, razão suficiente para a sua relevância, neste momento. Primeiro, porque se trata do “motivo motor” (*leitmotiv*) da vida e da missão da Igreja e, por outro lado, porque foi tema fulcral em momentos e acontecimentos da história recente da Igreja, por exemplo no pontificado de Paulo VI que a este tema dedicou a sua Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, que dá conta da mensagem emanada da III Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos de 1974, em associação com a celebração do *Ano Santo* e com a celebração do 10.º aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II. Importa, por isso, indagar, as razões da emergência desta proposta da Nova Evangelização.

Sendo o tesouro doutrinal e pastoral do Concílio um *marco miliário* incontornável da Igreja contemporânea, a ele necessariamente se deve recorrer para colher inspiração e orientação de modo a responder aos novos desafios que incessantemente se colocam à missão da Igreja. Isto mesmo reconhece e reafirma Bento XVI ao declarar que o dicastério para a Nova Evangelização lança as suas raízes e “representa um dos frutos mais maduros do Vaticano II”²⁸⁵. Tanto as grandes constituições conciliares, a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes*, como os documentos *Sacrosanctum Concilium* e a *Dei Verbum* continuam, de facto, a ser luzeiros no firmamento, às vezes toldado de nuvens, que é este nosso mundo perturbado por angústias e incertezas. O Concílio, ouvimos e reconhecemos, “continua a ter a finalidade de querer recolocar a Igreja no carril principal da evangelização do mundo contemporâneo”²⁸⁶.

O imperativo da Nova Evangelização inspira-se, pois, no espírito e na letra do Vaticano II.

²⁸⁵ *Ibidem*, 13.

²⁸⁶ *Ibidem*, 14.

2. Sinais dos tempos da Nova Evangelização

Na génese da iniciativa e da proposta da *Nova Evangelização* está, como vimos no seu anúncio e no documento de identidade (*Ubicumque et semper*), a galáxia dos sinais dos tempos que pautam o momento, o contexto, as circunstâncias e a atualidade social e eclesial.

A identificação e interpretação desses sinais implica um diligente trabalho de *discernimento*, um termo muito recorrente no documento sinodal preparatório da grande assembleia sobre *A Nova Evangelização para a transmissão da fé*. Parece-nos que a fórmula teológica ou o teologema kierkegaardiano - *Deus só fala no presente* - traduz e sintetiza bem a teologia conciliar dos sinais dos tempos, a crença de que Deus fala nos e pelos acontecimentos que afetam a vida humana. cremos, por isso, na espiritualidade do que (nos) acontece. cremos que os sinais dos tempos são a voz de Deus. cremos que o Espírito Santo, sopro de nova criação, renova o nosso tempo interior.

Servindo-nos do título de um opúsculo do Bem-aventurado João Paulo II, relativo ao imperativo de Nova Evangelização, temos de confiar e acreditar que *a resposta está no vento*, naquele sopro que, no dia de Pentecostes, ressoou, vindo do céu, comparável a uma forte rajada de vento, inflamando a mente e o coração dos Apóstolos que, desassombradamente, imediatamente, procederam à primeira evangelização.

As palavras-chave que definem o contexto da Nova Evangelização são enunciadas pelo Papa: afastamento da fé, indiferença religiosa, insignificância prática de Deus, ateísmo declarado, secularização e difusão de seitas e ainda as seguintes: fadiga das igrejas de antiga fundação; relativismo e secularismo; niilismo e fundamentalismo.

Com estes sinais endógenos, à esfera da Fé, conjugam-se aqueles mais visíveis na esfera da Sociedade, a saber, a globalização e os seus múltiplos efeitos, positivos e negativos; a especulação financeira e a crise económica, com as respectivas consequências humanas e sociais; o economismo, com os seus corolários do materialismo e do consumismo, com o seu

contágio social, humano e cultural, desequilíbrio já sinalizado pelo II Concílio do Vaticano²⁸⁷; a ditadura do relativismo, com o conseqüente eclipse dos princípios e dos valores, nomeadamente dos valores ético-políticos e religiosos; o laicismo agressivo, manifesto na militância absurda de um ateísmo teorizado e programado; o indiferentismo larvar, verificado em múltiplos domínios, nomeadamente no político e no religioso; a depressão demográfica e suas conseqüências no envelhecimento da população, no abandono e solidão dos idosos, na insustentabilidade da Segurança Social.

É evidente que este conjunto de sinais, mais ou menos evidentes e mais ou menos preocupantes, carecem todos do necessário discernimento, no sentido de identificar ou auscultar neles a voz de Deus.

Não nos sendo possível, por uma questão de economia do presente trabalho, ponderar e tentar discernir o sentido essencial ou a mensagem de todos eles para a tarefa da Evangelização, focalizaremos apenas aqueles que nos parecem mais interpelantes e apelativos.

O imperativo metodológico da leitura dos sinais dos tempos conduz-nos a reconhecer e concordar com o Instrumento de Trabalho (*Lineamenta*) da XIII Assembleia Geral Ordinária do sínodo dos Bispos (7 a 28 de Outubro de 2012), subordinada ao tema *A Nova Evangelização para a transmissão da fé* que a crise no processo de *transmissão da fé* e a conseqüente necessidade de Nova Evangelização não são independentes da *crise educacional* e da *emergência educativa*. Os *Lineamenta* apresentam um diagnóstico desta crise com o qual a experiencia nos leva a concordar:

“É cada vez mais difícil transmitir às novas gerações os valores básicos da existência e de um comportamento correcto. E esta dificuldade vivem-na os pais, que vêem cada vez

²⁸⁷ “Muitos homens [...] parecem guiar-se exclusivamente pela *economia*, de tal forma que a sua vida pessoal e social está embebida de um certo “*economismo*”, e isto tanto em nações favoráveis à economia colectivista, como nas outras” (GS, 63).

mais reduzida a sua capacidade de influenciar o processo educacional, mas também os órgãos de educação designados para essa tarefa, a começar pela escola”²⁸⁸.

Esta crise educativa concorre não pouco para “o clima cultural e a situação de cansaço em que se encontram várias comunidades cristãs”²⁸⁹, constituindo o projecto da Nova Evangelização uma apelo para “um novo impulso, um novo acto de fé no Espírito”²⁹⁰ que conduz as Igrejas locais.

Se reconhecemos a justeza do diagnóstico desta crise e da consequente emergência educativa, verificamos também que afecta gravemente o processo de transmissão da fé e impõe a necessidade de uma nova pedagogia da primeira das virtudes teologais, a do dom da “Revelação de Deus”²⁹¹.

Porque reconhecemos que a doutrina sem a prática é vazia, (mas a prática sem a doutrina é cega), muito nos apraz relevar, para reflexão própria e método de acção pastoral nas nossas comunidades, os seguintes tópicos dos *Lineamenta* sobre o binómio *crise educativa e pedagogia da fé*: 1.º A pedagogia da fé não diz respeito à transmissão de um saber humano, mas à Revelação de Deus, ao encontro com uma Pessoa: Jesus Cristo; 2.º No processo de transmissão da fé, mediante a Catequese e o Catecumenato, o Sujeito que educa não é a Igreja, mas o próprio Deus, o Espírito Santo, o verdadeiro mestre da oração; 3.º O cenário de crise educativa, de relativismo cultural, de eclipse do valor da verdade, indissociável da questão de Deus, impele a Igreja a persistir na missão de “educar para a fé e para o testemunho”²⁹²; 4.º Reconhecemos que a crise educacional e as suas implicações no processo de transmissão da fé e na necessidade de uma nova pedagogia da mesma fé, reclamam particularmente uma nova *ecologia da pessoa humana*, uma nova *ecologia do*

²⁸⁸ INSTRUMENTO DE TRABALHO, (*Lineamenta*) da XIII Assembleia Geral Ordinária do sínodo dos Bispos, 7 a 28 de Outubro de 2012, 20. A partir deste ponto citarei este documento como *LINEAMENTA*.

²⁸⁹ *Ibidem*, 15.

²⁹⁰ *Ibidem*, 16.

²⁹¹ JOÃO PAULO II, *Catechesi Tradendae*, 58.

²⁹² *LINEAMENTA*, 20.

homem, uma nova ecologia ambiental, considerando que “o livro da natureza é uno e indivisível, tanto sobre a vertente do ambiente como sobre a vertente da vida, da sexualidade, do matrimônio, da família, das relações sociais, numa palavra, do desenvolvimento humano integral”²⁹³; 5.º O segredo do sucesso da pedagogia da fé esconde-se, no que à Igreja diz respeito, primordialmente na oração, na relação pessoal com o próprio Deus, e no testemunho, considerando que “o homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas que os mestres, ou então, se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas. [...] Será, pois, pelo testemunho, pela sua vida, que a Igreja há-de, antes de mais nada, evangelizar este mundo”²⁹⁴.

3. Nova secularização e Nova Evangelização

Efetivamente, o anúncio da Nova Evangelização surge associado ao fenómeno da progressiva secularização e esta ao eclipse do sentido de Deus. Na verdade, porém, o eclipse não diz respeito a *Deus*, pois Ele plenamente se manifestou na plenitude dos tempos e continuamente se manifesta nos sacramentos da sua presença, nomeadamente no santuário da consciência de cada homem, como luminosamente reconheceram e declararam os Padres Conciliares do Vaticano II:

“No fundo da consciência o homem descobre a existência de uma lei, que ele não impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer, e cuja voz, convidando-o a amar e a fazer o bem e a evitar o mal, no momento oportuno ressoa aos ouvidos do coração: faz isto, evita aquilo. Na verdade, o homem tem uma lei inscrita por Deus no seu coração; a sua dignidade está em obedecer-lhe e segundo ela será julgado. A

²⁹³ *Ibidem*, 21.

²⁹⁴ PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, 41. Cfr. *LINEAMENTA*, 22.

*consciência é o núcleo mais secreto do homem, o santuário onde ele está a sós com Deus, cuja voz ressoa no seu íntimo. É de um modo admirável que a consciência nos dá a conhecer essa lei, que se cumpre no amor de Deus e do próximo*²⁹⁵.

Na declaração, uma espécie de manifesto, aos membros (cardeais e bispos) do *Conselho para a Promoção da Nova Evangelização*, em 30 de maio de 2011, Bento XVI estabeleceu uma clara correlação entre o complexo fenómeno da secularização e a necessidade de uma Nova Evangelização. Consideramo-lo complexo porque se trata de um fenómeno polissémico e simultaneamente de um processo multidimensional, objeto de diversas leituras.

Em suma, duas são as interpretações que deste fenómeno geralmente se fazem: negativa e pejorativa, uma; positiva e melhorativa, a outra. Na génese e raiz da secularização reside um grave equívoco. A leitura negativa da secularização identifica-a com a negação ou com afastamento da fé, se não com ateísmo e seus corolários (materialismo, niilismo, relativismo). Ora, esta leitura negativa não é consistente e é perniciosa. Não favorece nem facilita o diálogo dos crentes com os não crentes e é teologicamente insustentável. Importa, por isso, conhecer a lúcida posição de Bento XVI sobre este assunto. Parece-nos oportuno convocar, a propósito deste sinal de secularização, a notável resposta que o Papa Bento XVI deu à primeira questão que lhe foi posta pelo Padre Lombardi, no encontro com os jornalistas, no voo para Portugal, em 11 de maio de 2010, relativa à “profunda secularização, tanto na vida quotidiana, como no âmbito jurídico cultural”, à dificuldade de “anunciar a fé num contexto indiferente e hostil à Igreja”, em Portugal. Bento XVI desanuviou (recorde-se que o avião sobrevoava uma famosa nuvem) a questão da alegada crise religiosa em Portugal, perspectivando-a historicamente. Recordou que “Portugal foi uma grande força da fé católica; levou esta fé a todas as partes do mundo...”, mas advertiu também que “a presença do

²⁹⁵ *Gaudium et Spes*, 16.

secularismo não é uma coisa totalmente nova”. Recordou que “a dialética entre secularismo e fé tem uma longa história em Portugal. Já no século XVIII - há uma forte presença do Iluminismo, basta pensar no nome de Pombal”. E o Papa prossegue a sua leitura da situação da Igreja em Portugal, observando que esta dialética entre Iluminismo e Fé reflete “o espírito europeu de hoje”, não vendo neste fenómeno uma desgraça, mas, antes, “um desafio e uma grande possibilidade”, uma oportunidade –sublinha Bento XVI – para “encontrar uma síntese e um diálogo profundo e de vanguarda”. O grande crente e pensador Bento XVI centra esta problemática da dialética entre Fé e Secularismo, que correlaciona com Iluminismo, em torno do equivocado conceito de razão, considerando que o Iluminismo erra ao professar a concepção de “uma razão pura, anti-histórica, só existente em si mesma, e que esta seria a razão”. À concepção de razão pura do Iluminismo, uma razão pretensamente absoluta, fechada em si mesma, Bento XVI contrapõe a ideia de razão aberta, nestes termos: “A razão, como tal, está aberta à transcendência e é só no encontro entre a realidade transcendente, a fé e a razão que o homem se encontra a si mesmo. [...] Por isso, diria – conclui o Papa – que a presença do secularismo é algo de normal, mas a separação, a contraposição entre secularismo e cultura da fé é anómala e deve ser superada”²⁹⁶.

O equívoco da secularização, que permite a sua diabolização e a sua valorização, resulta da coexistência de duas interpretações deste fenómeno: a *vertente secularista e ateia* e a *vertente cristã*, fundada na ideia de criação, que dessacralizou o universo; de Incarnação, que exigiu a diferença plena da natureza humana, de aliança do Deus bíblico com o seu povo, que inaugurou o reino da liberdade. O cristão não pode, deste modo, ser anti-moderno nem anti-secular, devendo, pelo contrário, reconhecer a positividade do mundo moderno.

É absolutamente necessário, pois, antes de formular juízos negativos (pejorativos) ou positivos (melhorativos) sobre o fenómeno ou paradigma societário da secularização, esclarecer em que sentido se usa o termo, considerando a sua polissemia.

²⁹⁶ *Papa Bento XVI em Portugal, op. cit.*, 17-19.

Anselmo Borges distinguiu a este respeito cinco sentidos: “*eclipse do sagrado*”, “*autonomia do profano*”, “*privatização da religião*”, “*retrocesso das crenças e práticas religiosas*”, “*mundanização das próprias Igrejas*”²⁹⁷.

Reportando-nos às duas referidas leituras do fenómeno da secularização, verificamos que a *leitura ateia* é dogmática, absolutista, fechada, totalitária, monista e monológica e incapaz de reconhecer o outro de si mesma, ao passo que a *leitura cristã*, fundada na ideia de criação, que dessacralizou o universo, e no mistério da Encarnação, que sinalizou a diferença da natureza humana e da natureza divina, permite o reconhecimento da distinção ou diferença entre a realidade terrestre e a realidade divina, esta sim, para o crente, realidade absoluta.

Correlacionámos, em título de secção, Nova Evangelização e Nova secularização. Encontrámos a fórmula Nova secularização na já referida obra do professor da Universidade de Coimbra, Fernando Catroga, que tem dedicado não pequena parte da sua investigação à problemática da secularização e da laicidade, em contraponto com a esfera da religiosidade e distingue secularização e secularismo, laicidade e laicismo. Enquanto a secularização e a laicidade (a *laicidade positiva*, como a denominou o ex-Presidente Francês, Nicolas Sarkozy, e que recebeu a concordância de Bento XVI, na sua Viagem a França) respeitam a autonomia das realidades humanas, onde se inclui a realidade religiosa, o secularismo e o laicismo, como atitudes e posições ideológicas totalitárias, negam essa justa e necessária autonomia. Autonomia da fé e da razão, da religião e da ciência, da Igreja e do Estado, não significa, contudo, antinomia e, por isso, a leitura conflitual destas duas instâncias ou esferas de realidade, é um equívoco e uma perversão. O anticlericalismo, o fundamentalismo (religioso e anti-religioso) e o ateísmo dogmático, são maus exemplos deste equívoco. Fernando Catroga conclui, fundamentado em aturada investigação histórica e reflexão teórica, que “secularização não é sinónimo de anti-religião, mas afirmação da autonomia do século”²⁹⁸.

²⁹⁷ Anselmo BORGES, «Prefácio», in Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares – Secularidade, Laicidade e Religião Civil*, Edições Almedina, Coimbra, 2006, 8.

²⁹⁸ Fernando CATROGA, *op. cit.*, 453.

Considerando a corrente que diz vislumbrar o regresso do religioso e a corrente que decreta precipitadamente a *morte de Deus*, Fernando Catroga releva, antes, a emergência de uma outra visão e de uma outra leitura, que antevê uma “nova secularização”²⁹⁹. É, assim, possível, embora Fernando Catroga não o faça, confrontar a primeira secularização e a Nova secularização.

Não é fácil antecipar os caminhos da Nova secularização nem mesmo os da Nova Evangelização. O que parece já claro é que a primeira secularização não conduziu, nem era seu propósito, conduzir à rasura do sagrado. Parece ter conduzido, efetivamente, a metamorfoses múltiplas na vivência individual e comunitária da religião e na relação desta com a esfera política. O processo da primeira secularização ter-se-ia resolvido na “valorização da consciência individual e da sua autonomia perante o Estado e as impessoais normas de origem eclesiástica”³⁰⁰.

Como sinais ou comportamentos-tipo da nova secularização, Fernando Catroga, refere e enuncia, em síntese, os seguintes: a) *privatização, individualização ou secularização interior das crenças, com a sua conseqüente subjectivação, pluralização e marginalização*; b) *estetização* (gosto da encenação); c) *emotividade* (procura de uma religião quente, oposta às religiões frias e formais institucionalizadas); d) *indiferentismo* (relativização das diferenças doutrinárias entre as religiões e atitudes pragmáticas); e) *eticização* (valorização da instância ética ou do domínio ecuménico dos direitos humanos)³⁰¹.

Considerando as metamorfoses do processo de secularização, Fernando Catroga conclui que nem se está a assistir à “morte de Deus”, prognosticada pelo otimismo cientificista e historicista do século XIX, nem ao puro “regresso do religioso” na sua acepção mais integrista e institucional, mas a uma coisa outra, que alguns designam por “metamorfose de Deus”³⁰².

²⁹⁹ *Ibidem*, 455.

³⁰⁰ *Ibidem*, 456.

³⁰¹ *Ibidem*, 458-459.

³⁰² *Ibidem*, 457-458.

Pertinente é também, como vimos, a investigação e reflexão deste investigador em torno do termo *laós*, na génese do vocábulo “laicidade”³⁰³.

4. Identidade da Nova Evangelização

A fórmula Nova Evangelização afigura-se, à primeira vista, como pleonástica, considerando a *novidade* inscrita no étimo do vocábulo “Evangelho”, de origem grega: *Eu-angelion* = boa-nova, boa notícia, boa-mensagem.

A novidade da Nova Evangelização não reside, pois, no substantivo, mas sim no adjectivo. A novidade não é, pois, substantiva, mas adjectiva. Essencialmente, no seu conteúdo, a *Evangelização* é a mesma, ontem, hoje e amanhã. O conteúdo da mensagem evangélica não é de natureza propriamente cognitiva, doutrinal, simplesmente ética ou sequer ideológica. A diferença específica da Fé cristã, o conteúdo da *Evangelização*, é o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa de confiança, a Pessoa de Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, o único Salvador do Mundo. Isto nos diz Bento XVI, na sua primeira encíclica, de 25 de Dezembro de 2005, com uma afirmação programática da Nova Evangelização, citada no referido Instrumento de Trabalho: “*No início do ser cristão, não há*

³⁰³ “Recorde-se que, em grego, - esclarece o autor - *laós* designava a comunidade humana de povo, acepção que foi transformada numa referência ideal, cuja materialização histórica requeria que os homens tivessem direitos iguais. [...] O termo convida, portanto, ao posicionamento, como premissa, de uma ideia substancial de povo e à sua postulação, antes de tudo, como raiz das diferenças, isto é, como fonte de onde promanam o povo dêmos e como *polis*. [...] A unidade fundante do *laós*, para ser bem cumprida, é incompatível com todas as discriminações, *positivas* ou *negativas*, quaisquer que sejam os seus pretextos (religiosos, filosóficos, sexuais, étnicos, sociais, etc.). [...] Neste horizonte, a abertura ao *outro* não pode ser encarada como um mero acto de tolerância outorgada, no qual se confirma a exclusiva identidade (e superioridade) de quem pratica o diálogo como uma mera concessão. É que o *outro* tem de ser *com-preendido* como um *eu-outro*, sendo o contrário igualmente verdadeiro. Logo, a identidade só se constrói frente à diferença e só não será uma relação insulada se souber levantar pontes que unam as duas margens, edificando algo *comum* que possibilite a troca, ou melhor ainda, a *comunicação*. Sem isso, haverá *monó-logo* e nunca *diá-logo*” *Ibidem*, 487-488-489.

uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, como uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo”³⁰⁴.

Consideramos que esta afirmação ilumina o centro da Nova Evangelização, identificando-a, não com uma teoria ou doutrina moral, mas com o encontro com uma Pessoa, a Pessoa de Jesus Cristo, o *Logos* de Deus encarnado.

Assim sendo, reconhecemos que a nossa atividade pastoral tem sido muito moralista e pouco teológica, pouco cristológica. Consideramos, por isso, urgente e fundamental fomentar nas nossas comunidades mais escuta, mais diálogo, mais partilha da Palavra, relevando como muito positiva a preocupação que, nos últimos anos, tem sido manifesta no sentido de valorizar a *cultura da Palavra* na actividade pastoral da Igreja, nomeadamente da Igreja de Braga. Bento XVI deu um luminoso exemplo da necessidade de conhecer melhor e dar a conhecer a Pessoa de Jesus Cristo com a publicação dos três volumes da sua preciosa obra *Jesus de Nazaré*.

A emergência e urgência de Nova Evangelização não é, assim, determinada pela necessidade de uma mensagem alternativa, mas pela necessidade de dizer o mesmo de outro modo, com novo método e, sobretudo, com nova linguagem. Este imperativo prende-se com o universo das interrogações, das implicações ou, para usarmos a linguagem conciliar, dos sinais emergentes no aqui e agora dos destinatários e dos mensageiros da Evangelização. É, pois, a emergência e a urgência de Nova Evangelização, mais do que a semântica, o que mais nos interessa compreender.

A aparição inaugural do termo remonta ao documento de Puebla, em 1979³⁰⁵.

No mesmo ano, em 9 de junho, João Paulo II, numa segunda visita à sua terra natal, ao santuário de Mogila, em Nova Huta, usa também, pela primeira vez a expressão³⁰⁶.

³⁰⁴ BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, 1.

³⁰⁵ “O termo aparece pela primeira vez, como se fosse um parêntesis, no documento de Puebla de 1979” Rino FISICHELLA, *op. cit.*, 26. “Não é, obviamente, por acaso que o termo surge: “Há novas situações que exigem uma Nova Evangelização...” *Ibidem*, 26.

³⁰⁶ “Onde a cruz é erguida, aí fica o sinal de que chegou a Boa Nova da salvação ao homem mediante o amor. Onde a cruz é erguida, surge o sinal de que começou a evangelização. [...] Iniciou-se uma Nova Evangelização,

Não sendo possível nem necessário sermos exaustivos na referenciação das ocorrências do uso e dilucidação da ideia, apraz-nos, como faz Rino Fisichella, assinalar o apelo feito por João Paulo II, em 1983, no Haiti, aos bispos da Conferência Episcopal da América Latina (CELAM), sobre a importância da evangelização dos povos daquele continente, que se preparavam para, em 1992, celebrarem os cinco séculos da sua primeira evangelização:

*“A comemoração de meio milênio de evangelização terá o seu pleno significado se for um empenhamento vosso como bispos, juntamente com o vosso presbitério e com todos os fiéis; empenhamento não certamente de reevangelização, mas de uma Nova Evangelização. Nova no seu ardor, nos seus métodos e nas suas expressões”*³⁰⁷.

Em síntese, o *Presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização* declara que “a exigência da Nova Evangelização é determinada pelo contexto social e cultural”³⁰⁸, destacando de especial modo a problemática da secularização, traduzível pela fórmula “*etsi Deus non daretur*”, como se Deus não existisse. A crise, a crise da Fé, vertida no título da obra de Martin Buber (1878-1965) sob a fórmula *Eclipse de Deus* (1952) é, pois, simultaneamente *antropológica, religiosa, social e cultural*, não se reduzindo ao repetitivo diagnóstico da crise financeira e económica³⁰⁹.

como se tratasse de um segundo anúncio, ainda que na realidade seja sempre o mesmo. Ergue-se a cruz sobre o mundo que se transforma” *Ibidem*, 27-28.

³⁰⁷ Rino Fisichella não simpatiza com o termo “reevangelização”, preferindo o de “Nova Evangelização”, como “nova forma” de anúncio, “novas linguagens”, “novas metodologias” *Ibidem*, 31.

³⁰⁸ *Ibidem*, 33.

³⁰⁹ “Trata-se de uma Nova Evangelização porque é novo também o contexto em que vive o homem do nosso tempo, muitas vezes abanado para aqui e para ali por teorias e ideologias datadas. [...] a exigência de uma nova linguagem, que se faça entender pelos homens de hoje, é uma exigência de que não podemos prescindir, sobretudo para a linguagem religiosa que está conotada por uma especificidade que muitas vezes é incompreensível” *Ibidem*, 97.

O novo contexto cultural requer todavia uma *nova linguagem*, pelo que o sinal de decadência da profissão e da celebração da Fé nas comunidades de tradição religiosa cristã é a razão determinante da emergência e da urgência de Nova Evangelização³¹⁰.

5. Cenários da Nova Evangelização

Identificados os *sinais* que reclamam a atenção e o cuidado dos *novos evangelizadores*, importa identificar e conhecer agora os lugares ou cenários em que a Nova Evangelização se deve processar.

O referido Instrumento de Trabalho do Sínodo dos Bispos, *Lineamenta*, n.º 6, identifica seis *cenários da Nova Evangelização*. Rino Fisichella, por seu turno, assinala, na obra que neste capítulo nos serve de referência, cinco desses lugares ou cenários. Conjugando os dados dos dois documentos, obtemos o quadro que se segue.

5.1. Cenário cultural

Os dados deste cenário, visíveis tanto a nível global como ao nível das comunidades locais, ecoam nas ondas do laicismo, na perda da capacidade de ouvir e compreender as palavras do Evangelho, na cultura do relativismo e na mentalidade hedonista e consumista, com a conseqüente atrofia espiritual.

Considerado a ditadura do relativismo, a crescente atitude de indiferentismo e a anarquia de valores como sinais da crise cultural do tempo presente, julgamos importante convocar, neste ponto, a lúcida e comprometida luta do Papa Bento XVI pela cultura da *verdade*.

³¹⁰ “A ação da Nova Evangelização, por conseguinte, dirige-se em primeiro lugar aos católicos que vivem em países de antiga tradição cristã em que a cultura foi plasmada pela fé e que neste momento enfrentam a sedução do efêmero com atitudes de indiferença senão de hostilidade em relação ao cristianismo” *Ibidem*, 76.

O imperativo da Nova Evangelização prende-se, na solicitude pastoral de Bento XVI, com a *quaestio de veritate*, com a irrecusável e incontornável questão, racional e espiritual, da *verdade*, questão não despicienda, mas crucial na leitura que Bento XVI faz dos sinais dos tempos. Para o Papa Emérito, a *questão da verdade* é tudo o contrário de uma questão do passado, objeto do arquivo morto da filosofia e da teologia. Descuidar, menosprezar, rejeitar a *questão da verdade* é um ato, uma atitude de denegação da própria razão e, por consequência, do sentido da vida humana.

Duas atitudes erróneas, negativas e ofensivas do irrecusável dever da verdade são segundo Bento XVI o *niilismo* e o *fundamentalismo*.

A atitude negligente do *niilismo* suspende-se no pressuposto da inexistência de verdade alguma possível; a atitude do *fundamentalismo*, julgando-se proprietária da verdade absoluta, julga também poder impô-la pela força³¹¹.

No projectado Discurso para o encontro na Universidade de Roma La Sapienza, previsto para 17.1.2008 e anulado em 15.1.2008, o orador, Bento XVI, referindo-se à vocação e missão da Universidade, assevera que na génese da Universidade está a sede de conhecimento, que é própria do homem. Este – observa o Papa Emérito – quer saber o que é tudo aquilo que o circunda. Quer a verdade³¹². A *verdade* é, no dizer de Bento XVI, bidimensional: é *theoria*, desejo de conhecer (de ver, de compreender), mas também é *praxis* (necessidade e vontade de agir bem): “A verdade torna-nos bons e a bondade é verdadeira”³¹³.

Evocando a teoria habermasiana da ação comunicativa ou da argumentação, Bento XVI releva o valor desta teoria como “um processo de argumentação *sensível à verdade*”³¹⁴ contrário a um processo determinado por uma sensibilidade pelos interesses. Convocando a famosa pergunta – sem resposta – de Pilatos a Jesus: “O que é a verdade?”, também Bento XVI confessa: “nem sequer eu posso oferecer propriamente uma resposta, mas

³¹¹ BENTO XVI, Dia Mundial da Paz 2006 – “*Na verdade, a paz*” in BENTO XVI, *Mostrar Cristo ao Mundo*, *op. cit.*, 282.

³¹² *Ibidem*, 96.

³¹³ *Ibidem*, 96.

³¹⁴ *Ibidem*, 98.

simplesmente fazer um convite para continuarem a caminhar com esta interrogação”³¹⁵. O Papa Emérito termina o referido discurso reconhecendo e confessando que “não deve procurar impor de modo autoritário a fé aos outros, a qual só pode ser comunicada em liberdade”³¹⁶. Ao Papa somente compete, segundo declara, “manter desperta a *sensibilidade pela verdade*”³¹⁷. No Encontro com organizações para o diálogo inter-religioso, realizado durante a peregrinação à Terra Santa, em 11 de maio de 2009, Bento XVI, correlacionando *fé* e *verdade*, declara: “A fé religiosa pressupõe a verdade. O crente é aquele que procura a verdade e vive nela. [...] A verdade deve ser oferecida a todos”³¹⁸. A questão crucial da verdade conjuga-se, não apenas com a questão da fé, do bem, mas também com a da liberdade: “A verdadeira liberdade pressupõe a busca da verdade, do verdadeiro bem”³¹⁹.

A verdade não é, porém, para o cristão, uma questão puramente intelectual, um simples princípio lógico, mas possui uma dimensão transcendente: “Para os cristãos, a verdade tem um nome: Deus. E o bem tem um rosto: Jesus Cristo”³²⁰. A verdade, reconhece Bento XVI (Viagem à República Checa, 26.09.2009), não se impõe pela razão da força, mas pela força da razão: “Em última análise, a verdade vence realmente, não pela força, mas graças à persuasão, ao testemunho heróico de homens e mulheres de princípios sólidos”³²¹.

O imperativo incontornável da verdade apresenta-se como antídoto contra “o relativismo, que corrói os próprios valores que sustentam a construção de um mundo unido e fraterno”³²².

Na viagem ao Reino Unido, em 18.09.2010, Bento XVI, apontando o exemplo do Cardeal Newman, insiste na relação entre *verdade* e *bem*: “Não devemos aceitar a verdade como um ato meramente intelectual, mas, pelo contrário, acolhê-la mediante uma dinâmica espiritual que penetra até às fibras mais profundas do nosso ser. A verdade não é transmitida

³¹⁵ *Ibidem*, 99.

³¹⁶ *Ibidem*, 100.

³¹⁷ *Ibidem*, 100.

³¹⁸ *Ibidem*, 140-141.

³¹⁹ *Ibidem*, 145.

³²⁰ *Ibidem*, 146.

³²¹ *Ibidem*, 149.

³²² *Ibidem*, 150.

simplesmente mediante um ensinamento formal, ainda que importante, mas também através do testemunho de vidas vividas integral, fiel e santamente”³²³.

No Natal de 2010, Bento XVI, evocando o testemunho da visão de uma santa do século XII, Santa Hildegarda de Bingen, participa à Cúria Romana esta lamentação: “Na visão de santa Hildegarda, o rosto da Igreja está coberto de pó e foi assim que nós o vimos. O seu vestido está rasgado, por culpa dos sacerdotes. Como ela o viu e expressou, assim nós o vimos neste ano. Devemos acolher esta humilhação como uma exortação à verdade e um apelo à renovação. Só a verdade salva”³²⁴.

Evocando o exemplo da conversão de Newman ao catolicismo, Bento XVI estabelece a relação entre *consciência* e *verdade*: “a consciência, a capacidade do homem de reconhecer, precisamente nos âmbitos decisivos da sua existência – religião e moral, – uma verdade, a verdade. E, com isso, a consciência, a capacidade do homem de reconhecer a verdade, impõe-lhe, ao mesmo tempo, o dever de se encaminhar para a verdade, procurá-la e submeter-se a ela, onde quer que a encontre. Consciência é a capacidade de verdade e obediência à verdade que se mostra ao homem que procura de coração aberto”³²⁵.

Bento XVI insiste na relação da consciência com a verdade e, em última instância, com *Deus* e identifica a verdade do nosso ser com a vontade de Deus, não sendo esta, adverte Bento XVI, uma lei imposta a partir de fora, absolutamente heterónoma, absolutamente transcendente, mas uma lei intrínseca. Reconhecer esta lei no santuário da própria consciência e agir em conformidade com ela, com ela que é imagem de Deus, que é vontade de Deus, é o caminho da vida; viver contra essa lei, viver contra o amor e contra a verdade, é o caminho do aniquilamento, o caminho da morte³²⁶.

³²³ *Ibidem*, 170.

³²⁴ *Ibidem*, 178.

³²⁵ *Ibidem*, 184.

³²⁶ “Nós vivemos de modo justo, se vivermos segundo a verdade do nosso ser, ou seja, segundo a vontade de Deus. Porque a vontade de Deus não é para o homem uma lei imposta a partir de fora, que o obriga, mas a medida intrínseca da sua natureza, uma medida que está inscrita nele e que o torna imagem de Deus e, assim, criatura livre. Se nós vivermos contra o amor e contra a verdade – contra Deus – então destruir-nos-emos uns aos outros e aniquilaremos o mundo. Então, não encontraremos a vida, mas defenderemos o interesse da morte. Tudo isto é narrado com imagens imortais na história do pecado original e da expulsão do homem do paraíso terrestre”

No mundo da cultura atual, onde campeia um relativismo cego e surdo, uma escancarada ditadura do relativismo, mas também uma invertebrada atitude de indiferentismo e também uma atitude dogmática agressiva de um ateísmo militante e de fundamentalismo intolerante e exclusivo, a *questão da verdade*, inscrita na primeira linha de cuidados do magistério e do ministério de Bento XVI, afigura-se como uma luminosa e corajosa intervenção neste cenário da Nova Evangelização.

5.2. Cenário social migratório

Tanto ou mais do que pelo cultural, é a actividade pastoral das nossas comunidades afetada pelo *cenário social*, onde se destaca o grande fenómeno migratório, no centro do qual a questão de Deus se vai eclipsando e liquefazendo.

Porque diferente do movimento dos séculos XIX e XX, o movimento migratório atual convoca novos evangelizadores e novas formas de evangelização, adequados à condição social e à identidade religiosa dos novos emigrantes. Se os imigrantes do Leste europeu, que ruma(ram) à Europa ocidental, aos Estados Unidos, ao Canadá, à Austrália, porque partilham a fé cristã das comunidades e igrejas de acolhimento, são merecedores de uma hospitalidade mais institucional, mediante disponibilização de espaços e recursos de encontro, de reflexão e de celebração da sua fé, outras são as atitudes requeridas para com os crentes de outras religiões, que não a cristã. O anúncio explícito da Boa Nova de Jesus Cristo é um imperativo irrecusável da Nova Evangelização, mas este imperativo não deve colidir com o respeito por aqueles que, de coração sincero, professam outras formas tradicionais de relacionamento com o Absoluto, pois, em última instância, é com o mesmo e único Deus que todos se relacionam, se O encontram no santuário da própria consciência.

BENTO XVI, 40.º aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II e Solenidade da Imaculada Conceição, 8 de Dezembro de 2005 *Ibidem*, 208.

5.3. Cenário da comunicação social

Também os efeitos do *cenário comunicacional*, traduzidos na desformatação e reformatação mental dos consumidores, mais ou menos passivos, bem como dos valores e dos modelos veiculados pelos órgãos e pelas redes de comunicação social, afectam e subvertem o processo tradicional de transmissão e de celebração da fé cristã.

A evangelização, o anúncio da Palavra de Deus, da Pessoa de Jesus Cristo, faz-se, em boa e grande parte, pela linguagem, sob uma forma de comunicação, que não é um recurso instrumental estático, mas criativo. Jesus recorria, na sua evangelização, ao instrumento comunicativo das *parábolas*, não se limitava a enunciados doutrinários, sem comparações, sem alegorias e sem exemplos. No contexto atual, a *Internet* emergiu e impôs-se como uma forma de comunicação tão pregnante que é impossível e insensato ignorá-la e menosprezá-la. Talvez possamos e devemos considerá-la também como um dos sinais, se não mesmo como um dom suscetível de ser considerado como uma forma de Nova Evangelização. A avaliação e utilização desta forma e meio de comunicação, exige, evidentemente, capacidade de discernimento das mensagens que nela fluem e das oportunidades da sua utilização. Aos novos evangelizadores e utilizadores de novos métodos de evangelização compete valorizar as *virtudes* desta invenção técnica e denunciar os vícios e os malefícios que também comporta.

5.4. Cenário económico

O *cenário económico* da crise, financeira e económica, obriga-nos a prestar particular atenção às suas vítimas mais vulneráveis, nomeadamente às crianças e aos idosos, aos desempregados e aos doentes.

Neste campo da Nova Evangelização cabe de facto toda a doutrina e toda a atividade social da Igreja, batizada como ação sócio-caritativa.

Na verdade, os batizados e crentes cristãos aprendem, desde os bancos da catequese, que no ícone e no sinal da cruz estão indelevelmente inscritos os dois amores, toda a diferença específica, do ser cristão, a condição *sine qua non* para o ser, o critério primordial e último, a prova de certidão do ser e do agir dos discípulos de Jesus: o amor *de* Deus e o amor *do* próximo. A conjugação e a declinação destes dois amores é a regra da comunidade religiosa cristã universal. No ícone no sinal da cruz plasmam-se e resplandecem, então, a par da esperança, as virtudes teologais da Fé e da caridade, a indissolúvel relação e aliança do amor *de* Deus e do amor *do* próximo. “Na circularidade que existe entre a fé e o amor é possível verificar – recorda Rino Fisichella – a relação autêntica que nos liga ao Senhor. De facto, na fé compreende-se como Deus ama e na caridade torna-se evidente como os cristãos são fiéis à Palavra”³²⁷.

Digna e merecedora de atenção e de reflexão é a via traçada e o quadro doutrinal e programático desenhado por Bento XVI no tríptico das suas primeiras três encíclicas que marcam indelevelmente a identidade do seu magistério e ministério, no tempo em que lhe foi confiado o múnus de Sumo Pontífice da Igreja de Jesus Cristo. Assim, o *Amor-Fé*, animado pela *Esperança* da Salvação, prova-se e realiza-se na *Caridade* verdadeira.

Rino Fisichella ilustra, na sua obra *A Nova Evangelização – Um desafio para sair da Indiferença* (2011) este lugar ou cenário da *Nova Evangelização* – o lugar ou cenário da *Caridade* – com duas referências tão claras e distintas, tão evidentes e eloquentes, que dispensam quaisquer outros fundamentos e justificações do imperativo categórico do ser cristão: amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. A primeira e a crucial referência da referida identidade cristã é a do incontornável manifesto inserto no capítulo 2 da Carta de São Tiago (Tg 2, 1-7. 14-18), também inserto pelo Bento XVI na sua Carta Apostólica *A Porta da Fé* (n.º 14), sempre associado ao supremo juízo e à divina sentença referidos no célebre capítulo 25 do evangelista Mateus. A outra referência é a do

³²⁷ Rino FISICHELLA, *op. cit.*, 79.

célebre matemático e filósofo francês, um sábio religioso, Blaise Pascal, o qual, devido à sua ligação ao Jansenismo, viu recusado, na agonia, o pedido do sagrado Viático. Em alternativa, pediu para “ser levado para o hospital dos *Misérables*, porque, dizia, não podendo receber Cristo sob as espécies eucarísticas, poderia ao menos partilhar a sorte dos mais pobres”³²⁸. Recusado também este pedido, devido à sua condição de nobre, pediu que lhe trouxessem, para junto da sua cama de moribundo, um pobre, “a fim de contemplar nele a presença de Cristo...”³²⁹. Se pecados tinha, perdoados lhe terão sido, pois, como afirma o Apóstolo S. Pedro, “a caridade perdoa uma multidão de pecados” (*1 Ped* 4, 8).

O *cuidado* do outro, do pobre, do doente, do idoso, do sem abrigo, do sem pão, do abandonado, do que vive na solidão, é, também hoje, e com grave acuidade um dos desafios maiores da *Caridade na Verdade*.

Uma das formas e das fórmulas, dignas e necessárias, que, neste nosso tempo, se evidencia é a do *Voluntariado*, enformado pela virtude da gratuidade, virtuosa em si e por si mesma, e profética pela denúncia do economicismo desenfreado do *lucro* e pelo anúncio do princípio corretivo e alternativo do *bem comum*, próprio da economia social e solidária e princípio nuclear da Doutrina Social da Igreja.

5.5. *Cenário da tecnociência*

Porque também neste campo e neste lugar é sempre a dignidade do homem e da vida humana que está em causa e porque o homem é o caminho da missão da Igreja, não pode esta, sob pena de acusação de omissão, alhear-se e descuidar este outro cenário da Nova Evangelização. Mas a Igreja, instruída pela lição do *caso Galileu*, sabe que o limite da sua intervenção é o da salvaguarda dos valores essenciais da vida e da dignidade humana, nenhum

³²⁸ *Ibidem*, 84.

³²⁹ *Ibidem*, 84.

condicionamento podendo pôr à liberdade intelectual, à investigação científica, ao progresso tecnológico, em nome do grande princípio conciliar da autonomia das realidades terrestres. O Concílio Vaticano II reconheceu a justa autonomia das realidades terrestres, pois, como sublinha o Professor Miguel Baptista Pereira, “as coisas criadas e as próprias sociedades têm as suas leis e valores próprios, que o homem deve progressivamente aprender a conhecer, a utilizar e a organizar”³³⁰. A Igreja do Vaticano II reconheceu que a “autonomia das realidades terrestres” não é apenas uma reivindicação do homem contemporâneo, mas também vontade de Deus Criador.

Curiosamente, a questão do respeito da Igreja pela autonomia dos fazedores do pensamento e da opinião foi tema, nas suas visitas pastorais a Portugal, dos discursos de João Paulo II (1982)³³¹ e de Bento XVI (2010) respetivamente. No Encontro com os Representantes do Mundo da Cultura, Bento XVI centrou a sua mensagem no *esplendor da Verdade*, advertindo para o dever de *respeito dialogante* por *outras verdades* e de respeito pela *verdade dos outros*, considerando a aprendizagem que, neste reconhecimento, “a própria Igreja está a fazer”³³².

Considerando o espírito da chamada Pós-Modernidade, que questionou o discurso totalitário da Modernidade, considerando o valor da tolerância, de matriz iluminista, o reconhecimento do direito à diferença e o dever do respeito por esse princípio, o espírito de diálogo reconhecido e assumido pela Igreja do Vaticano II, e, finalmente, o reconhecimento da liberdade de consciência e de opinião, assim como o reconhecimento da autonomia dos fazedores do pensamento e da opinião (Bento XVI), por parte da Igreja e dos crentes, em

³³⁰ Miguel Baptista PEREIRA, *op. cit.*, 343.

³³¹ “Ao propor o seu ideal de humanidade, a Igreja não pretende negar a autonomia da Cultura». Antes pelo contrário, nutre por ela o maior respeito, como nutre o maior respeito pelo homem; para ambos defende abertamente a livre iniciativa e o desenvolvimento autónomo. [...] Com razão, pois, salvaguardados sempre, como é evidente, os direitos da pessoa e da comunidade particular ou universal, a cultura precisa de um espaço de inviolabilidade, exige ser respeitada e poder manter isenção relativamente a forças políticas ou económico” JOÃO PAULO II, «A Cultura ao Serviço do Homem – Mensagem aos intelectuais», Universidade de Coimbra, 15 de Maio de 1982, in *Discursos do Papa João Paulo II em Portugal*, Edição da Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, Maio, 1982, 165.

³³² BENTO XVI, «Encontro com os Representantes do Mundo da Cultura», Centro Cultural de Belém, Lisboa, 12 de maio de 2010, in *Papa Bento XVI em Portugal*, *op. cit.*, 8.

geral, não se compreende o dogmatismo, o radicalismo e a agressividade dos chamados *novos ateus*.

Na realidade, a oposição entre a fé e a ciência é uma falsa questão. Só se desentendem os que ficam pela superfície e pela periferia, os prisioneiros de pré-conceitos, os que usam chavões em vez de argumentos, os que não descem ao âmago das coisas. O grande serviço que os agentes da cultura podem prestar à causa da libertação do homem e ao progresso equilibrado da sociedade é exactamente o de ir e mostrar o fundo das coisas.

Depois do caso Galileu, que permitiu reconhecer a distinção e a autonomia do Livro da Natureza ou da Ciência e o Livro da Religião ou da Fé, o alegado, e instrumentalizado, conflito entre a Fé e a Ciência mais não é do que um equívoco ou uma falsa questão. Só quem, de um e outro lado, se queda no enredo das coisas penúltimas, não reconhecendo o seu interior, pode suscitar e alimentar tal conflito e polémica, absurdos e estéreis. Seria oportuno e benéfico que os novos ateus (Richard Dawkins, Hitchens, Onfary, Piergiorgio Odifreddi) conhecessem e reflectissem sobre a lúcida e bem fundamentada posição de Bento XVI acerca da relação entre Ciência e Fé e, mais especificamente, acerca da *questão da verdade*.

A posição de Bento XVI sobre esta questão é crítica, ao passo que a dos fundamentalistas anti-religiosos, nomeadamente de Richard Dawkins, autor do famigerado livro *The God Delusion* (2006), e de Lawrence Krauss, autor de *Um universo a partir do nada*, é absolutamente dogmática, absolutista, reducionista monista e fundamentalista. Segundo Dawkins, há incompatibilidade entre a ciência e a religião e segundo Lawrence Krauss, “os seres humanos, com as suas espantosas ferramentas e os seus fantásticos cérebros, talvez tenham dado um passo de gigante na substituição da especulação metafísica pelo conhecimento empírico verificável. A *partícula de Higgs* – afirma o dogmático Krauss – é agora provavelmente mais relevante do que Deus”. É muito eloquente e significativo da banalidade destes novos ateus que o admirável cientista Peter Higgs, o autor da descoberta da famosa partícula, tenha criticado abertamente o fundamentalismo anti-religioso de Richard

Dawkins e do seu apaniguado Lawrence Krauss. “O que Dawkins faz demasiadas vezes é – observa o próprio Peter Higgs – concentrar os seus ataques nos fundamentalismos. Mas há muitos crentes que não são fundamentalistas. O fundamentalismo é um problema diferente. Considero que Dawkins é, de certo modo, ele próprio, praticamente um fundamentalista de outro género”³³³.

Higgs defende que a melhoria da compreensão do mundo enfraquece algumas motivações dos crentes, mas isso não nos permite dizer que há incompatibilidade entre Ciência e Religião.

Avançando precipitada e indevidamente sobre a descoberta do *bosão* de Higgs, publicada na revista *Newsweek Magazine* (9.7.2012), Krauss, partidário de Dawkins, decreta a *irrelevância de Deus*.

Por conseguinte, neste cenário da Nova Evangelização, o caminho está traçado: reconhecimento da *autonomia da Ciência e da Cultura humana*, em geral; *diálogo aberto e incondicional*; *luta sincera pela verdade*.

Encerramos este tópico com a mensagem final de Bento XVI aos Representantes da Cultura portuguesa:

“Caros amigos, a Igreja sente como sua missão prioritária, na cultura atual, *manter desperta a busca da verdade* e, conseqüentemente, de *Deus*; levar as pessoas a olharem para além das *coisas penúltimas* e porem-se à procura das *últimas*. Convido-vos a *aprofundar o conhecimento de Deus* tal como Ele Se revelou em Jesus Cristo para a nossa total realização. *Fazei coisas belas, mas sobretudo tornai as vossas vidas lugares de beleza*. Interceda por vós Santa Maria de Belém, venerada há séculos pelos *navegadores do oceano* e hoje pelos *navegantes do Bem, da Verdade e da Beleza*”³³⁴.

³³³ Peter Higgs, em entrevista aos jornais *The Guardian* e *El Mundo*, 26.12.2012. Cf. Alfredo Dinis, “Higgs põe os pontos nos is a Dawkins e a Krauss”, in *Diário do Minho*, 15.1.2013.

³³⁴ *Papa Bento XVI em Portugal, op. cit.*, 82.

5.6. *Cenário pastoral*

Na encíclica *Redemptoris Missio* (1990), o Papa Emérito assinala três campos de incidência da Nova Evangelização: a) *campo da missão ad gentes* (contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não são conhecidos); b) *campo das comunidades cristãs bem estruturadas e pastoralmente ativas*; c) *campo das comunidades cristãs inativas e moribundas*, onde a vida da Fé definhou, a pertença à Igreja se extinguiu. É a situação destas comunidades, onde o clarão da Luz de Cristo da primeira evangelização se propagou e onde progressivamente se extinguiu, que constitui principalmente o campo da Nova Evangelização.

Neste cenário cabe aquele outro sinalizado por Rino Fisichella, a *Liturgia*, que não é um complemento acessório da evangelização, mas, como proclamou o Concílio, o “cimo para o qual se dirige a ação da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força”³³⁵. A oração e a ação ou celebração litúrgicas são para a vida da Igreja como a linfa vital para um ser vivo. A liturgia da eucaristia e dos outros sacramentos representam um potencial de evangelização nunca plenamente realizado, mas sempre merecedor de valorização, no seu conteúdo e na sua forma, no seu sentido sacramental e no seu ritual. Custa ouvir dizer que as celebrações litúrgicas, nomeadamente a Eucaristia, são cansativas e pouco atraentes³³⁶.

Embora pudéssemos considerá-la autonomamente, pareceu-nos pertinente integrar neste cenário pastoral da Nova Evangelização a questão do amor humano.

Assim como a Fé procura a Razão e, por isso, incumbe aos crentes saber dar as razões da sua fé, assim sucede com o amor relativamente à verdade. A fórmula de São Paulo, “a verdade na caridade” (Ef 4, 15), mote da terceira encíclica de Bento XVI, remete o crente e o ser humano, em geral, para a necessidade da inteligência do amor. Como o amor não pode ser informe, caótico, instintivo, absurdo, deve buscar a sua inteligência, o seu sentido. Por

³³⁵ *Sacrosantum Concilium*, 10.

³³⁶ “Descurar a preparação da homilia, ou pior, improvisá-la, é uma ofensa em primeiro lugar feito à Palavra de Deus e depois uma humilhação infligida aos fiéis. O tempo dedicado à compreensão da homilia não é um tempo perdido, mas uma condição para o exercício do ministério de forma fiel, coerente e eficaz” Rino FISICHELLA, *op. cit.*, 78-79.

isso, também a busca e a iluminação da verdade *no* amor constitui um imperativo da Nova Evangelização.

Recorrendo à célebre teoria popperiana dos três mundos (Mundo 1 (Físico), Mundo 2 (Psíquico) e Mundo 3 (Espiritual)), mundos não fechados, mas abertos, entre os quais existe uma causação ascendente e descendente, poderíamos considerar esta teoria um símile ou metáfora da correlação que Bento XVI estabelece, na sua primeira encíclica, entre o mundo do *Eros*, o mundo da *Philia* e o mundo da *Ágape*. Também na realidade do amor de que fala a encíclica de Bento XVI se pode verificar esse movimento ascendente e descendente teorizado por Karl Popper. “As duas concepções [de *eros* e de *ágape*] aparecem frequentemente contrapostas como amor ascendente e amor descendente”³³⁷.

Parece-nos que Bento XVI apresenta na sua primeira encíclica, *Deus Caritas Est*, uma resposta nova e luminosa para a evangelização da realidade polissémica do amor. A novidade e clareza da visão de Bento XVI sobre esta questão consistem em perspetivar esta realidade sob o signo da unidade e da continuidade e não sob o da separação e da oposição. O *eros*, o amor humano, o amor conjugal, não tem que ser nem deve ser *reprimido*, como se de uma força maléfica se tratasse, mas *assumido*, porque é natural, porque é humano. Bento XVI, depois de formular, no n.º 2 da sua primeira encíclica, a questão de saber se as diversas formas de amor [da pátria, da profissão, dos amigos, do trabalho, de pais e filhos, de irmãos e familiares, do homem e da mulher, do próximo, de Deus] “se unificam, sendo o amor, apesar de toda a diversidade das suas manifestações, em última instância, um só, ou, pelo contrário, utilizamos uma mesma palavra para indicar realidades totalmente diferentes?”³³⁸, apresenta uma resposta:

“No debate filosófico e teológico, estas distinções [mormente entre *eros* ou amor humano e *ágape* ou amor divino] foram muitas vezes radicalizadas até ao ponto de as colocar em contraposição: tipicamente cristão seria o amor descendente, oblato, ou seja, a

³³⁷ BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, 7.

³³⁸ *Ibidem*, 2.

*ágape; ao invés, a cultura não cristã, especialmente a grega, caracterizar-se-ia pelo amor ascendente, ambicioso e possessivo, ou seja, pelo eros. [...] na realidade, eros e ágape – amor ascendente e amor descendente – nunca se deixam separar completamente um do outro. Quanto mais os dois encontrarem a justa unidade, embora em distintas dimensões, na única realidade do amor, tanto mais se realiza a verdadeira natureza do amor em geral*³³⁹.

5.7. Ação sócio-caritativa e Nova Evangelização

Os batizados e crentes cristãos aprendem, desde os bancos da catequese, que no ícone e no sinal da cruz estão indelevelmente inscritos os dois amores, toda a diferença específica, do ser cristão, a condição *sine qua non* para o ser, o critério primordial e último, a prova de certidão do ser e do agir dos discípulos de Jesus: o amor *de* Deus e o amor *do* próximo. No ícone no sinal da cruz, em que o amor *de* Deus e o amor *do* próximo se plasman, resplandecem, a par da esperança, as virtudes teologais da Fé e da caridade. “Na circularidade que existe entre a fé e o amor é possível verificar – recorda Rino Fisichella – a relação autêntica que nos liga com o Senhor”.

O *cuidado* do outro, do pobre, do doente, do idoso, do sem abrigo, do sem pão, do abandonado, do que vive na solidão, são, também hoje, e com grave acuidade, o desafio maior da *Caridade na Verdade*.

Uma das formas e das fórmulas, dignas e necessárias, que, neste nosso tempo, se evidencia é a do *Voluntariado*, virtuosa em si e por si mesma, pelo anúncio do princípio do bem comum, próprio da economia social e solidária.

³³⁹ *Ibidem*, 7.

5.8. Cenário do ecumenismo

O ecumenismo é uma dimensão própria de toda a Evangelização, da primeira e da nova. Está inscrito no mandato evangélico de levar até aos confins do mundo a Boa Nova da Salvação, o imenso clarão da Luz de Cristo. A sensação, amiúde enfatizada, de uma espécie de apagão de Deus no mundo moderno, traduzida na fórmula da alegada Morte de Deus, pertence ao conjunto de coisas que parecem, mas não são.

O escândalo das guerras de religiões e da divisão dos crentes, nomeadamente dos crentes cristãos, chega ao ponto de induzir alguns não crentes, hostis à religião e militantes do laicismo, que o mundo seria melhor sem religião!

Reconhecemos, finalmente, que as incidências pastorais destes cenários da Nova Evangelização nos aconselham uma mudança de método, minorando o secundário e relevando o essencial, subordinando o império da lei, das normas, da disciplina, da instituição, àquilo que os *Lineamenta* chamam “as obras fundamentais da vida da fé: caridade, testemunho, anúncio, celebração, escuta, partilha”³⁴⁰.

6. Obstáculos da Nova Evangelização

O Senhor da Messe da Nova Evangelização recomenda aos novos evangelizadores o que recomendara aos da primeira: que fossem “prudentes como as serpentes e simples como as pombas” (Mt 10, 16). Os primeiros e os novos evangelizadores devem ser necessariamente simples, por duas razões. Primeiro, porque o seu interesse e o seu projeto não são de poder e de ter, mas, pelo contrário, de não-poder e de não ter, não carecendo, por isso, da habilidade dos poderosos e dos ricos. Segundo, porque a causa que os move não é pessoal, mas sim a causa do seu Senhor.

³⁴⁰ *LINEAMENTA*, 12.

A evangelização, sobretudo sob a forma de testemunho, não é uma especialização, mas uma vocação e imperativo comuns e próprios de todos os batizados, assumidos no mesmo dia do Batismo, que faz do crente, como dizia o Bispo de Jerusalém, S. Cirilo, um *crístóforo*, ou seja, um portador de Cristo. O dever de evangelizar do batizado não assume, porém, a forma de proselitismo negativo, pois este é possessivo, etnocêntrico e idolátrico. A evangelização cristã não se realiza em proveito próprio, mas “está ao serviço de um Outro, [...] faz-se simplesmente voz de um outro”³⁴¹.

Os evangelizadores, os primeiros e os novos, devem, porém, ser prudentes como as serpentes. Devem conhecer e reconhecer os obstáculos do meio em que a evangelização se processa.

Um primeiro obstáculo, seguramente não exclusivo da evangelização, é o obstáculo do pré-conceito, nomeadamente o pré-conceito dogmático da ficcionada posse da verdade, da verdade absoluta. “Aquilo que mais me impressiona nestes não-crentes híper-laicos – confessa Susanna Tamaro – são as suas certezas obstinadas”³⁴². O pré-conceito dogmático não é, porém, evidentemente, defeito exclusivo dos não-crentes, mas também dos próprios crentes e, por isso, para encetar o necessário e salutar diálogo, importa que uns e outros façam a psicanálise e a catarse desses pré-conceitos. “Católicos e laicos podem derrotar os respetivos dogmatismos. Os crentes purifiquem a sua fé e submetam-na ao exame da razão”³⁴³.

Mas, os obstáculos na Nova Evangelização não são todos nem principalmente exógenos. Não poucos nem pouco graves advêm do interior da própria comunidade dos crentes. Deste obstáculo têm plena e penosa consciência os primeiros responsáveis institucionais da evangelização, a começar pelo Sumo pontífice, e a comunidade no seu conjunto. Não podemos nem conseguimos ignorar as palavras que Bento XVI dirigiu aos jornalistas, no voo para Portugal, em 11.05.2010. É admirável a humildade intelectual e

³⁴¹ BENTO XVI, in Rino Fisichella, *op. cit.*, 136.

³⁴² In Lorenzo FAZZINI, *Diálogo no Átrio dos Gentios – Onde os laicos e os católicos se encontram*, Trad. de João Paulo Costa, Braga, Empresa do Diário do Minho, 2012, 38.

³⁴³ Enzo Bianchi, “Narramos Cristo, a obra de arte de Deus”, in Lorenzo FAZZINI, *op. cit.*, 109.

pastoral de Bento XVI, que não se sente capaz de atirar a primeira pedra aos inimigos externos da Igreja, mas apela, antes, à necessidade de “conversão permanente, de penitência, de oração, das três virtudes teológicas: fé, esperança e caridade”. Os ataques, os sofrimentos, o mal que afeta a Igreja, não vêm primordial e principalmente de fora, mas de dentro da própria Igreja. Articulando esta questão com a mensagem de Fátima, concluiu o Papa Emérito: “O Senhor nos disse que a Igreja seria sempre sofredora, de diversos modos, até o fim do mundo. [...] A novidade que podemos descobrir hoje, nesta mensagem, reside também no facto de *que os ataques ao Papa e à Igreja vêm não só de fora, mas que os sofrimentos da Igreja vêm justamente do interior da Igreja, do pecado que existe na Igreja.* Também isso sempre foi sabido, mas hoje o vemos de um modo realmente terrificante: que a maior perseguição da Igreja não vem de inimigos externos, mas nasce do pecado na Igreja, e que a Igreja, portanto, tem uma profunda necessidade de reaprender a penitência, de aceitar a purificação, de aprender por um lado o perdão, mas também a necessidade de justiça. *O perdão não substitui a justiça.* Numa palavra, devemos reaprender precisamente estas coisas essenciais: a conversão, a oração, a penitência e as virtudes teológicas”³⁴⁴.

É oportuno recordar ainda que, se o ateísmo organizado ruiu com a *queda do Comunismo*, em cujo desfecho teve a Igreja e João Paulo II, em particular, não despiciendo papel, persiste na *Europa capitalista*, ainda muito indiferente à religião, uma espécie de “muro de *borracha*, um ateísmo mais *soft* comparado com o primeiro”³⁴⁵.

Afim e sucedânea do ateísmo, vigora hoje uma atitude mais negativa e radical, o *niilismo*, que não despreza menos a figura de Deus que a figura do mal³⁴⁶.

³⁴⁴ *Papa Bento XVI em Portugal, op. cit.*, 22-24.

³⁴⁵ Lorenzo FAZZINI, *op. cit.*, 118-119.

³⁴⁶ *Ibidem*, 48.

7. Vias ou método da Nova Evangelização

Observados os sinais apelativos, a identidade e os obstáculos da Nova Evangelização, impõe-se discernir e seguir as vias ou o método apropriados para a sua realização.

A escritora italiana Susanna Tamaro (n. 1957), quando questionada pelo jornalista Lorenzo Fazzini, sobre se existia o tal novo espaço para o diálogo entre a Igreja e os não-crentes, evocado e programado por Bento XVI sob a fórmula de *Átrio dos Gentios*, considera como primacial tema para esse diálogo – e também, cremos, para a Nova Evangelização – o tema da *vida*, representando a luta dos nossos dias entre a corrente daqueles que amam a vida e a corrente daqueles que amam a morte, apontando três vias para uma aproximação a Deus “Desconhecido”: a via da *arte* (que suscita questões sobre a dor e sobre o belo)³⁴⁷; a via da *Palavra* da Sagrada Escritura (na luta pelo seu imperioso conhecimento por parte dos crentes cristãos) e a *via do testemunho* da vida (a luz que irradia da vida do crente, movido pela *virtude* da Fé, é irresistível) ”³⁴⁸.

A questão das vias ou do método para a Nova Evangelização relaciona-se diretamente com a (re)criação do espaço de diálogo entre crentes e não-crentes, batizado com o nome feliz de *Átrio dos Gentios*, um luminoso instrumento da almejada Nova Evangelização.

Importa agora tomar a sério os temas escolhidos e projetados para reflexão nesse inspirado fórum: 1.º relação entre Fé e Razão, entre *credere* e *intelligere*, entre Jerusalém e Atenas³⁴⁹; 2.º questão da verdade³⁵⁰; 3.º responsabilidade intergeracional³⁵¹ e 4.º questão do

³⁴⁷ A professora e escritora Paola Mastrocola, que reconhece a poesia e a literatura como vias e vozes do Desconhecido, confessa identificar-se com a *Carta aos artistas*, de Bento XVI, em que se apresenta “a ideia da arte como o primeiro passo para debruçar-se sobre Deus” in Lorenzo FAZZINI, *op. cit.*, 151.

³⁴⁸ “Superemos todos os preconceitos entre as pessoas. A arte e a beleza são vias para o divino. Recuperemos e voltemos a ler a Bíblia. [...] Se vejo uma pessoa que brilha por causa da luz da fé, não consigo ficar indiferente” Susanna TAMARO, in Lorenzo FAZZINI, *op. cit.*, 41-42.

³⁴⁹ Cf. Ivano Dionigi, “Um espaço entre crentes e não-crentes”, in AAVV, *O Átrio dos gentios – crentes e não-crentes perante o mundo de hoje*, Paulinas editora, 2012, 12-13.

sentido³⁵². Estes temas podem e devem ser debatidos abertamente no Átrio dos Gentios e abrir caminhos de Nova Evangelização. Exemplifiquemos ainda com outros: direitos humanos, justiça, bem comum, as questões últimas sobre a vida e a morte, o bem e o mal, o amor e a dor, a paz e a natureza, a transcendência e a imanência, o Desconhecido, aquele *Ágnostos Theós*, o *Deus desconhecido*, ao qual se referia São Paulo no célebre discurso no Areópago de Atenas e que Bento XVI lembrou no anúncio do Átrio dos Gentios³⁵³.

O imperativo metodológico da leitura dos sinais dos tempos conduz-nos a reconhecer e concordar com os referidos *Lineamenta* em que a crise do processo de *transmissão da fé* e a consequente necessidade de Nova Evangelização não é independente da *crise educacional* e da *emergência educativa*. Os *Lineamenta* apresentam então um diagnóstico desta crise: “É cada vez mais difícil transmitir às novas gerações os valores básicos da existência e de um comportamento correto. E esta dificuldade vivem-na os pais, que vêm cada vez mais reduzida a sua capacidade de influenciar o processo educacional, mas também os órgãos de educação designados para essa tarefa, a começar pela escola”³⁵⁴.

³⁵⁰ O Papa Bento XVI reconhece que subjacente à crise cultural e religiosa atuais há uma *crise da verdade*, suscetível de afetar e deprimir tanto um indivíduo como um povo. O Papa reconhece a proclamação da verdade como um serviço que a Igreja presta à sociedade, abrindo horizontes novos de futuro, de grandeza e dignidade. Curioso é que o Papa considere o *serviço da verdade* como considera o *serviço da caridade*. Inspirando-se em Jo 8, 32, o Papa conjuga a dignidade da pessoa humana com a fidelidade à verdade, a garantia da liberdade e a possibilidade de um desenvolvimento humano integral. Na sua terceira Encíclica, *Caritas in Veritate*, Bento XVI declarou que “esta missão de serviço da verdade é irrenunciável” BENTO XVI, *Caritas in Veritate*, 9. Cf. Papa Bento XVI em Portugal, *op. cit.*, 79.

³⁵¹ Considerando que “o futuro está nas mãos daqueles que souberem dar às gerações de amanhã razões de viver e de esperar” (GS, 31), o princípio de responsabilidade impõe que a geração adulta cuide de proporcionar às novas gerações, não apenas as condições de vida material e cultural, mas também de descoberta do “*significado da sua vida, da sua actividade e da sua morte*” (GS, 41).

³⁵² “A questão do sentido da vida resolve-se, segundo grandes pensadores, como Jean Guiton (L’Aburde et le Mystère, 1957), precisamente neste binómio alternativo: ou no absurdo ou no mistério. Também a esta questão se referiu Bento XVI, na sua viagem apostólica a Portugal, quando evocou as duas visões que na implantação da República Portuguesa se confrontaram, considerando que não se tratava de um confronto ético entre um sistema laico e um sistema religioso, mas de uma questão de sentido à qual se entrega a própria liberdade. O que divide é o valor dado à problemática do sentido e a sua implicação na vida pública” *Papa Bento XVI em Portugal, op. cit.*, 35. Para o pensador italiano, Remo Bodei, “A religião é um grande antídoto à banalidade do mundo e coloca-nos numa situação que defino como um “ser hóspede”. [...] É, por isso, comum a crentes e não-crentes a procura de um sentido diante do sermos lançados no fluxo do tempo. O sentido do sagrado e o espanto de sermos hóspedes no mundo aproxima-nos. Diria, portanto, que o “Átrio dos gentios” institucionaliza esta procura pelos fragmentos da verdade” Lorenzo FAZZINI, *op. cit.*, 119.

³⁵³ Gianfranco Ravasi, «Posfácio», in Lorenzo FAZZINI, *op. cit.*, 176-177.

³⁵⁴ *LINEAMENTA*, 20.

Salienta-se que esta crise educativa concorre para “o clima cultural e a situação de cansaço em que se encontram várias comunidades cristãs”³⁵⁵, constituindo o projecto da Nova Evangelização uma apelo para “um novo impulso, um novo acto de fé no Espírito” que conduz as “Igrejas locais”³⁵⁶.

Reconhecendo a justeza do diagnóstico desta crise e desta “emergência educativa”, verificamos também que esta afeta gravemente o processo de transmissão da fé e impõe a necessidade de uma nova pedagogia da primeira das virtudes teologais, a do dom da “Revelação de Deus”³⁵⁷. Porque reconhecemos que a doutrina sem a prática é vazia, mas, por outro lado, a prática sem a doutrina é cega, revelamos, para reflexão própria e método de acção pastoral nas nossas comunidades, os seguintes tópicos dos *Lineamenta* sobre o binómio *crise educativa e pedagogia da fé*:

1.º A pedagogia da fé não diz respeito à transmissão de um saber humano, mas à Revelação de Deus, ao encontro com um Pessoa: Jesus Cristo; 2.º No processo de transmissão da fé, mediante a Catequese e o Catecumenato, o Sujeito que educa não é a Igreja, mas o próprio Deus, o Espírito Santo, o verdadeiro mestre da oração; 3.º O cenário de crise educativa, de relativismo cultural, de eclipse do valor da verdade, indissociável da questão de Deus, impele a Igreja a persistir na missão de “educar para a fé e para o testemunho”³⁵⁸; 4.º Reconhecemos que a crise educacional e as suas implicações no processo de transmissão da fé e na necessidade de uma nova pedagogia da mesma fé, reclamam particularmente uma nova ecologia da pessoa humana, uma nova ecologia do homem, uma nova ecologia ambiental, considerando que “o livro da natureza é uno e indivisível, tanto sobre a vertente do ambiente como sobre a vertente da vida, da sexualidade, do matrimónio, da família, das relações sociais, numa palavra, do desenvolvimento humano integral”³⁵⁹; 5.º O segredo do sucesso da pedagogia da fé esconde-se, no que à Igreja diz respeito, primordialmente na oração, na

³⁵⁵ *Ibidem*, 15.

³⁵⁶ *Ibidem*, 16.

³⁵⁷ JOÃO PAULO II, *Catechesi Tradendae*, 58.

³⁵⁸ *LINEAMENTA*, 21.

³⁵⁹ *Ibidem*.

relação pessoal com o próprio Deus, e no testemunho, considerando que “o homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas que os mestres, ou então, se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas. [...] Será, pois, pelo testemunho, pela sua vida, que a Igreja há-de, antes de mais nada, evangelizar este mundo”³⁶⁰.

Sem deixar de ser profética, parece-nos que a hierarquia e os principais agentes da pastoral ou da evangelização devem ser menos reativos e negativos e mais proativos, subsumindo a denúncia no anúncio.

Consideramos que o princípio da autonomia que a Igreja preconiza e assume relativamente aos poderes societários lhe confere a possibilidade, a necessidade e a felicidade de se tornar casa de comunhão para todos os homens. Por fidelidade à sua vocação universal, católica, em nada a doutrina e a prática da Igreja podem ser *exclusivas*, mas, sempre e em tudo, profeticamente *inclusivas*.

Considerando que a evangelização e a pastoral, em geral, não devem ser mais moralistas do que teológicas ou cristológicas, parece-nos urgente e fundamental fomentar nas nossas comunidades mais escuta, mais diálogo, mais partilha da Palavra, relevando como muito positiva a preocupação que, nos últimos anos, tem sido manifesta no sentido de valorizar a *cultura da Palavra* na actividade pastoral da Igreja, nomeadamente da Igreja de Braga. Bento XVI deu um luminoso exemplo da necessidade de conhecer melhor e dar a conhecer a Pessoa de Jesus Cristo com a publicação do seu tríptico bibliográfico sobre a figura *Jesus de Nazaré* (2007, 2011, 2012).

Uma das estruturas pastorais que consideramos idónea e vocacionada para dinamizar e coordenar as tarefas de evangelização na comunidade paroquial é o *Conselho Pastoral Paroquial*. Reconhecemos todavia que, para cumprir bem a função que lhe está confiada, a de saber fomentar a pedagogia da fé, o conselho precisa de cuidar da cultura da Palavra.

³⁶⁰ PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, 41. Cfr. *LINEAMENTA*, 22.

Reconhecemos, finalmente, como instrumento eficaz de evangelização, o trabalho em rede. O Conselho Pastoral Paroquial, para ser fiel à sua missão de dinamização e de coordenação da actividade pastoral paroquial, para estar em comunhão com “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias”³⁶¹ da Igreja universal, que são as dos “homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem”³⁶², deve participar, através dos seus representantes, nos órgãos intermédios de reflexão e de planeamento pastoral, como são, no nosso caso, o *Conselho Pastoral Arciprestal* e o *Conselho Pastoral Arquidiocesano*. Reconhecemos que é nestas estruturas intermédias que se concebe, programa e avalia a acção da Igreja nos diversos cenários e locais em que ela está presente: na *Escola*, na *Acção Social*, nas *Instituições públicas*.

Como síntese final deste capítulo, consideramos oportuno e pertinente, em função da justificação da emergência e da urgência de Nova Evangelização, recordar a declaração de Bento XVI, em 30 de maio de 2011, aos membros (cardeais e bispos) do Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização:

*“O termo Nova Evangelização apela à exigência de uma nova modalidade de anúncio, sobretudo para aqueles que vivem um contexto, como o atual, em que os desenvolvimentos da secularização deixaram traços pesantes até em países de tradição cristã. O Evangelho é sempre novo anúncio da salvação operada por Cristo para fazer a humanidade participante do mistério de Deus e da sua vida de amor e a abri-la a um futuro de esperança confiante e forte. Sublinhar que neste momento da história a Igreja é chamada a realizar um Nova Evangelização significa intensificar a ação missionária para corresponder plenamente ao mandato do Senhor”*³⁶³.

Identificamos e destacamos nesta declaração os aspetos nucleares que constituíram os tópicos deste capítulo da nossa dissertação.

³⁶¹ *Gaudium et Spes*, 1.

³⁶² *Ibidem*, 1.

³⁶³ Rino FISICHELLA, *op. cit.*, 165.

Relevamos, em primeiro lugar, que Nova Evangelização é sinónimo de *nova modalidade de anúncio, novo método de anúncio da fé e da vida cristã*. Esta necessidade prende-se com a exigência de uma nova linguagem, uma nova atitude, novos meios de comunicação, novo perfil de evangelizadores, novas formas de organização pastoral, conhecimento dos destinatários, valorização de novos ritmos e oportunidades de encontro e, finalmente, de formação e de celebração.

Nesta espécie de manifesto da Nova Evangelização é assim estabelecida uma clara correlação entre o complexo fenómeno da *secularização* e a necessidade de uma Nova Evangelização. A atitude que se nos afigura mais construtiva para os novos evangelizadores atuarem neste contexto não nos parece ser a da diabolização deste fenómeno, mas a da sua compreensão e discernimento das razões e dos valores que nele estão em causa. Secularização não significa propriamente negação da Fé, mas desafia os crentes a saber contrapor as razões da sua Fé às razões daqueles que declaram não a ter, com os que ostensivamente a combatem, com os indiferentes, com os que sinceramente a procuram. É este, parece-nos, todo o sentido da instituição denominada Átrio dos Gentios, esperando-se que a ondulação por este acontecimento provocada não seja efémera.

Nuclear neste processo da Nova Evangelização é a centralidade da Palavra-Pessoa de Jesus Cristo. Para o crente cristão é este o argumento dos argumentos da Fé. Todos os argumentos dos filósofos, todas as provas comumente aduzidas, são provas do Deus dos filósofos, incomensurável com o Deus de Abraão, de Isaac, de Jacob, com o Deus de Jesus Cristo, como observou Pascal. O imperativo da Nova Evangelização decorre, evidentemente, da urgência da intensificação da resposta, com fidelidade dinâmica e responsabilidade atual, ao mandato do Senhor de levar a sua luz e salvação até aos confins do mundo. A emergência e urgência deste novo impulso evangelizador são associadas por Bento XVI aos equívocos gerados pelo paradigma da modernidade, que tende a instrumentalizar a natureza e o homem, aprisionando-os no cárcere das coisas penúltimas, provocando a desatenção e o esquecimento

das coisas últimas, imersas no mistério da salvação operado pela Morte e Ressurreição de Jesus Cristo³⁶⁴.

Os possíveis mal-entendidos que a fórmula Nova Evangelização possa suscitar em alguns ouvintes, como se ameaçasse a mesmidade e continuidade do único Evangelho de Jesus Cristo, são eloquentemente esclarecidos com a própria etimologia de um dos termos usados para designar o Credo ou compêndio da Fé cristã. Referimo-nos, como é evidente, ao termo *símbolo*, que se nos afigura como um belo ícone da comunhão, da unidade, da mesmidade e permanência da una e única Fé teologal. A Fé professada no Credo é esse ponto de encontro das sucessivas gerações que, como uma inconsútil cadeia de unidades geracionais ou como ininterrupta corrente de um rio, fluem no tempo e no espaço, sem rutura absoluta com a eternidade. A geração presente vive em profunda comunhão com as gerações que a precederam e com as que lhe sucederão. “Por isso – recordou Bento XVI, na homilia do *Corpus Domini* 2011 – Deus quer continuar a renovar a humanidade, a história e o cosmos através desta cadeia de transformações, de que a Eucaristia é o sacramento”³⁶⁵.

Rino Fisichella, que considera a Sagrada Família de Gaudí, em Barcelona, consagrada por Bento XVI em 17 de novembro de 2010, como um *catecismo de pedra*, um ícone da Nova Evangelização, exaltando a admirável conjugação que nessa mística obra de arte se verifica entre as três Pessoas da Santíssima Trindade, as três virtudes teologais e as três pessoas da Sagrada Família, assinala, entre tantos outros símbolos, o da tartaruga:

“Entre todos, impressiona-me a simbologia da tartaruga colocada na base das colunas. A imagem é clara: o fundamento de tudo é constituído pela fé. No decurso dos séculos os seus conteúdos fundamentais permanecem imutáveis, contudo não pára: o seu passo lento, mas progressivo, avança com uma constância invencível e chega ao fim que se espera”³⁶⁶.

³⁶⁴ *Ibidem*, 167.

³⁶⁵ *Ibidem*, 172.

³⁶⁶ *Ibidem*, 157.

A dilatação do tempo de construção da bela igreja de Gaudí é também um sinal do crescimento, aparentemente lento, do Reino de Deus no mundo dos homens.

“A Sagrada Família não está terminada. É preciso ainda muito trabalho para que o templo possa ficar acabado segundo o projeto do seu arquiteto. Também esta componente pertence à obra de evangelização da Igreja”³⁶⁷.

Perante a aparente morosidade e inacabamento da paradigmática igreja Gaudí, como perante o inacabamento das capelas do Mosteiro da Batalha, em Portugal, ícones que assimilamos ao ainda não plenamente consumado Reino de Deus no mundo dos homens, ecoa aos nossos ouvidos a promessa de Deus, *paciente e cheio de misericórdia*:

“*Não temais, pequenino rebanho, porque aprouve ao vosso Pai dar-vos o Reino*”
(Lc 12, 32).

³⁶⁷ *Ibidem*, 163.

CONCLUSÃO

“*Salvos na Esperança*”, os crentes cristãos, membros de uma “*Igreja-Sacramento universal de Salvação*”, peregrinos como o “*Povo de Deus*” a caminho da “*Jerusalém Celeste*”, da “*Cidade de Deus*”, em momento e lugar algum podem ser profetas da desgraça, mas sempre e em toda a parte, arautos e testemunhas da Luz dessa Esperança em que crêem ser salvos.

Reagindo contra a ditadura financeira da propalada crise que presentemente tolda, como espessa e tenebrosa nuvem, a vida de milhões de pessoas e famílias, fazem- -se ouvir vozes que clamam: *e as pessoas?*

Com as vozes que assim se manifestam a favor da primazia irrecusável das pessoas relativamente às coisas e a quaisquer interesses, faz coro a voz da Igreja do Vaticano II. O bem-aventurado Papa João Paulo II traduziu este espírito da Igreja conciliar, afirmando que a pessoa “é o primeiro e fundamental caminho da Igreja”³⁶⁸.

Recordámos que à pré-conciliar *Igreja com muros*, sucedeu a pós-conciliar *Igreja sem muros*, mas com múltiplas pontes.

Ao demolir o muro que a separava do Mundo, a Igreja do Vaticano II construiu a ponte que a (re)ligou ao Mundo tornando-se assim, mais visivelmente pontifícia. Quisemos mostrar, com este nosso trabalho, que a *Nova Evangelização*, com o seu propósito de (re)estabelecer a comunhão com os povos da antiga evangelização, visa ajuda-los a professar, viver, celebrar e testemunhar de novo a Fé cristã; e que o novo *Átrio dos Gentios*, vocacionado para promover o diálogo entre os crentes e os não- crentes, faz justiça e cumpre o desígnio do Concílio Vaticano II de se abrir ao Mundo, de ouvir a sua voz e de dialogar com ele sobre os grandes problemas e os grandes temas que o angustiam, sobre todas as questões penúltimas e, sobretudo, sobre as questões últimas que se prendem com o sentido da vida humana.

³⁶⁸ JOÃO PAULO II, *Redemptor Hominis*, 13-14.

Cinquenta anos depois do Concílio Vaticano II, a Igreja, com as diligências que desenvolveu e está a desenvolver para celebrar tão digna e promissora efeméride – da Nova Evangelização, do Átrio dos Gentios e do Ano da Fé – reitera a fidelidade dinâmica à sua identidade, (re) descoberta na magna assembleia conciliar de há cinquenta anos e plasmada na *Lumen Gentium*, a (re) descoberta da bondade e da autonomia das realidades terrestres e o diálogo com a cultura contemporânea como dados adquiridos e irrecusáveis.

Lendo os sinais dos tempos, a Igreja reconhece que a crise da fé não é independente da crise da cultura, manifesta na metamorfose de valores, no caos educativo, na radicalização da secularização e da laicidade, no exacerbamento dos fundamentalismos, na ditadura do relativismo, no abismo do niilismo, no império do economismo. Mas esta correlação da crise da fé com a crise da cultura não pode ser motivo de conforto para a Igreja e para os crentes, antes motivo de inquietação.

O que a posição e a atitude da Igreja e dos crentes perante os sinais negativos do mundo atual não pode ser é de oposição e de condenação mas, em obediência ao espírito e à letra do Vaticano II, de compreensão e diálogo.

Aprofundando e desenvolvendo esse espírito e esse método de diálogo, herdado do Vaticano II, Bento XVI advertiu os crentes para a necessidade de reconhecer a parcela de verdade que os outros, os não-crentes e os crentes de outras confissões religiosas podem representar.

A questão da verdade é uma questão que muito preocupou o magistério e o ministério de Bento XVI e que nós gostaríamos que tivesse sido a chave e o fio condutor nesta nossa reflexão sobre *A Igreja no Mundo – Identidade e alteridade – Para uma Nova Evangelização*.

Segundo não poucas vozes, nomeadamente D. António Marcelino, “muitas orientações conciliares estão por cumprir, e nota-se um lamentável retrocesso em alguns

campos pastorais importantes e concretos”³⁶⁹. Miguel Baptista Pereira assinala o indício de um alegado retrocesso na eclesiologia do Vaticano II, a saber, a substituição da expressão povo de Deus pela de mistério da Igreja, no Sínodo Extraordinário dos Bispos, em 1985, presumindo que a sobrevalorização da fórmula mistério da Igreja, também adotada, como é sabido, pelo Concílio, relativamente à fórmula *povo de Deus* podia significar um regresso à imagem da Igreja dos tempos de Pio IX e Pio XII, subtraindo e imunizando a Igreja à crítica interna e à condição da historicidade da linguagem e das instituições humanas, olvidando que “o «numen» do mistério se torna presente no «lumen» relativo e epocal das construções humanas”³⁷⁰.

Relativamente às dificuldades da receção do Concílio, em algumas orientações doutrinárias e algumas comunidades eclesiais, Bento XVI correlacionou-as com a questão da sua interpretação, da sua correta hermenêutica ou da *justa chave de leitura e de aplicação*. Mais explicitamente, o Papa alemão que, em 28 de Fevereiro de 2013, formalizou a sua resignação ao mandato petrino, pré-anunciada em 11 do mesmo mês, considerou que as referidas dificuldades de receção do Concílio foram e são consequência do confronto de duas hermenêuticas contrárias, disputando-se entre si³⁷¹: “hermenêutica da *descontinuidade* e da *ruptura* – que «causou confusão» – e «hermenêutica da *reforma*», ou da *renovação na continuidade* do único sujeito-Igreja, que o Senhor nos concedeu”³⁷².

Com palavras duras, Bento XVI adverte que a “hermenêutica da *descontinuidade* corre o risco de terminar numa *ruptura* entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós-conciliar”³⁷³.

Em síntese, considera Bento XVI, segundo os defensores da “hermenêutica da *descontinuidade* e da *ruptura*, seria necessário seguir não os textos do Concílio, mas o seu espírito”³⁷⁴.

³⁶⁹ In *Diário do Minho*, 15.01.2012.

³⁷⁰ Miguel Baptista Pereira, *op. cit.*, 343.

³⁷¹ BENTO XVI, *Mostrar Cristo ao Mundo*, *op. cit.*, 38.

³⁷² *Ibidem*, 38.

³⁷³ *Ibidem*, 38.

³⁷⁴ *Ibidem*, 39.

Assim sendo, a assembleia conciliar não tinha mandato de assembleia constituinte, não podendo, por isso, eliminar uma constituição velha e criar outra nova, pois, “a constituição essencial da Igreja vem do Senhor e foi-nos dada para que possamos chegar à vida eterna e, partindo desta perspectiva, consigamos iluminar também a vida no tempo e o próprio tempo”³⁷⁵.

Relevando a hermenêutica da renovação na continuidade, declara Bento XVI:

“A Igreja, quer antes, quer depois do Concílio, é a mesma Igreja una, santa, católica e apostólica, peregrina no tempo; ela prossegue “a sua peregrinação entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus”, anunciando a morte do senhor até que Ele venha (Lumen Gentium, 8) ”.

A Igreja do Vaticano II é também a Igreja do diálogo essencial, diálogo, diríamos, servindo-nos do título da terceira encíclica de Bento XVI, da *Caridade na Verdade*, não do “diálogo fácil, que se confundiria com a «imprecisa» expressão «abertura ao mundo», mas o difícil debate entre a razão moderna e a fé cristã, [que] num primeiro momento, com o processo Galileu, iniciou-se de um modo negativo, e conheceu, sem dúvida, muitas fases, mas com o Concílio Vaticano II era chegada a hora em que se requeria uma ampla reflexão”³⁷⁶.

Assim, o Espírito Santo que pairou sobre o Concílio continua a ser a fonte de inspiração da vida da Igreja nos nossos dias, de que a *Nova Evangelização* e o novo *Átrio dos Gentios* nos parecem luminosos exemplos.

“Assim, podemos hoje, com gratidão, dirigir o nosso olhar ao Concílio Vaticano II. Se o lemos e recebemos guiados por uma justa hermenêutica, ele pode ser e tornar-se cada vez mais uma grande força para a sempre necessária renovação da Igreja”³⁷⁷.

³⁷⁵ *Ibidem*, 38.

³⁷⁶ *Ibidem*, 47.

³⁷⁷ *Ibidem*, 47.

Ao concluir esta dissertação de Mestrado Integrado em Teologia, agradeço a todos a aqueles que foram importantes para que este trabalho chegasse a porto seguro. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom do seguimento do seu Evangelho. Aos pais, irmã, amigos, Dr. José Marques que sempre nos apoiaram infatigavelmente e aos quais nunca teremos forma de agradecer justamente. De igual modo, agradeço profundamente ao Doutor José Paulo Leite de Abreu pela orientação deste trabalho, a sua disponibilidade, paciência e caridade. Por fim, agradeço ao Seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo, representado pelos seus superiores, pelas condições proporcionadas para que crescêssemos a todos os níveis, e aos colegas que em muitas ocasiões nos ajudaram com as suas partilhas acerca desta temática. Este trabalho é o nosso humilde contributo para a construção de novos caminhos da Nova Evangelização.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

AA. VV., *Vaticano II, 50 anos, 50 olhares*, Paulus Editora, Lisboa, 2012.

AA. VV., *O Átrio dos Gentios. Crentes e não-crentes perante o mundo de hoje*, Trad. de Artur Morão, Paulinas Editora, 2012.

BENTO XVI, *Mostrar Cristo ao Mundo. Discursos, Homilias, Mensagens*, Prefácio do Cardeal Gianfranco Ravasi, Org. de António José Coelho, SJ, A.O., Braga, 2012.

BENTO XVI, *Papa Bento XVI em Portugal. Homilias, Discursos e Saudações*, Editorial A. O. / Conferência Episcopal Portuguesa, Braga, 2010.

BÍBLIA SAGRADA, Difusora Bíblica, Franciscanos Capuchinhos, Lisboa / Fátima 2002.

CATROGA, Fernando, *Entre Deuses e Césares – Secularidade, Laicidade e Religião Civil*, Coimbra, Edições Almedina, 2006.

CEP [CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA], *Repensar Juntos a Pastoral da Igreja em Portugal*, 2010.

COMISSAO DE JUSTIÇA E PAZ, *Gaudium et Spes*, Editor Rei dos Livros, Lisboa, 1988.

FAZZINI, Lorenzo, *Diálogo no Átrio dos Gentios. Onde os laicos e os católicos se encontram*, Trad. de João Paulo Costa, Empresa do Diário do Minho, Braga, 2012.

FISICHELLA, Rino, *A Nova Evangelização. Um desafio para sair da indiferença*, Trad. de Mário Santos, Paulus Editora, Lisboa, 2012.

FLORISTÁN, Casiano, *Vaticano II, um Concílio Pastoral*, Artipol – Artes Tipográficas, Águeda, 1990.

LIMA, José, *Teologia prática fundamental - Fazei Vós também*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.

MOREIRA, Maria, *A Igreja serve, no Concílio e em Paulo VI*, Artipol – Artes Tipográficas, Águeda, 2009.

MORUJÃO, Manuel, *Ser cristão à luz do Vaticano II*, Editorial A.O., Braga, 1998.

PEREIRA, Miguel Baptista, *Modernidade e Secularização*, Coimbra, Livraria Almedina, 1990.

POLICARPO, José, *Obras Escolhidas*, Vol. 3, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2003.

SÍNODO DOS BISPOS, *Lineamenta*. [XIII Assembleia Geral Ordinária – A Nova Evangelização Para a Transmissão da Fé], 2011.

RATZINGER, Cardeal, *A Igreja e a Europa*, Editorial Verbo, Lisboa, 1994.

ZANON, Darlei, *Para ler o Concílio Vaticano II*, Paulus Editora, Lisboa, 2012.

Fontes Secundárias

ABREU, JOSÉ PAULO, «A Igreja à procura do Homem e do mundo», *Memoria*, Nº3, 1996.

CAMBÓN, Enrique, *A Trindade, Modelo Social*, Editora Cidade Nova, Abrigada, 2001.

CARVALHO, Maria, «Modelos de Igreja e Identidade Laical», *Communio* 1, 1985.

CATARINO, Acácio, «Continuar o Concílio», in *Communio* 3, 2012.

CLEMENTE, Manuel, *Um só propósito - Homilias e escritos pessoais*, Pedra Angular, Lisboa, 2009.

CUNHA, Jorge Teixeira, *Bento XVI em Assis*, Voz Portucalense, 2.11.2011.

GAILLARDETZ, Richard - CLIFFORD, Catherine, *As «chaves» do Concílio*, Paulinas Editora, Artipol – Artes gráficas, Águeda, 2012.

KANT, Emmanuel, *Crítica da Razão Pura*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.

LUSTUGER, Jean-Marie, *Sê digno da condição humana*, Editorial A.O., Braga, 1977.

MARCELINO, D. António, «Resistências à mudança», *Correio do Vouga*, 12/10/2011. In *Diário do Minho*, 16.10.2011.

MARTO, António, «O compromisso do cristão no mundo fundamento teológico», in *Communio* 1, 1985.

PINHO, Arnaldo, «Ministérios laicais, Fundamentação teológica e problemática pastoral», in *Communio* 1, 1985.

POTTMEYER, Hermann, «Estruturas de diálogo na Igreja», in *Communio* 3, 2012.

RATZINGER, Joseph, *Caminhar juntos na fé, A Igreja como comunhão*, Editorial A.O – Braga, 2005.

TERRA, Domingos, *A leitura crente dos sinais dos tempos*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2012.

Documentos do Magistério

SACROSSANCTUM CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II, Constitutio de Sacra Liturgia

«Sacrosanctum Concilium» (4 Decembrii 1963), in *AAS 56 (1964) 97 – 138*.

- Constitutio Dogmatica «Dei Verbum» (18 Novembrii 1965), in *AAS 58 (1966) 817-836*.

- Constitutio Dogmatica «Lumen Gentium» (21 Novembrii 1964), in *AAS 57 (1965) 5-67*.

- Constitutio Pastoralis «Gaudium et Spes» (7 Decembrii 1965), in *AAS 58 (1966) 1025-1115*.

- Declaratio «Nostra Aetate» (28 Octobrii 1965), in *AAS 58 (1966) 740-749*.

- Decretum de Presbyterorum Ministerio et Vita «Presbyterorum ordinis» (7 Decembrii 1965), in *AAS 58 (1966) 991 – 1024*.

PAULUS PP. VI, *Adhortatio Apostolica «Evangelii Nuntiandi»* (31 ianuarii 1976) in *AAS 68 (1977) 5 – 76*.

- *Decretum De Apostolatu Laicorum «Apostolicam Actuositatem»* (5 novembris 1966) in *AAS 59 (1966) 837 – 864*.

- *Litterae Encyclicae «Populorum Progressio»* (15 aprilis 1967) in *AAS 59 (1967) n° 13*.

IOANNES PAULUS PP. II, *Adhortatio Apostolica Post – synodalis «Christifideles Laici»* (14 aprilis 1989) in *AAS 81, 393 – 521*.

- *Adhortatio Apostolica «Familiaris Consortio»* (3 februari 1982) in AAS 79 (1983) 31 – 191.
- *Adhortatio Apostolica «Catechesi tradendae»* (31 octobris 1979) in AAS 71 (1980) 1277 – 1340.
- *Litterae Encyclicae «Centesimus Annus»* (1 Maii 1991), in AAS 80 (1991) 799 – 867.
- *Litterae Encyclicae «Fides et Ratio»* (14 septembris 1998) in AAS 91 (1999) 5 – 88.
- *Litterae Encyclicae «Redemptor Hominis»* (15 martini 1979) in AAS 71, (1980) 257 – 324.
- *Epistula Apostolica «NOVO MILLENNIO INEUNTE»* (7 ianuarii 2001) in AAS 93, (2001) 266 – 309.

BENEDICTUS PP. XVI, *Litterae Encyclicae «Caritas in veritate»* (29 Iunii 2009), in AAS 101 (2009) 641-709.

- *Litterae Encyclicae «Deus caritas est»* (25 Decembri 2005), in AAS 98 (2006) 217-252.
- *Litterae Encyclicae «Spe Salvi»* (30 Novembrii 2007), in AAS 99 (2007) 985-1027.
- *Adhortatio Apostolica «Verbum Domini»* (5 novembris 2010) in AAS 102, 681 – 787.

CATECISMO DA IGREJA CATOLICA, 2º Ed., Gráfica de Coimbra, Coimbra 2010.

COMPÊNDIO DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, Editora Principia, Cascais, 2005.

ÍNDICE

Siglário -----	5
Introdução -----	7

CAPÍTULO I

ECLESIOLOGIA DO VATICANO II

A Igreja ao espelho de si própria

1. Da Igreja-Sociedade perfeita à Igreja-Mistério e Sacramento-----	13
2. Primazia da figura teológica do Povo de Deus -----	17
3. Constituição hierárquica da Igreja-----	22
4. Identidade dos leigos na comunhão eclesial do Povo de Deus e sua relação com a Hierarquia -----	24
5. Vocação universal à santidade -----	32
6. Os Religiosos na Igreja-----	32
7. Natureza e vocação escatológica da Igreja -----	34
8. A figura luminosa da Virgem Maria na economia da salvação -----	35

Capítulo II

A IGREJA NO ESPAÇO PÚBLICO

Novos sinais dos tempos

1. A Igreja e os sinais dos tempos -----	45
2. Antropologia do Concílio Vaticano II -----	52
3. Doutrina social da Igreja do Vaticano II-----	57
4. Relação Igreja-Mundo-----	63
5. A voz do mundo: a Igreja e os problemas cruciais contemporâneos -----	65
5.1. <i>Dignidade do matrimónio e da família</i> -----	66
5.2. <i>Promoção da cultura humana</i> -----	68
5.3. <i>A vida política</i> -----	72
5.4. <i>A Comunidade Mundial e a Paz</i> -----	74

CAPÍTULO III

PARA UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO

Inquietações Pastorais

1. O Concílio Vaticano II e a Nova Evangelização -----	82
2. Sinais dos tempos da Nova Evangelização-----	84

3. Nova secularização e Nova Evangelização -----	87
4. Identidade da Nova Evangelização -----	92
5. Cenários da Nova Evangelização -----	95
5.1. <i>Cenário cultural</i> -----	95
5.2. <i>Cenário social migratório</i> -----	99
5.3. <i>Cenário da comunicação social</i> -----	100
5.4. <i>Cenário económico</i> -----	100
5.5. <i>Cenário da tecnociência</i> -----	102
5.6. <i>Cenário pastoral</i> -----	106
5.7. <i>Ação sócio-caritativa e Nova Evangelização</i> -----	108
5.8. <i>Cenário do ecumenismo</i> -----	109
6. Obstáculos da Nova Evangelização -----	109
7. Vias ou método da Nova Evangelização -----	112
Conclusão -----	121
Bibliografia -----	127
Índice -----	135

